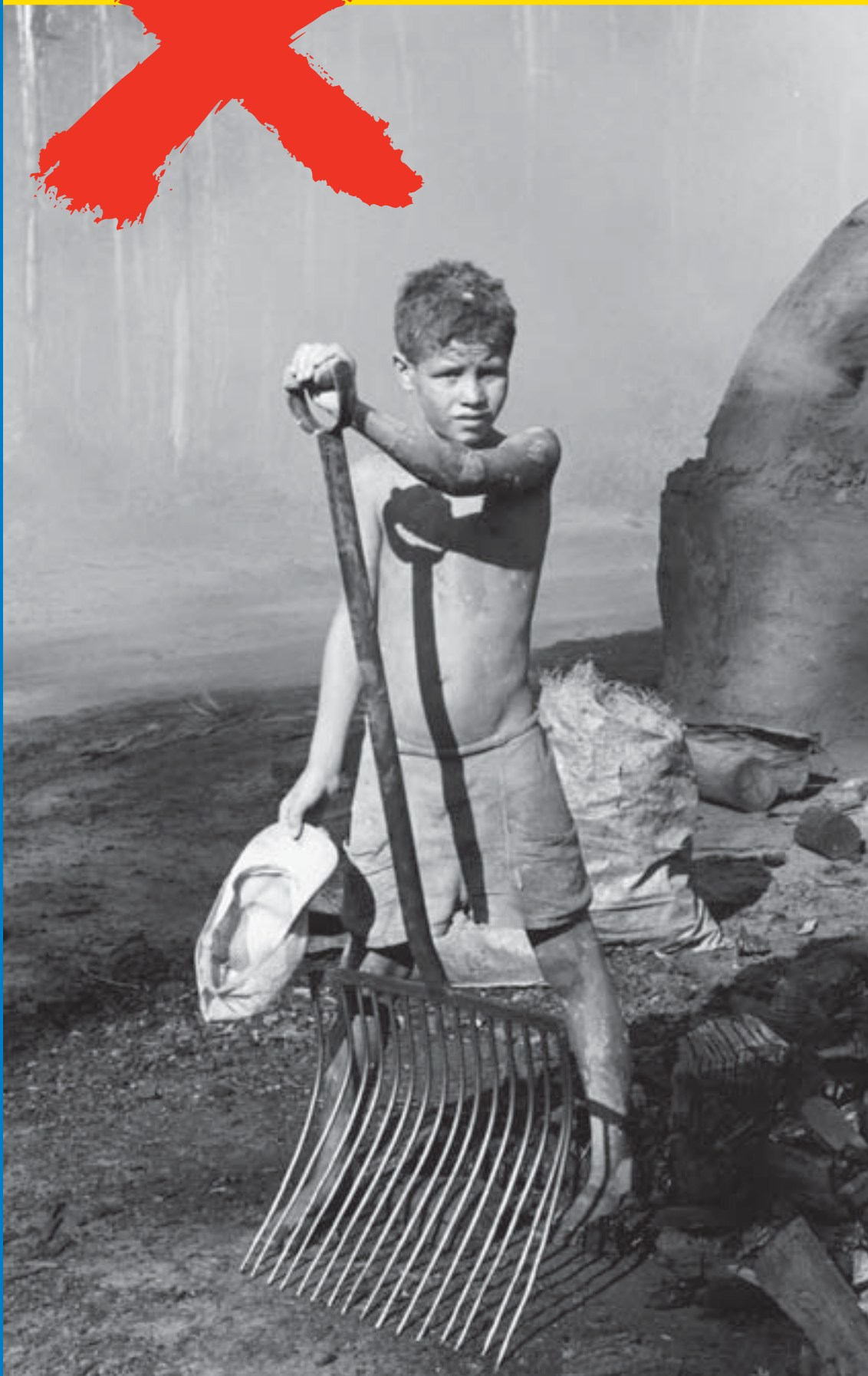


1 Combate ao trabalho infantil



1 Combate ao trabalho infantil

Combatendo o Trabalho infantil

GUIA PARA EDUCADORES

INICIATIVA



Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

Escritório no Brasil

APOIO



Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

REALIZAÇÃO



CENPEC

Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária

Combatendo o
Trabalho infantil
GUIA PARA EDUCADORES

1

Combate ao trabalho infantil

Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil - IPEC

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO
Escritório no Brasil

As publicações da Organização Internacional do Trabalho gozam da proteção dos direitos de propriedade intelectual decorrente do protocolo 2 anexo à Convenção Universal sobre Direitos Autorais. Trechos pequenos podem ser reproduzidos sem autorização, desde que a fonte seja mencionada. Para reprodução de trechos maiores ou tradução, solicitações devem ser encaminhadas a OIT – Organização Internacional do Trabalho, Departamento de Publicações (Direitos autorais e licenças), CH-1211 Genebra 22, Suíça. Solicitação de exemplares, catálogos ou listas de publicações para o endereço acima ou: OIT – Escritório no Brasil, Setor de Embaixadas Norte, Lote 35, 70800-400 Brasília DF, Brasil, tel. (xx61) 426-0100 fax (xx61) 322-4352, e-mail brasil@oitbrasil.org.br.

As designações usadas nas publicações da OIT e a apresentação de matérias nelas incluídas, segundo a praxe das Nações Unidas, não significam, da parte da OIT, qualquer juízo com referência à situação legal de qualquer país ou território ou de suas autoridades, nem à delimitação de suas fronteiras.

A responsabilidade por opiniões expressas em textos assinados, estudos e outras contribuições recai exclusivamente sobre seus autores; sua publicação não constitui endosso da OIT às opiniões aí constantes.

OIT – Escritório no Brasil

Direção

Armand Pereira

Coordenação Nacional do IPEC-Brasil

Pedro Américo Furtado de Oliveira

Coordenação do Projeto

Moema Prado

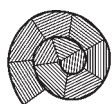
Organização Internacional do Trabalho
Combatendo o trabalho infantil : Guia para educadores / IPEC. –
Brasília : OIT, 2001. : il.

Conjunto formado por 2 volumes, cartazes e jogo
v.1: Combate ao trabalho infantil – 48 p.
v.2: Sugestões de atividades – 64 p.

Produção CENPEC
ISBN 92-2-811040-6
1.Trabalho infantil. I. OIT II. IPEC. III. CENPEC.

Com base no conjunto: "Child labour: an information kit for teachers, educators and their organizations" ILO/IPEC (ISBN 92-2-111040-0).

Material elaborado pelo CENPEC para o escritório da OIT no Brasil, no âmbito do Projeto "Professores, educadores e suas organizações na luta contra o trabalho infantil"/IPEC



CENPEC

Presidência

Coordenação geral

Coordenação de Área

Coordenação do Projeto

Consultoria

Autoria (v.1)

Edição de texto

Edição de arte

Ilustração

Fotografia

Fotolito

Impressão

Apoio

CENPEC Centro de Estudos e Pesquisas em Educação,
Cultura e Ação Comunitária
R. Dante Carraro 68 Pinheiros
05422-060 São Paulo SP Brasil
<http://www.cenpec.org.br>

Maria Alice Setubal

Maria do Carmo Brant de Carvalho

Isa Maria F. R. Guará – e-mail: isa@cenpec.org.br

Lúcia Helena Nilson

Walderez Nosé Hassenpflug

Alexandre Isaac, Cristina Almeida Sousa, Mirna Busse Pereira,

Ronilde Rocha Machado

Tina Amado e Guy Amado

Eva Paraguassú Arruda Câmara, José Ramos Néto e

Camilo de Arruda Câmara Ramos

Luiz Maia

Iolanda Huzak

Grupo RV2

Cromosete

CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
Setor de Diversões Sul, Edif. Venâncio III, sala 101/4
70393-900 Brasília DF
www.cnte.org.br

Sumário

4	Apresentação
5	Por que e como utilizar este material
7	A OIT e o trabalho infantil
8	As Convenções da OIT
9	<i>O trabalho infantil no mundo</i>
11	Trabalho infantil e direito à infância
13	O que é trabalho infantil
14	<i>O trabalho em sociedades indígenas brasileiras</i>
15	O que obriga crianças e jovens a trabalhar?
16	Alegações usuais para “justificar” o trabalho infantil
16	Efeitos perversos do trabalho infantil
19	Trabalho infantil no Brasil atual
20	Dimensionando o problema
21	<i>Trabalho infanto-juvenil por grupos de idade</i>
22	No campo e na cidade
25	O trabalho de crianças no passado brasileiro
26	A criança escrava
27	Na fábrica, na passagem do século XIX ao XX
29	<i>Trabalho infantil na Inglaterra, séculos XVIII e XIX</i>
31	Os direitos da criança e do adolescente
32	O ECA, Estatuto da criança e do adolescente
34	Direito à educação, direito à infância
36	<i>A importância do brincar</i>
39	Contrapondo-se ao trabalho infantil
43	Considerações finais
44	Referências bibliográficas
46	Anexo
	Quadro: Incidência de trabalho infantil no Brasil

Apresentação

Este material foi preparado para divulgar informação sobre o trabalho infantil, os direitos da criança e a importância da educação na prevenção e erradicação do trabalho infantil. Nossa expectativa é que os leitores – educadores em geral, pais, cidadãos – se engajem no combate a essa forma extrema de violação dos direitos das crianças e adolescentes.

A erradicação do trabalho infantil é ponto de honra para um país que pretenda alcançar patamares mais elevados de equidade e justiça social. A construção de um país mais justo, menos desigual, mais democrático depende não só da definição de estratégias a curto e longo prazos, mas da vontade política dos governos, empresários, trabalhadores, grupos organizados da sociedade civil e dos cidadãos em geral. Impulsionar essa vontade política, sensibilizar e mobilizar novos segmentos e direcionar suas energias para ações competentes na busca de soluções e alternativas para o trabalho infantil é o grande desafio a ser enfrentado por todos aqueles que se comprometem com a luta pelos direitos da infância e juventude em nosso país.

Para erradicar o trabalho infantil, a principal medida que vem sendo adotada é a de atribuir prioridade à educação, entendida como englobando escola formal e atividades culturais, de esporte, lazer, orientação à saúde etc. O direito à educação integral e de qualidade garante às crianças e jovens um outro direito fundamental: o de viver sua infância e juventude como um período essencial de formação para a vida e de desenvolvimento de seu potencial humano.

A OIT - Organização Internacional do Trabalho, por meio do IPEC - Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil, em parceria com a CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação e com o apoio técnico do CENPEC - Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária, de São Paulo – elaboraram este conjunto de materiais no âmbito do projeto “Professores, educadores e

suas organizações na luta contra o trabalho infantil”.

Ao buscar discutir o tema com educadores e suas organizações, a OIT e seus parceiros reconhecem a importância desses agentes em suas comunidades e a contribuição que podem trazer à luta contra o trabalho de crianças e adolescentes. Considera sua participação, especialmente a dos professores nas escolas, fundamental para mobilizar e sensibilizar toda a comunidade. Compreendendo melhor a chaga social que é o trabalho infantil, certamente irão desenvolver ações que contribuam para sua eliminação, tanto na própria comunidade como no restante do país.

Quem está em contato próximo com crianças, jovens e seus pais, tem a oportunidade de fazê-los refletir sobre a realidade e a responsabilidade de cada um de nós no conhecimento e na transformação social, especialmente da realidade à nossa volta. É o educador que pode estimular os alunos a formar conceitos e valores sobre direitos, justiça, equidade e solidariedade. Por isso a OIT busca seu engajamento e compromisso com essa luta, que é de toda a sociedade brasileira. Desse esforço de sensibilização nasceu o conjunto *Combatendo o trabalho infantil: guia para educadores*, buscando subsidiá-lo para tratar dessa temática com os alunos, pais, colegas, a comunidade.

ESTE CONJUNTO É FORMADO POR DOIS VOLUMES, QUATRO CARTAZES E UM JOGO.



Neste **Volume 1** foram reunidas informações básicas sobre a temática do trabalho infantil, sua situação no Brasil e no mundo, bem como sobre os direitos das crianças e adolescentes,

destacando a educação e o lazer como alternativas ao trabalho infantil.

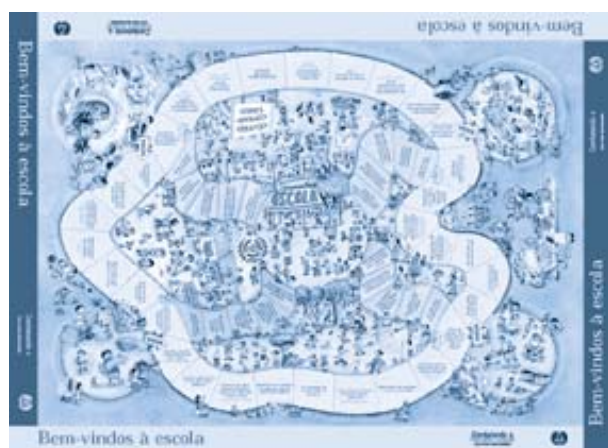


O **Volume 2** reúne sugestões de atividades escolares relativas à temática, agrupadas segundo os componentes curriculares História, Português, Ciências, Geografia e Artes.

Os **cartazes** podem ser utilizados em várias situações: para introduzir o estudo do tema, para ficar expostos em lugar bem visível ou para compor, com outros materiais, as atividades em sala de aula. Podem também funcionar como ponto de apoio para debates e discussões na comunidade escolar.



O **jogo Bem-vindos à escola** visa levar alunos a reconhecer, de forma lúdica, as características negativas do trabalho infantil, bem como a importância do cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente para pôr fim à exploração dessa população.



POR QUE E COMO UTILIZAR ESTE MATERIAL

Um estudo realizado pela OIT (1999a) sobre estratégias bem-sucedidas para a prevenção e erradicação do trabalho infantil em 13 países (dentre os quais o Brasil) mostrou que educadores em geral e suas organizações são importantes agentes no combate ao trabalho infantil, atuando diretamente na comunidade escolar e engajando-se em lutas mais amplas.

Assim, este material foi elaborado para subsidiar educadores brasileiros de modo a que venham ser, eles também, agentes nesse combate. O propósito deste volume é permitir que o educador, conhecendo a problemática em profundidade – origens, dimensão, efeitos, mitos, legislação etc. –, esteja em condições de analisar a natureza do problema local (contextualizando-o no nível nacional) e possa contribuir para aumentar o grau de consciência de alunos, pais e comunidade sobre o tema.

O volume 2 traz orientações para desenvolver a temática em sala de aula, mas de modo a envolver toda a escola e a comunidade. A equipe escolar, bem como os educadores de organizações não-governamentais, podem reforçar junto aos pais o valor da educação como alternativa importante para romper o círculo vicioso da pobreza; trabalhar por uma educação de qualidade, que inclua o currículo apropriado e relevante para todas as crianças, particularmente as mais pobres e vulneráveis; e construir parcerias com outros grupos que combatam o trabalho infantil.

Quanto às organizações de educadores, a expectativa é que, fortalecidas e mobilizadas pelo conhecimento sobre a temática, possam:

- pôr à disposição sua estrutura operacional e seu poder de penetração junto aos associados para mobilizar contra o trabalho infantil;
- definir uma política de atuação contra o trabalho infantil;
- estabelecer parcerias com escolas, órgãos governamentais ou outras organizações de trabalhadores, tanto para a prevenção quanto o combate ao trabalho infantil;
- organizar fóruns de discussão; auxiliar em diagnósticos locais;
- conscientizar a comunidade sobre o direito e a importância da educação para todas as crianças e jovens.

A comunidade poderá então exercer pressão para a formulação de políticas públicas e para sustentar politicamente programas educativos.



MENINA (13 ANOS) RETIRA CARVÃO DO FORNO. RIBAS DO RIO PARDO - MS



A OIT e o trabalho infantil

A OIT – Organização Internacional do Trabalho, com sede em Genebra, é uma das agências especializadas da ONU, Organização das Nações Unidas. Foi criada em 1919, ao término da Primeira Guerra Mundial, quando se discutia a necessidade de encontrar meios para alcançar a paz permanente e universal, capaz de impedir novos e sangrentos conflitos como o que findara. Isso foi debatido por ocasião da Conferência de Paz de Paris em 1919, cujos participantes chegaram à conclusão de que “a paz universal e permanente somente pode basear-se na justiça social” – o que se tornou a frase inicial da constituição da própria OIT, formada por representantes de governos, empregadores e trabalhadores.

O objetivo da OIT é lutar pela melhoria das condições de trabalho no mundo e elevação do padrão de vida dos trabalhadores, pleiteando regulamentação da jornada de trabalho, liberdade de associação, negociação coletiva, igualdade de remuneração pelo trabalho de igual valor e não-discriminação no trabalho; também pleiteia proteção contra enfermidades profissionais, além de outras disposições, sobre desemprego e formação profissional.

A proteção da infância é um dos elementos essenciais na luta pela justiça social e pela paz universal. A OIT entende que o trabalho infantil, além de não constituir trabalho digno e ser contrário à luta pela redução da pobreza, sobretudo rouba das crianças sua saúde, seu direito à educação, ou seja, sua própria vida enquanto crianças – para a OIT, o termo “criança” refere-se a pessoas com idade inferior a 18 anos.

Preocupada com a situação de exploração do trabalho infantil, a OIT lançou em 1992 o Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC). Trata-se de um programa mundial de cooperação técnica contra o trabalho infantil, contando com o apoio financeiro de 22 países doadores, cujo objetivo é estimular, orientar e apoiar iniciativas nacionais na formulação de políticas e ações diretas que coíbam a exploração da infância. O IPEC visa a erradicação progressiva do trabalho infantil mediante o fortalecimento das capacidades nacionais e do incentivo à mobilização mundial para o enfrentamento da questão. Promove o desenvolvimento e a aplicação de legislação protetora e apóia organizações parceiras na implementação de medidas destinadas a prevenir o trabalho infantil, a retirar crianças de trabalhos perigosos e a oferecer alternativas imediatas, como medida transitória para a erradicação do trabalho infantil.

AS CONVENÇÕES DA OIT

Os instrumentos normativos da OIT são convenções e recomendações sobre o trabalho. Uma convenção é um instrumento do sistema internacional de direitos humanos que se torna vinculante, ou seja, de cumprimento obrigatório pelos países que a ratificam. Como signatário das convenções da OIT, o Brasil assume o compromisso de fazer cumprir suas determinações. Em relação ao trabalho infantil, duas delas merecem destaque:

- ✓ a Convenção n.138 sobre Idade Mínima de Admissão ao Emprego (OIT, 2001), de 1973, cons-

titui o mais importante instrumento normativo de luta contra o trabalho infantil. Essa Convenção determina, no geral, a idade *mínima* de 15 anos para o ingresso no mercado de trabalho, em todos os setores da atividade produtiva (para trabalhos perigosos, a idade mínima é 18 anos e, para trabalhos leves, 14 anos). É uma norma que, por seu caráter flexível, atende ao nível de desenvolvimento socioeconômico dos diferentes países-membros da OIT e admite iniciativas a médio e longo prazo.

- ✓ a Convenção n.182 sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil (OIT, 2001) determina a imediata concentração de esforços para erradicar o trabalho infantil nas seguintes situações:
 - todas as formas de escravidão e práticas análogas, como a venda e o tráfico de crianças, o trabalho forçado ou obrigatório, a servidão por dívidas e a condição de servo;
 - a utilização, o recrutamento ou a oferta de crianças para a prostituição, a produção de pornografia ou atuações pornográficas;
 - a utilização, o recrutamento ou a oferta de crianças para a realização de atividades ilícitas, em particular a produção e o tráfico de substâncias entorpecentes, tal como se definem nos tratados internacionais pertinentes;
 - qualquer outro tipo de trabalho que, por sua natureza ou pelas condições em que se realiza, possa supor ameaça à saúde, à segurança ou à moralidade das crianças.

Com relação ao trabalho perigoso acima mencionado, a OIT indica que se considerem, no mínimo, os trabalhos em que as crianças:

- fiquem expostas a abusos de ordem física, emocional ou sexual;
- atuem embaixo da terra e da água, em alturas perigosas ou em meios confinados;
- utilizem maquinarias, equipamentos e ferramentas perigosas ou que manipulem e transportem cargas pesadas;
- atuem em meio insalubre ou estejam expostas, por exemplo, a substâncias, agentes ou processos perigosos, ou ainda a temperaturas ou níveis de ruído e vibração prejudiciais à saúde;
- atuem em condições especialmente difíceis, como por exemplo horários prolongados, noturnos ou que impeçam o regresso diário à sua casa.

Além dos instrumentos normativos, a OIT emprega outros dois meios de ação: a produção e disseminação de informação; e a cooperação técnica para desenvolver programas como o IPEC, que incentiva o fim da exploração do trabalho infantil. Esses três meios de ação se complementam visando o alcance da justiça social.

O trabalho infantil no mundo

A exploração do trabalho infantil não é um fato restrito ao Brasil. A OIT estima em cerca de 250 milhões as crianças trabalhadoras em todo o mundo. Pelo menos 120 milhões de crianças entre 5 e 14 anos de idade trabalham em tempo integral. Os restantes combinam trabalho com os estudos e com outras atividades não-econômicas.

De acordo com estimativas da OIT (1999b), a maioria absoluta dessas crianças está em países “em desenvolvimento”. São 17 milhões na América Latina e Caribe (7%); 80 milhões na África (32%); e 153 milhões na Ásia, excluindo o Japão (61%).

Embora as estatísticas geralmente não mencionem, nos países desenvolvidos há um significativo contingente de crianças e adolescentes trabalhando em situações que envolvem riscos. O relatório *Situação Mundial da Infância* (UNICEF, 1998) informa, por exemplo, que nos Estados Unidos uma operação-relâmpago do Departamento de Trabalho, realizada em 1990 durante três dias, encontrou mais de 11.000 crianças trabalhando ilegalmente. Grande parte delas pertencia a minorias étnicas ou a comunidades de imigrantes e trabalhava na agricultura. Na Europa, os países do antigo bloco socialista viram surgir o trabalho infantil em virtude dos desajustes sociais e econômicos decorrentes da transição para a economia de mercado.

Em que tipos de trabalho as

crianças são geralmente encontradas, em todo o mundo? Milhões de crianças fazem trabalho perigoso, abusivo e explorador. Entre outras, são comumente encontradas exercendo as seguintes formas de trabalho (OIT, 1999b).

- Na indústria, realizando trabalho perigoso, como fabricação de vidro, construção e tecelagem de tapetes. Dentre outros países, essas atividades são freqüentes na Índia.



- Na agricultura, realizando trabalho pesado e sendo expostas a muitos perigos associados à introdução de moderna maquinaria e produtos químicos. A OIT, por meio do IPEC, mantém programas de atendimento, entre outros, no Nepal e na Tanzânia, onde é muito alto o índice de crianças envolvidas nas fainas agrícolas.



- Em casa, cuidando de irmãos e irmãs mais novos ou ajudando em sítios ou empresas familiares, a ponto

de isso se tornar sua principal ou única atividade. Essa forma é mais comum em países como Brasil, Colômbia, Equador, Filipinas, Quênia e Tanzânia.

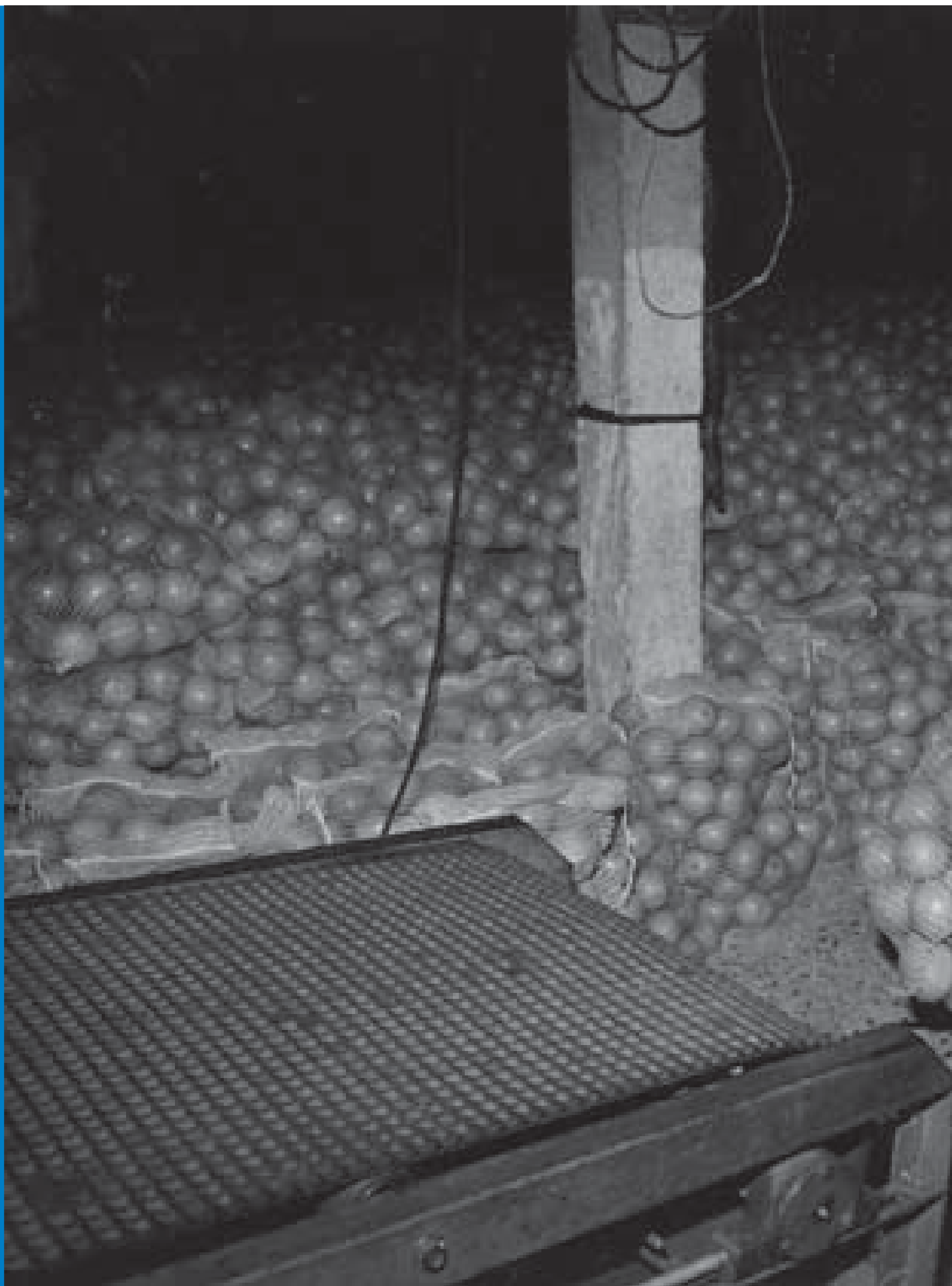


- Em trabalho doméstico, árduo, sob condições de isolamento, trabalhando horas excessivas, sujeitas a abuso físico e sexual – mais freqüente no Brasil, Colômbia, Equador e Indonésia.



- Em regime de escravidão ou em arranjos de trabalho muito similares, como trabalho servil e prostituição infantil. Esta última é muito comum no Brasil, no Quênia e na Tailândia, enquanto crianças trabalham em regime escravo ou servil na Índia e no Nepal.







Trabalho infantil e direito à infância

Talvez uma forma de descrever o trabalho infantil seja pelas marcas que deixa na vida de crianças e jovens que a ele são submetidas. Para essas pessoas, a sina diária é trabalhar sob qualquer condição, enfrentar cansaço, fome, às vezes mutilação, abandono. Nada de livros, cadernos, lápis de cor, brincadeiras ou sonhos. Nada de aprender a ler e escrever, a ler o mundo a sua volta... Essas crianças e jovens nunca ouvem o sinal do recreio. A merenda, quando há, é comida ali mesmo, no meio da fuligem, rapidamente, pois não se pode perder tempo. Ficam proibidos os risos, molecadas, algazarras. O importante é produzir, trocar o que produziu por quase nada e recomeçar tudo no outro dia, sem direito a ter direitos, mesmo os mais fundamentais: aprender, brincar, ter férias, descansar... Bola, brincadeira de roda, jogos não entram nesse mundo. Em vez de ser preparadas para segurar o lápis, desenhar, pintar, recortar e colar, suas mãos carregam pás, enxadas, foices, desproporcionais a sua força.

E com o que sonha uma criança que só conhece da vida o horizonte delimitado pelo carvão, sisal, pela cana ou pedreira? Será que sonha em ser cantor, atriz, bombeiro ou enfermeira? “Meu maior desejo”, disse um menino carvoeiro, “é não tossir à noite por causa da fumaça do forno. Aí dá para dormir”. É próprio da criança e do jovem projetar-se no futuro e sonhar com o que virá. Mas o sonho maior do menino carvoeiro está preso, como ele, ao seu duro cotidiano.

A exploração brutal e os riscos de vida a que estão sujeitos os trabalhadores infantis são flagrantes, como exemplifica esta descrição das condições de trabalho experimentadas por um menino, numa pedreira no interior do Ceará:

O lugar não é para brincadeiras. Usa-se cartucho de pólvora para fragmentar a pedra; lascas de pedra e aço dos instrumentos voam para todo lado e inala-se pó o tempo inteiro. Ninguém usa óculos nem qualquer outro equipamento de proteção. Acidentes são rotina. (...) No povoado de Taquara (...), Francisco, 11 anos, quebrava pedra como todos os meninos: sentado no chão, no meio da poeira levantada pelas explosões a dinamite, pelo entra-e-sai dos caminhões e sob o sol escaldante. Martelava pedra com uma marreta, sobre uma pedra almofariz. Para cada carrinho de cinco metros cúbicos de brita, Francisco recebe o equivalente a pouco mais de dez centavos de dólar¹. Ele produz 20 carrinhos por semana; se a mãe vem junto, a produção chega a 60 carrinhos. (Azevedo & Huzak, 1994, p.100)

Essa realidade remete a indagações: Que perspectivas de desenvolvimento, de formação educacional e de participação na cultura se colocam para uma criança que desde cedo é submetida a essas condições de trabalho? Que possibilidades existem para que Francisco, ao se tornar adulto, vivencie experiência de trabalho que lhe proporcione condições de vida dignas?

E qual será o futuro de um menino carvoeiro, de um cortador de cana ou de sisal, privado do direito (que lhe é garantido pelas leis do país) ao desenvolvimento integral, por meio de oportunidades educativas? Como enfrentará a sociedade do conhecimento e da tecnologia, sem saber escrever o próprio nome, sem poder ler, sem conhecer o funcionamento das instituições e do

mundo? Como indenizá-los pela infância não vivida, pelas oportunidades perdidas, pelo direito negado de partilha do conhecimento construído pela humanidade, da qual faz parte? Não são perguntas fáceis de responder.

Mas milhares de crianças e jovens brasileiros enfrentam hoje a dura realidade do trabalho precoce. E esse número pode aumentar: a agudização da pobreza estrutural no país e o risco de intensificação das desigualdades sociais ameaçam empurrar mais e mais crianças e jovens para o trabalho. Estudos de caso feitos em 13 países pela OIT (1999a) apontam esses dois fatores como os maiores obstáculos à eliminação do trabalho infantil – e que mais contribuem para seu aumento. Por outro lado, altas taxas de desemprego provocam a falta de confiança no valor e importância da educação, o que prejudica a percepção do seu papel estratégico nessa luta. Outro fator apontado, além da persistência de atitudes sociais e culturais que favorecem o trabalho infantil, é a baixa qualidade dos serviços educacionais, refletida em altas taxas de retenção e evasão.

Esses fatores dão a dimensão da complexidade que envolve o tema e dos desafios a serem enfrentados nos níveis político, econômico e sociocultural, para que o país avance na erradicação do trabalho infantil. Tome-se o desafio da distribuição de renda: sem dúvida, frente ao quadro atual de aprofundamento da pobreza no país, a melhor forma de enfrentá-la a curto e médio prazos seria com um programa de distribuição e geração de renda para todas as famílias em situação de pobreza, não só para aquelas envolvidas com o trabalho infantil.

Não é fácil propor soluções a essa problemática. Mas é possível e necessário construir, coletivamente, perspectivas de superação dessa realidade que afeta a vida de milhares de crianças brasileiras. A amplitude e complexidade do problema deixam claro que é necessário que toda a sociedade brasileira tenha uma atitude de indignação frente ao trabalho infantil e se sensibilize, se mobilize para enfrentá-lo. É imprescindível unir todos: esferas de governo, organizações não-governamentais, sindicatos, empresas, igrejas, clubes, associações, escolas, cidadãos, numa atitude de co-responsabilidade participante.

Os professores e demais trabalhadores em educação também estão convocados a descobrir

¹ Para se ter uma idéia de quanto Francisco recebia por mês, pode-se estimar a produção mensal em 80 carrinhos o que, a dez centavos de dólar por carrinho, dá oito dólares por mês. Na cotação de maio de 2001 (R\$ 2,25 por dólar), isso significa que Francisco recebia cerca de R\$ 18,00, ou aproximadamente um décimo do salário mínimo.

que contribuição podem dar em sua escola, bairro, comunidade, município ou estado, para prevenir e erradicar o trabalho infantil e devolver as crianças à escola, à infância e a uma vida mais digna e justa. Mãos à obra.

O que é trabalho infantil?

O trabalho pode ser compreendido como uma “atividade consciente e voluntária, pela qual o homem exterioriza no mundo fins destinados a modificá-lo, de maneira a produzir valores ou bens social ou individualmente úteis e satisfazer assim suas necessidades” (Russ, 1994, p.297).

A forma como o trabalho é realizado em diversas sociedades, ao longo do tempo, aproxima-se ou distancia-se dessa definição. Ao mesmo tempo que modificam o mundo pelo trabalho, os seres humanos também se modificam, estabelecendo relações entre si, criando e renovando a cultura. Nesse sentido, o trabalho completa o indivíduo e contribui para seu desenvolvimento enquanto ser humano. Mas o modo como uma determinada sociedade se organiza para o trabalho e o tipo de relações que se estabelecem na produção podem levar à desumanização e à alienação. Há trabalhos que embrutecem e deformam, além de não proporcionar condições para escapar da situação de penúria e privação na vida pessoal, familiar e social.

É fácil incluir o trabalho infantil nessa última perspectiva. A entrada precoce de crianças e adolescentes no mercado de trabalho, nas condições atuais – e históricas – do capitalismo no Brasil exemplifica bem essa perspectiva de trabalho, situação que não é muito diferente para imensos setores da população adulta trabalhadora.

Em diferentes países, de maneira geral, o trabalho infantil costuma ser definido como aquele realizado por “crianças e adolescentes”. Isso significa que a permissão (ou a proibição) para a entrada dos indivíduos no mercado de trabalho é estabelecida em lei de acordo com a idade. No entanto, esse recorte é móvel, varia de sociedade para sociedade e, em cada uma, muda também de acordo com a compreensão do que seja infância e adolescência. No Brasil, em 1891, instituía-se a idade mínima de 12 anos para a en-

trada no mercado de trabalho. As Constituições de 1934, 1937 e 1946 ampliaram a idade mínima para 14 anos. Porém, em 1967, em plena ditadura militar, novamente se recuou esse limite para 12 anos!

Atualmente, a legislação brasileira, por meio da Emenda Constitucional 20/98 e da lei sancionada em 19 de dezembro de 2000 (Brasil, 2000a, que altera disposições da CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas), determina que a idade mínima para a entrada no mercado de trabalho é 16 anos. O trabalho noturno, perigoso ou insalubre é permitido apenas a maiores de 18 anos. E apenas na condição de aprendiz o adolescente pode exercer trabalho remunerado, dos 14 aos 16 anos, com direitos trabalhistas garantidos, em jornada e regime especificados na lei.

É PROIBIDO QUALQUER TRABALHO A MENORES DE DEZESSEIS ANOS DE IDADE, SALVO NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ, A PARTIR DOS QUATORZE ANOS. (BRASIL, LEI 10.097/2000, ART.1º)

Podemos dizer pois que o trabalho infantil é aquele realizado por crianças e adolescentes que estão abaixo da idade mínima para a entrada no mercado de trabalho, segundo a legislação em vigor no país.

No entanto, é preciso refinar essa definição, contemplando certos aspectos de tradições culturais em diferentes lugares do mundo. Em algumas sociedades, a transmissão cultural realiza-se oralmente, não havendo registros escritos de sua história, técnicas ou ritos. Assim, na agricultura tradicional ou na produção artesanal, crianças e adolescentes realizam trabalhos sob a supervisão dos pais como parte integrante do processo de socialização – quer dizer, um meio de transmitir, de pais para filhos, técnicas tradicionalmente adquiridas. Esse trabalho pode ser também motivo de satisfação para as próprias crianças (Bequelle, 1993, p.22). O sentido do aprender a trabalhar varia de acordo com a cultura, com a sociedade e, dentro destas, varia também dependendo do momento histórico em que elas se encontram. Mas a situação de trabalho como parte do processo de socialização não deve ser confundida com aquelas em que as crianças são obrigadas a trabalhar, regularmente ou durante jornadas contínuas, para ganhar seu sustento ou

o de suas famílias, com conseqüentes prejuízos para seu desenvolvimento educacional e social.

Seguindo esse raciocínio, as condições de exploração e os prejuízos à saúde e ao desenvolvimento da criança ou adolescente que realiza a atividade é que seriam parâmetros para caracterizar o trabalho infantil. Mas é preciso lembrar que o mero fato de trabalhar “em casa” ou “com a família” não descaracteriza o trabalho infantil. Mesmo no espaço do trabalho em família, sabe-se que muitas crianças são submetidas a estafantes jornadas de trabalho na lavoura familiar ou são responsabilizadas por todos os serviços domésticos e cuidados com os irmãos menores em casa, sem que lhes seja garantido, por exemplo, tempo para ir à escola ou para brincar.

Por outro lado, essa preocupação não pode ser radicalizada no sentido de excluir a participação das crianças e adolescentes em tarefas domésticas. Essa participação reveste-se de caráter educativo e formador do senso de responsabilidade, pessoal e em relação ao núcleo familiar.

Atualmente, na luta pelo reconhecimento dos direitos da criança e do adolescente, um parâmetro mais claro tem sido colocado: ainda que seja para garantir a continuidade de uma tradição familiar, para dividir responsabilidades no interior da casa ou para ajudar na lide do campo, o trabalho de crianças não pode impedir que elas exerçam seus direitos à educação e ao brincar, condições essenciais a seu pleno desenvolvimento.

O trabalho em sociedades indígenas brasileiras

Em muitas sociedades indígenas brasileiras, trabalhar é aprender a fazer junto, pois o trabalho se caracteriza como momento de troca de experiência entre os membros do grupo. Nessa vivência, as pessoas envolvidas com as mais diversas formas de atividades constroem coletivamente conhecimentos, como fruto desse aprendizado. O trabalho constitui assim importante aspecto da vida comunitária indígena. Ele fornece as bases de uma organização social de tipo igualitária, em que a família funciona como unidade básica de produção, acumulando e trocando os conhecimentos indispensáveis à subsistência de todos os seus membros. A organização baseia-se na divisão sexual do trabalho: há tarefas masculinas (em geral, caçar, derrubar mato) e tarefas femininas (em geral, cuidar da roça, cozinhar). Essa divisão do

trabalho leva em consideração não só as tarefas a serem realizadas, mas principalmente a idade e as condições físicas de seus participantes, como uma forma de protegê-los.

Meninas e meninos aprendem, no convívio familiar, as tarefas consideradas femininas e masculinas. Mães, mulheres idosas ou experientes ensinam as meninas a tecer, fabricar cerâmica, transformar os alimentos. Pais e homens idosos da aldeia ensinam os meninos a fazer arcos, flechas, adornos corporais, técnicas de caça e pesca... Na sociedade indígena, essa aprendizagem visa propiciar à criança a apropriação de todos os conhecimentos que necessitará em sua futura vida adulta. Para uma criança ou adolescente, fazer parte de uma família, e portanto de uma unidade de produção, significa ser membro da sociedade.

E isso quer dizer ter funções e responsabilidades compartilhadas com as demais pessoas com as quais convive, como produzir alimentos, confeccionar adereços e objetos artesanais para o uso cotidiano, ritual e festivo, construir a própria habitação, participar da vida comunitária.

Produção, família e sociedade acham-se articuladas e se orientam pelos mesmos propósitos, o que faz com que educação e vida caminhem juntas. Educar nas comunidades indígenas tem um sentido amplo. Significa ensinar e aprender pela vivência direta nas várias situações cotidianas: saber é saber fazer. Dessa forma, o aprendizado para o trabalho é incorporado nas práticas coletivas que são, em si, educativas; em outras palavras, integra o processo de socialização das crianças e jovens indígenas.

O que obriga crianças e jovens a trabalhar?



HIGIENE MATINAL NA CARVOARIA. ÁGUAS CLARAS - MS

Crianças e jovens são obrigados a trabalhar por várias razões, sendo a pobreza a principal delas. Muitos governos, ao enfrentar crises econômicas, não dão prioridade às áreas que poderiam ajudar a aliviar as dificuldades enfrentadas por famílias de baixa renda: não priorizam saúde, educação, moradia, saneamento básico, programas de geração de renda, treinamento profissional, entre outros. Para essas famílias, a vida se torna uma luta diária pela sobrevivência. As crianças são forçadas a assumir responsabilidades, ajudando em casa para que os pais possam trabalhar, ou indo elas mesmas trabalhar para ganhar dinheiro e complementar a renda familiar. Em um mundo crescentemente desigual, em um processo acentuado pelo fenômeno da globalização, cada vez mais contrapõem-se riqueza e pobreza. Assim, todo um segmento da população, alijado de condições adequadas de formação, educação e acesso a bens e serviços, vem constituindo um contingente de despossuídos.

Um sistema educacional deficiente também contribui para empurrar crianças para o trabalho. Mesmo tendo acesso à escola – no Brasil, 97% das crianças entre 7 e 14 anos estão sendo matriculadas todo ano (Brasil, 2000b) – crianças e adolescentes das camadas pobres são mais atingidos pela repetência. Após repetir várias vezes, a criança – por si mesma e pelos pais – é considerada “incapaz” de aprender, saindo da escola e sendo

destinada ao trabalho. Um sistema escolar eficiente deve assegurar a permanência de todas as crianças na escola, com aprendizagem efetiva.

Outro fator que obriga ao trabalho infantil é a crença, comum em muitas culturas – e não só nos estratos mais pobres –, de que as crianças devem compartilhar as responsabilidades da família, participando do trabalho dos pais, ganhando remuneração fora de casa ou ajudando na administração da casa. Esta última é especialmente verdadeira para as meninas, de quem é esperado que cuidem dos irmãos e irmãs, bem como das tarefas domésticas, a ponto de estas se tornarem sua principal ou única atividade. Tais crenças fazem com que o peso da responsabilidade seja assumido por crianças desde cedo, sem qualquer questionamento, de geração em geração.

Dessas crenças e da situação de vulnerabilidade econômica, os empregadores tiram vantagens em proveito próprio. Ao empregar crianças, têm em mente garantir trabalhadores dóceis, submissos, que não causem “encrenca” e sejam incapazes de defender seus direitos; crianças e adolescentes têm menos condições de se negar a realizar tarefas servis por baixos salários do que os adultos. Os empregadores beneficiam-se ainda da ineficácia da fiscalização: embora cientes da lei que proíbe o trabalho infantil, violam-na na certeza da impunidade.

Portanto, a incorporação de crianças e adolescentes no mercado formal e informal de trabalho expressa, por um lado, deficiências das políticas públicas para educação, saúde, habitação, cultura, esportes e lazer, além da ineficácia da fiscalização do trabalho para cumprimento da lei e da vigência de certas crenças, mesmo entre os próprios pais. Por outro lado, expressa os efeitos perversos da má distribuição de renda, do desemprego, dos baixos salários, ou seja, de um modelo econômico que não contempla as necessidades do desenvolvimento social. O Brasil é considerado a 10ª economia do mundo em termos de Produto Interno Bruto, mas está classificado em 74º lugar (IPEA, 1999) em termos de IDH – Índice de Desenvolvimento Humano (esse índice, criado pela ONU em 1990, considera simultaneamente os níveis de renda, instrução e saúde das populações; calculado para 174 países, classifica-os em uma escala do melhor para o pior).

ALEGAÇÕES USUAIS PARA “JUSTIFICAR” O TRABALHO INFANTIL

Apesar de condenável e proibido por lei, ainda há quem procure justificar a necessidade do trabalho infantil. Alguns argumentos, freqüentemente usados para “justificar” essa prática, devem ser refutados (OIT & CECIP, 1995, p.8-9).

“Crianças e jovens (pobres) devem trabalhar para ajudar a família a sobreviver”.

É a família que deve amparar a criança e não o contrário. Quando a família se torna incapaz de cumprir essa obrigação, cabe ao Estado apoiá-la, não às crianças. O custo de alçar uma criança ao papel de “arrimo de família” é expô-la a danos físicos, intelectuais e emocionais. É um preço altíssimo, não só para as crianças como para o conjunto da sociedade pois, ao privá-las de uma infância digna, de escola e preparação profissional, reduzimos o valor dos recursos humanos que poderiam impulsionar o desenvolvimento do país no futuro.

“Criança que trabalha fica mais esperta, aprende a lutar pela vida e tem condições de vencer profissionalmente quando adulta”.

O trabalho precoce nunca foi estágio necessário para uma vida bem-sucedida. Ele não qualifica e, portanto, é inútil como mecanismo de promoção social. O tipo de trabalho que as crianças exercem, rotineiro, mecânico, embrutecedor, impede-as de realizar as tarefas adequadas à sua idade: explorar o mundo, experimentar diferentes possibilidades, apropriar-se de conhecimentos, exercitar a imaginação...

“O trabalho enobrece a criança. Antes trabalhar que roubar”.

Esse argumento é expressão de mentalidade vigente segundo a qual, para crianças e adolescentes (pobres, pois raramente se refere às das famílias ricas), o trabalho é disciplinador: seria a “solução” contra a desordem moral e social a que essa população estaria exposta. O roubo – aí conotando marginalidade – nunca foi e não é alternativa ao trabalho infantil. O argumento que refuta esse é, “antes crescer saudável que trabalhar”. O trabalho infantil marginaliza a criança pobre das oportunidades que são oferecidas às outras. Sem poder viver a infância estudando, brincando e aprendendo, a criança que trabalha não é preparada para vir a ser cidadã plena, mas para perpetuar o círculo vicioso da pobreza e da baixa instrução.

Outro argumento presente na sociedade é o de que o “trabalho é um bom substituto para a educação”. É usado principalmente no caso de crian-

ças com dificuldades no desempenho escolar. Muitas famílias, sem vislumbrar outras possibilidades de enfrentamento das dificuldades, acabam incorporando a idéia de que é melhor encaminhar seus filhos ao trabalho. Nesse caso, cabe à escola repensar sua adequação a essa clientela, pois a função social da escola em uma sociedade democrática é permitir o acesso de todos os alunos ao conhecimento.

Em suma, o trabalho infantil não se justifica e não é solução para coisa alguma. A solução para essa problemática é prover as famílias de baixa renda de condições tais que elas possam assegurar a suas crianças um desenvolvimento saudável.

EFEITOS PERVERSOS DO TRABALHO INFANTIL

O trabalho precoce de crianças e adolescentes interfere diretamente em seu desenvolvimento:

- ✓ físico – porque ficam expostas a riscos de lesões, deformidades físicas e doenças, muitas vezes superiores às possibilidades de defesa de seus corpos;
- ✓ emocional – podem apresentar, ao longo de suas vidas, dificuldades para estabelecer vínculos afetivos em razão das condições de exploração a que estiveram expostas e dos maus-tratos que receberam de patrões e empregadores;
- ✓ social: antes mesmo de atingir a idade adulta realizam trabalho que requer maturidade de adulto, afastando-as do convívio social com pessoas de sua idade.

Ao mesmo tempo, ao ser inserida no mundo do trabalho a criança é impedida de viver a infância e a adolescência sem ter assegurados seus direitos de brincar e de estudar. Isso dificulta muito a vivência de experiências fundamentais para seu desenvolvimento e compromete seu bom desempenho escolar – condição cada vez mais necessária para a transformação dos indivíduos em cidadãos capazes de intervir na sociedade de forma crítica, responsável e produtiva. Entre as crianças que trabalham há maior repetência e abandono da escola.

Encomendada pelo IPEC e CNTE, uma pesquisa feita pelo DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (1997), junto a 1.419 crianças trabalhadoras que frequentam a escola, constatou índices alarmantes de repetência, na faixa de 64%. Essa pesquisa foi realizada em seis das maiores capitais brasileiras: Belém, Belo Horizonte, Goiânia, Porto Alegre, Recife e São Paulo. A pesquisa também entrevistou os alunos-trabalhadores, constatando que os deveres escolares, quando realizados, são feitos após a jornada de trabalho e cada dia em um horário diferente, roubando parte do tempo destinado ao

descanso ou lazer. Inquiridas sobre as razões das freqüentes repetências, porém – embora para o observador externo seja óbvio que não têm tempo para estudar – as crianças a explicam por seu próprio “desinteresse”.

Isso significa que o mau desempenho escolar aparece, para as crianças, como de sua responsabilidade. É possível, também, que tal explicação seja assumida pela família – o que confirmaria dados semelhantes encontrados por outros pesquisadores, de que as camadas excluídas dos bens e serviços sociais se atribuem a causa da exclusão. Essa visão tem efeitos danosos, pois impede ou dificulta a mobilização para cobrar os direitos de cidadania que lhes são negados.

Além disso, o fato de as crianças se considerarem as únicas “culpadas” por sua repetência acaba por interferir em sua auto-estima, levando-as a se achar incapazes de aprender. Essa crença, comum a alunos e pais, acaba gerando o abandono da escola: “se não é bom pros estudos, então larga a escola e vai trabalhar”. “Embora a evasão esteja presente desde a 1ª série do ensino fundamental, o abandono definitivo da escola geralmente ocorre entre os 13 e 15 anos. Mais grave ainda: o aluno médio, mesmo permanecendo quase oito anos na escola, só consegue atingir a 3ª ou 4ª série. Mais uma vez, são as crianças e famílias pobres as mais vulneráveis à evasão. É muito provável que pressões econômicas obriguem esses estudantes a abandonar

o sistema escolar para colaborar com a renda familiar” (CENPEC, 1999, p.19). Os dados da Tabela 1 confirmam isso.

Tabela 1

Distribuição de crianças de 10 a 14 anos por situação de trabalho e freqüência à escola, segundo a renda familiar, Brasil, 1990

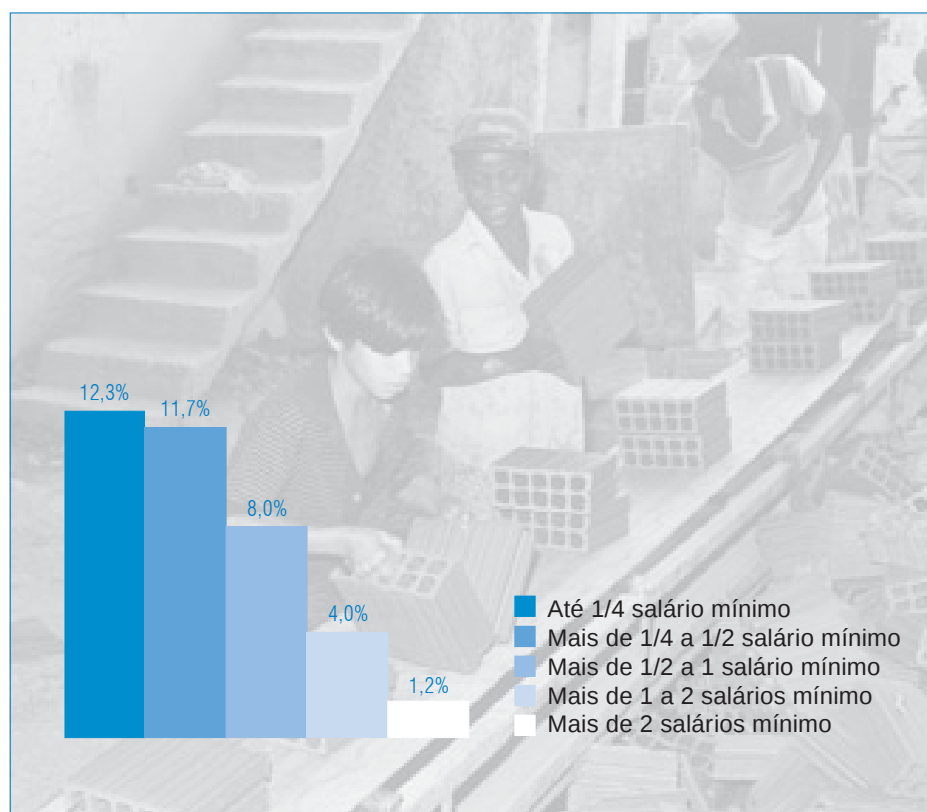
Renda familiar	Só estudam (%)	Trabalham e estudam (%)	Só trabalham (%)
Até 1/4 SM	59,6	14,7	12,3
Mais de 1/4 a 1/2 SM	63,8	11,7	11,7
Mais de 1/2 a 1 SM	73,2	10,3	8,0
Mais de 1 a 2 SM	83,1	8,3	4,0
Mais de 2 SM	91,5	5,1	1,2

Fonte: dados do IBGE compilados por Sabóia (1996, p.79).

Como se pode verificar, os índices referentes a crianças que “estudam e trabalham” ou “somente trabalham” são mais elevados nas famílias com faixa de renda menor. Enquanto nas famílias com renda acima de dois salários mínimos apenas 1,2% das crianças “somente trabalham”, naquelas com renda abaixo de 1/4 de salário mínimo esse índice é de 12,3%. O Gráfico 1 (com os dados da última coluna da tabela acima) permite visualizar melhor a interrelação entre renda familiar, trabalho infantil e evasão escolar.

Gráfico 1

Distribuição de crianças de 10 a 14 anos que trabalham e não estudam, segundo a renda familiar, Brasil, 1990



O trabalho precoce interfere pois negativamente na escolarização das crianças, seja provocando múltiplas repetências, seja empurrando-as para fora da escola – fenômeno diretamente relacionado à renda familiar. Crianças e adolescentes oriundas de famílias de baixa renda tendem a trabalhar mais e estudar menos, comprometendo, dessa forma, suas possibilidades de vida digna.

O trabalho infantil constitui assim obstáculo ao desenvolvimento das crianças, resultando em redução de suas expectativas futuras.





O trabalho infantil no Brasil atual

A mera existência de trabalho infanto-juvenil revela desrespeito flagrante ao direito de existir de milhões de crianças e adolescentes, no Brasil e no mundo. Como se viu, essa realidade reflete o modelo político-econômico vigente nas últimas décadas, que vem conduzindo o país a um processo de concentração de renda sem precedentes na história, colocando um enorme contingente de nossa população em situação de extrema penúria. Para combater o trabalho infantil, porém, não basta conhecer as causas: é preciso conhecer sua extensão, localização e características.

Dimensionando o problema

Necessidade, oportunismo e incompreensão se mesclam para explicar o trabalho precoce. A situação de pobreza obriga os pais tanto a utilizar os filhos como mão de obra doméstica, quanto a oferecê-los no mercado de trabalho para aumentar a renda familiar.

Como uma das expressões da pobreza e da injusta distribuição de renda, o trabalho infantil sempre se fez presente em nossa sociedade. O Gráfico 2 mostra como crianças e jovens participaram da economia entre os anos 1950 e 1980. Tais dados ainda consideravam a população trabalhadora infantil somente a partir dos 10 anos de idade.

A década de 80, é bom lembrar, foi marcada por grande instabilidade econômica, fazendo com que o Brasil entrasse nos anos 90 com um dos piores desempenhos entre os países pobres do Terceiro Mundo, no que diz respeito ao enfrentamento da pobreza e à distribuição de renda. E, embora tenha sido também a década da mobilização social pela redemocratização do país, a luta contra o trabalho infantil e a inserção do

tema na agenda social nacional só se iniciariam na década seguinte.

Os anos 90 foram decisivos para o início do movimento contra o trabalho infantil, tanto para a mobilização da sociedade civil como para a implementação de políticas públicas de assistência social. Em 1992, o número de crianças e adolescentes exercendo algum tipo de atividade econômica era de 9,7 milhões. A estimativa do total de crianças e adolescentes (10 a 17 anos) trabalhando no Brasil em 1998 é de 7,7 milhões. Isso aponta uma tendência de redução que, no entanto, ainda é muito lenta.

Cabe notar que, dentre os que trabalham, aproximadamente a metade têm entre 16 e 17 anos, estando portanto na faixa etária permitida pela legislação brasileira para o ingresso no mercado de trabalho. Para conhecer melhor o fenômeno do trabalho precoce, é preciso pois desagregar os dados por faixa etária.

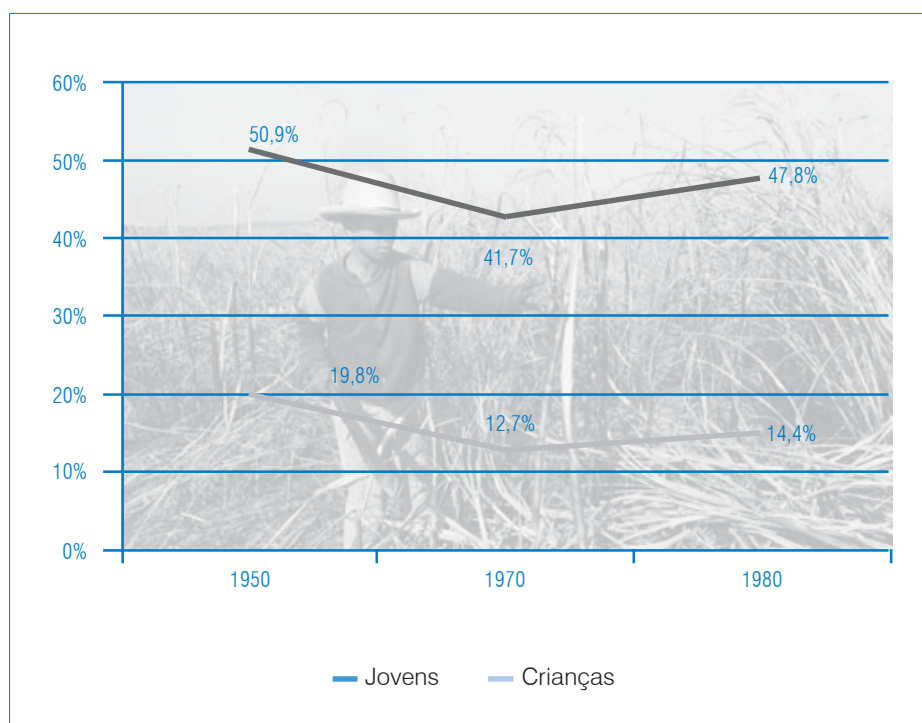
Os indicadores sobre a participação de crianças na força de trabalho mostram que essa participação cresce com a idade e é maior entre os meninos do que entre as meninas (com a ressalva da invisibilidade e maior dificuldade de estimativa

do trabalho destas em casa); decresce com o aumento do nível de renda das famílias onde estão inseridas; e é mais elevada na área rural do que na urbana.

É preciso ressaltar que, ao longo da década de 90, os dados mostram que houve uma redução no número de crianças trabalhando. Isso provavelmente se deve ao fato de a sociedade estar mais atenta e denunciar a exploração de crianças e adolescentes. Também pode estar refletindo a vigência de algumas estruturas de controle social e a implementação, mesmo se pontual e

Gráfico 2

Porcentagem de crianças (10 a 14 anos) e jovens (15 a 19 anos) trabalhadores no total dos respectivos grupos etários, Brasil, 1950-1980



Fonte: dados dos Censos Demográficos do IBGE; extraído de *Retratos do Brasil*, 1985, v.2, p.303.

Trabalho infanto-juvenil por grupos de idade

Dos 5 aos 9 anos

Foi somente em 1993 que o Brasil assumiu oficialmente a existência de crianças trabalhadoras com idades entre 5 e 9 anos, em diferentes tipos de trabalho em diversos estados brasileiros. Esse reconhecimento tardio é grave, se levarmos em conta que o país já dispunha de legislação trabalhista regulamentando o acesso ao trabalho segundo a idade e, também, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado em 1990.

Dados de 1995 mostravam que 3,6% (581.300) das crianças entre 5 e 9 anos trabalhavam no país, com uma jornada média semanal de 16,2 horas. A maior parte (79,2%) do trabalho nessa faixa etária ocorria em ocupações típicas da agricultura (três quartos dos chefes de família dessas

crianças ocupavam-se em atividades agrícolas), especialmente na pequena produção familiar, e predominantemente nos estados do Nordeste. Os dados de 1999 já mostram que o número de crianças de 5 a 9 anos trabalhando caiu para 375.000.

Dos 10 aos 14 anos

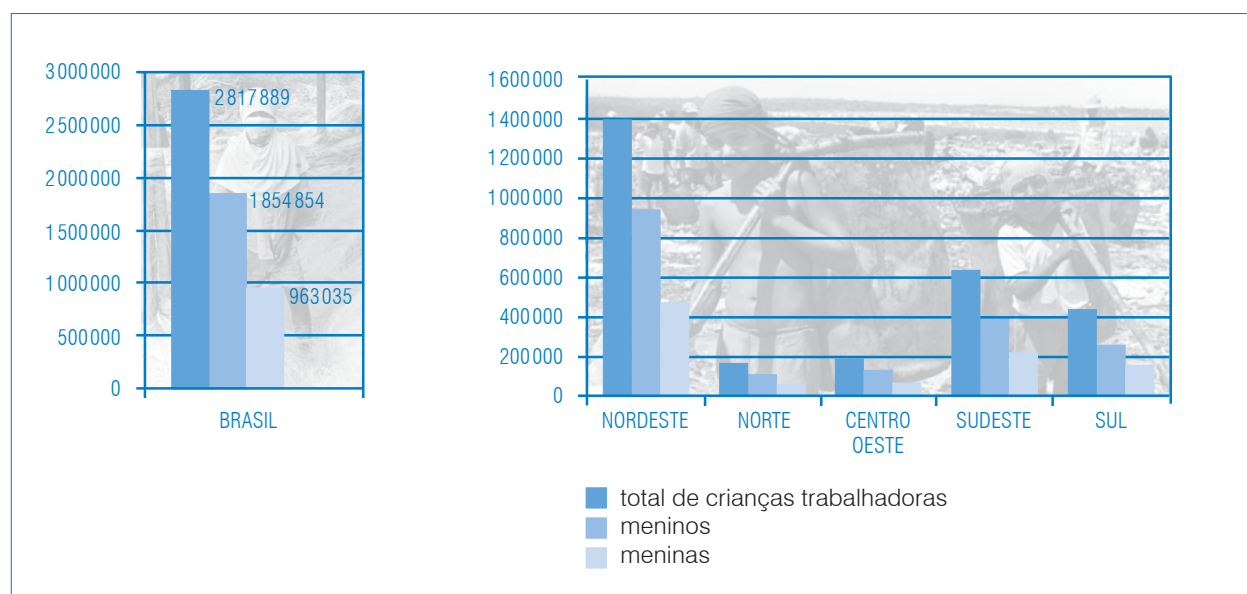
O número e proporção de crianças trabalhadoras eleva-se substancialmente na faixa dos 10 aos 14 anos. O contingente dos que trabalhavam em 1995 representava 18,7% (3,3 milhões) das crianças do grupo (ao todo, cerca de 17,6 milhões) – e eram majoritariamente meninos (87,4%). Novamente, mais da metade (54,6%) moravam em áreas rurais. Em 1999, esse contingente havia baixado para 2,5 milhões – 16,6% do total

de crianças e jovens entre 10 e 14 anos –, indicando uma auspiciosa tendência à redução.

Com certeza, os meninos são mais numerosos e precocemente empurrados para o trabalho do que as meninas, em todo o país. No entanto, considerando a arraigada visão que atribui às mulheres e meninas os cuidados domésticos, é possível que os dados subestimem o trabalho das meninas em casa. O trabalho infantil feminino doméstico é uma das formas de trabalho mais difundidas e menos pesquisadas, devido a sua pouca visibilidade. Dados da PNAD de 1998 mostram que quase 400 mil meninas na faixa de 10 a 16 anos trabalhavam como empregadas domésticas. A regra geral é não terem carteira assinada e a remuneração, em média, não chega a um salário mínimo.

Gráfico 3

Distribuição das crianças e adolescentes (10-14 anos) que trabalham segundo o sexo e grandes regiões, Brasil, 1999



Fontes: IBGE, PNADs 95 e 99; Cipola, 2001; Schwartzman, 2001.

insuficiente, de políticas públicas de assistência para retirar crianças do trabalho – o que só reforça a necessidade de incentivar a manutenção e ampliação eficiente e sustentável das políticas públicas de combate ao trabalho infantil.

Muitas dessas crianças estão exercendo trabalhos considerados insalubres e perigosos² – que, por sua natureza ou circunstância em que são exercidos, comprometem sua saúde, seu desenvolvimento físico, psicológico, ou moral. As condições particulares em que se realiza a exploração do trabalho de crianças e adolescentes no Brasil passa pelas “piores formas” apontadas na Convenção da OIT (cf. p.7-8). Algumas dessas formas são trágicas no país, como a prostituição e a participação de crianças e adolescentes no tráfico de drogas. No primeiro caso, o machismo imperante em amplos setores da sociedade favorece o acobertamento e a tolerância dessa prática infame em muitas regiões; no segundo, a falta de perspectiva, a escassez de recursos e a desesperança têm levado milhares de crianças e jovens ao circuito do crime organizado, vislumbrando possibilidades de ganhos “fáceis” e imediatos. Ao mesmo tempo, tornam-se autores e vítimas de ações violentas, como se tem verificado em estatísticas sobre jovens infratores e sobre mortes em chacinas. Em ambos os casos, as crianças são expostas a todos os riscos que a vida nessas condições coloca, sendo o pior deles a perda do senso de dignidade da existência humana.

A visibilidade do problema do trabalho infantil, traduzido em números, contribui sobremaneira para compreender a dimensão que este vem assumindo no Brasil. Embora em termos estatísticos os números possam parecer pouco significativos, no que diz respeito aos direitos das crianças e adolescentes (como também aos direitos humanos), enquanto houver uma só criança que esteja trabalhando, devemos exercer não só o direito de nos indignar, como também nos posicionar contra essa exploração e reivindicar medidas concretas para a erradicação dessa chaga, em qualquer parte do mundo.

2 Em relação ao trabalho perigoso, o país que ratifica a Convenção 182 da OIT compromete-se a constituir uma comissão com representantes de governo, empregadores e trabalhadores, para listar os trabalhos considerados perigosos. O Brasil foi o oitavo país a ratificá-la e a comissão tripartite aqui formada (com base em quadro sobre “Trabalho do menor”, constante da antiga CLT), definiu 81 tipos de atividades como perigosas, rigorosamente proibidas para menores de 18 anos (Brasil, 2001).



LIXÃO DO JANGURUÇU. CE

NO CAMPO E NA CIDADE

Conhecer a realidade do trabalho infantil implica conhecer, também, as condições desumanas em que ocorre. As crianças trabalhadoras desenvolvem atividades penosas, perigosas, em ambientes insalubres – no mais,

inadequadas também para adultos. Vários desses aspectos podem ser mais facilmente vislumbrados no campo, na cultura da cana de açúcar, nas carvoarias, no sisal e nas pedreiras, entre outros. As informações sobre trabalho infantil por estado, apresentadas a seguir, foram colhidas por fiscais das Delegacias Regionais do Trabalho do respectivo ministério e publicadas no *Mapa de indicadores do trabalho da criança e do adolescente* (Brasil, 1999).

Milhares de crianças e jovens trabalham de sol a sol nos canaviais e no engenho, principalmente em Alagoas, Bahia e São Paulo. Na safra, fazem o corte da cana, ajudam a transportar os feixes para o engenho. Num calor abrasador, trabalham no cozimento do caldo da cana, revirando-o com uma escumadeira, retirando espuma e impurezas, até que se atinja o ponto do melado. Na entressafra, pegam na enxada para ajudar os pais a limpar o canavial. Esse tipo de trabalho os expõe a vários riscos de acidentes – lesões por facão ou foice, queimaduras, picadas de cobras. Além disso, o transporte até o local de trabalho é feito em veículos inadequados. As jornadas são longas, os salários baixíssimos e a situação é agravada pela falta de alimentação, de água potável e de instalações sanitárias adequadas.

Sob o calor do sol e dos fornos que queimam lenha para fazer carvão, centenas de crianças e jovens trabalham em carvoarias, principalmente nos estados da Bahia, Goiás e Minas Gerais. Seu trabalho é encher os fornos com lenha, fechá-los com barro e, depois, retirar o carvão. Ainda ajudam no corte das árvores para fornecer a lenha, no ensacamento do carvão e no carregamento dos caminhões. Fumaça e calor fazem parte do ambiente de trabalho. A jornada excessiva, o trabalho noturno e exposição a variações bruscas de temperatura comprometem a saúde. Crianças e adultos trabalham sem proteção alguma e sem descanso

semanal. Em algumas localidades do Mato Grosso do Sul, constatou-se a existência de trabalho semi-escravo, ou seja, a empresa fornecia alimentos e descontava seu valor sem apresentar notas; na hora do acerto de salário, muitos trabalhadores ainda ficavam devendo à empresa (Huzak & Azevedo, 2000, p.22). O grande paradoxo é pensar que o carvão, destinado a fornecer energia, seja produzido subtraindo energia de crianças e jovens.

No sertão da Bahia e da Paraíba, crianças e adolescentes trabalham nas plantações de sisal: cortam as pontudas folhas e as carregam para a “batedeira”, máquina de desfibrar as folhas de sisal, transportando também a fibra processada para a secagem. Nesse trabalho, não raro sofrem mutilações pelo uso da máquina e ainda são expostos ao ruído excessivo e à alta concentração de poeira. O Brasil é o principal fornecedor mundial dessa planta, cujas fibras conseguem altos preços no mercado internacional. A beleza dos produtos derivados do nosso sisal esconde histórias de privações de crianças e adolescentes envolvidos na produção da fibra.

Detectado em 12 estados brasileiros, dentre os quais Alagoas, Bahia e São Paulo, o trabalho de crianças e adolescentes em pedreiras lembra os antigos trabalhos forçados que prisioneiros eram obrigados a realizar. As crianças trabalham a céu aberto em meio a explosões de rochas, provocadas com cartuchos de pólvora. Com marretas e talhadeiras quebram os blocos de pedras sob o sol, num esforço físico excessivo para suas idades. Também trabalham no polimento e carregamento de pedras, inalando pó o tempo inteiro. A jornada é excessiva, o trabalho é insalubre, ninguém usa óculos ou qualquer outro meio de proteção.

Nos centros urbanos, o trabalho infantil é visível nas ruas e, especialmente, nos depósitos de lixo ou “lixões”. Em ambiente altamente insalubre, crianças e adolescentes recolhem garrafas, latas, plástico e papel para reciclagem ou reaproveitamento e posterior comercialização. Nos lixões, convivem com materiais contaminados e gases de fermentação dos dejetos; latas, garrafas e peças de metal cortam e ferem, tanto adultos como crianças. Alimentam-se em meio a enxames de moscas. Além do que recolhem para venda, costumam selecionar alimentos e objetos reaproveitáveis para uso próprio. Com o que vendem, crianças conseguem obter a quantia de no máximo R\$ 2,00 por dia (Huzak & Azevedo, 2000, p.81). É comum trabalhar a família inteira, numa jornada ininterrupta, sem descanso semanal ou qualquer vínculo empregatício.

Pequenos trabalhadores nas cidades vêm-se por toda parte, nas ruas. São vendedores de picolé, fruta, cigarro, biscoito, doces e balas; são guarda-

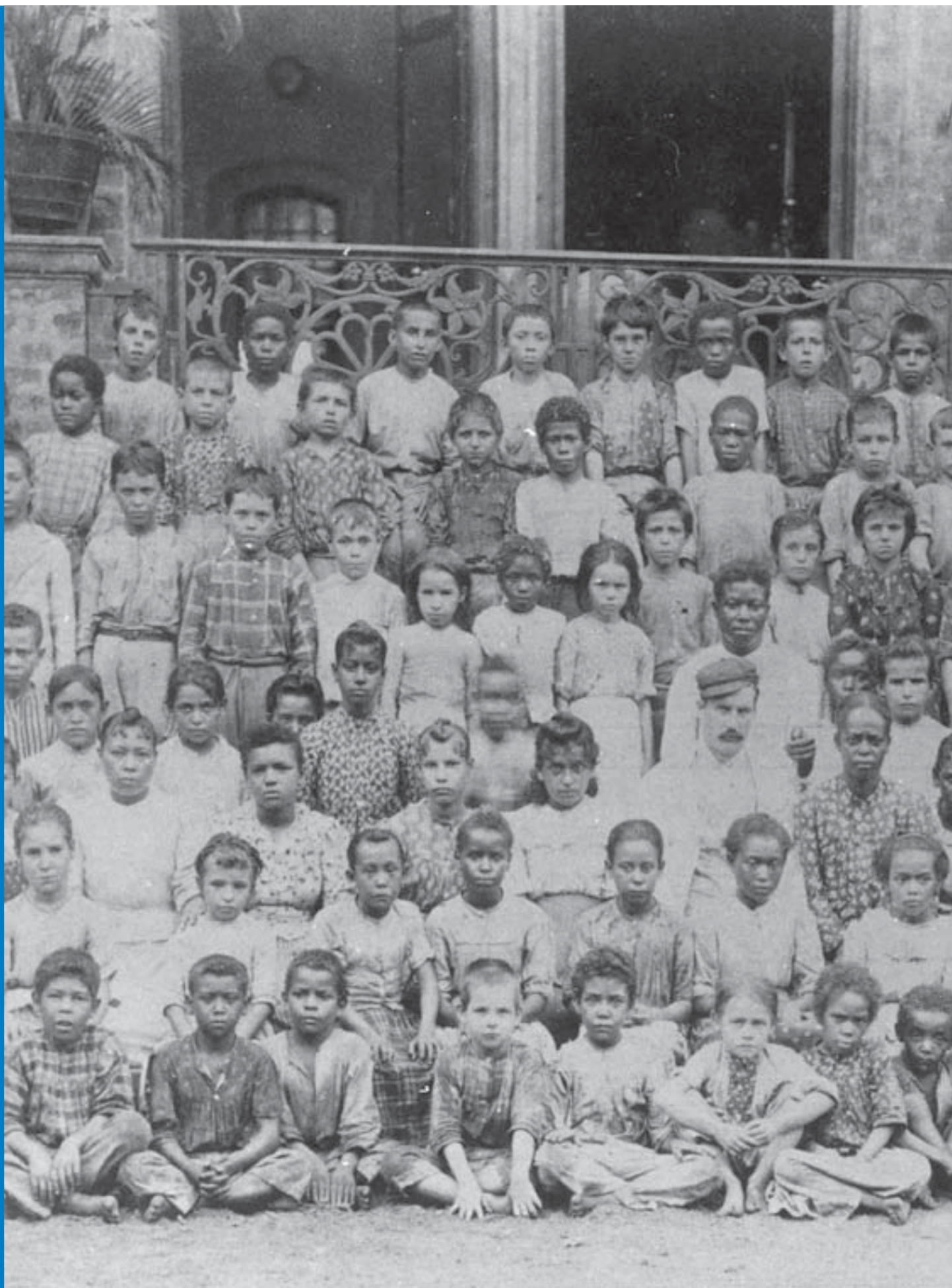
dores de carro, “flanelinhas”, jornaleiros ou engraxates, dentre tantas atividades. Vendendo produtos diversos entre veículos em congestionamentos, pontos de ônibus, em frente a centros comerciais ou estádios de futebol, eles fazem parte da paisagem urbana, sendo por muitas vezes vistos como estorvo ou mesmo como futuros marginais. A rua é um local de trabalho cruel e perigoso: as relações que estabelecem com outros atores sociais (adultos agenciadores, policiais, traficantes e adultos de rua) em muitos casos põem em risco sua vida. Além disso, esses meninos e meninas fazem longos percursos a pé, alimentam-se de maneira e em horários inadequados e, por vezes, trabalham em locais e horários impróprios para a idade, como bares ou boates, à noite.

Nas cidades, além dos lixões e do trabalho nas ruas, outra forma de inserção, menos visível, é o emprego doméstico e em pequenos empreendimentos (lojas, fábricas e escritórios familiares ou de pequeno porte). Para os empregadores, o trabalho infantil apresenta-se como recurso barato e sem necessidade de regularização. Embora talvez cause menor impacto, esse trabalho não perde suas características e condições de exploração, exposição a riscos e prejuízo ao desenvolvimento das crianças e jovens.

O trabalho doméstico, realizado geralmente por meninas em residências, constitui frequentemente uma forma de exploração oculta, como mencionado. Na maioria das vezes, as condições de vida e trabalho são inadequadas, muitas meninas dormem no emprego – condição que favorece uma jornada de trabalho extremamente alongada – e muitas chegam a sofrer humilhações e abusos sexuais.

A mesma pesquisa do DIEESE (1997) em seis grandes centros urbanos brasileiros, já mencionada, constatou que 70% das crianças trabalhadoras têm menos de 14 anos, sendo que um terço delas começou a trabalhar antes dos 10 anos. Grande parte delas trabalha cinco, seis e até sete dias da semana, em tempo integral; muitas cumprem parte da jornada de trabalho à noite. O trabalho que as crianças fazem é exatamente o mesmo que é feito por adultos, inclusive com as mesmas condições precárias, isto é, em locais perigosos e insalubres.

Um quadro sintetizando as principais ocupações de crianças no Brasil é apresentado anexo (última página). O quadro aqui esboçado mostra que a sociedade brasileira, nos tempos atuais, vem imprimindo grandes doses de sofrimento a milhões de crianças e adolescentes, que continuam sendo agenciados para os mais diversos tipos de trabalho, realizados em condições que em nada se reverterem em seu próprio benefício. E, também no passado, isso ocorria.



PATRÃO (OU CAPATAZ) POSA PARA FOTO AO LADO DE SEUS OPERÁRIOS - FÁBRICA BANGU. RIO DE JANEIRO - RJ (1907)



O trabalho de crianças no passado brasileiro

A escravidão vigorou no Brasil por mais de três séculos, tempo em que se permaneceu investindo na formação e na constante reafirmação da mentalidade escravista, sobretudo através do trabalho, adulto e infantil. Nos últimos pouco mais de cem anos republicanos e de “trabalho livre”, têm sido muito tênues as iniciativas concretas no sentido de combater e/ou coibir a exploração desenfreada do trabalho infanto-juvenil. É preciso pois indagar em que medida essa prática estaria expressando resquícios da mentalidade escravista. Qualquer iniciativa que vise a superação dos efeitos do trabalho escravo ainda presentes em nossa sociedade deverá necessariamente deitar o olhar sobre o passado escravista.

É lá que estão algumas das raízes históricas que explicam a aceitação com grande naturalidade da exploração da força de trabalho de crianças e jovens. Afinal, esse foi um aprendizado que se deu no cotidiano das relações entre senhores e negros, escravizados e libertos.



ESCRAVOS BRASILEIROS DO SÉCULO XIX NA FOTOGRAFIA DE CHRISTIANO JR.
LIVRO DE PAULO CESAR DE AZEVEDO E MAURICIO LISOVSKY

A criança escrava

Estudos mostram que, nos engenhos, os filhos de escravos, tal qual seus pais, passavam pelo mesmo tormento de ter de trabalhar no eito, cortar a cana de açúcar, arrastá-la e picá-la em pedaços, colocando-a para moer, espremer e ferver. Podemos supor então que seus pequenos corpos também experimentaram o desconforto das altas temperaturas emanadas das caldeiras das casas de purgar, local onde se fabricava o açúcar. Também nas demais atividades em que se empregava mão-de-obra escrava, a criança trabalhou desde cedo em tarefas que exigiam esforços muito superiores às suas possibilidades físicas. Acompanhando seus pais, fazia desde serviços domésticos, como servir, lavar, passar, cozer roupas e consertar sapatos, até trabalhos em madeira. No campo, pastoreava gado e realizava tarefas na roça.

Para a lógica dos proprietários de escravos, o trabalho infantil significava projetar o aumento

do preço do escravo adulto, uma vez que o mercado escravista valorizava mais aqueles que tinham certas habilidades ou que haviam se especializado em alguma ocupação. Era dessa forma que proprietários exploravam a força de trabalho de crianças e adolescentes escravos.

No mundo do trabalho escravo, aprender a trabalhar significava, sobretudo, aprender a servir e a obedecer ao senhor. Isso implicava, para a criança negra, ser iniciada num longo e sofrido aprendizado, em que deveria incorporar a maneira de ser... escrava. Esse aprendizado começava muito cedo e estava concluído por volta dos 12 anos de idade. Aos 14 anos as crianças já trabalhavam como adultos.

Na sociedade escravista, ao voltar o olhar, ainda que brevemente, à vida das crianças da elite, o que vislumbramos são as imensas diferenças, comparativamente à vida das crianças escravas, sendo a principal diferença óbvia: as crianças da elite branca não trabalhavam. Durante quatro séculos ocorreu a lenta e constante construção de uma mentalidade pautada na relação de mando e obediência; a desigualdade social entre as crianças escravas e as da elite expressa a própria estrutura econômica da época. Às crianças branca da elite estava reservado um tipo de vida que as preparava para as funções que viriam a assumir na sociedade: as meninas seriam as futuras sinhás – aprendiam a costurar e bordar, a tocar piano; e os sinhozinhos, que assumiriam as vezes de senhores-de-engenho, eram educados por professores (muitos estrangeiros), que lhes ensinavam conhecimentos gerais e idiomas. A situação de mando se afirma por meio das múltiplas relações que os indivíduos estabelecem entre si. Para as crianças da elite, as brincadeiras eram momentos privilegiados para exercitar e afirmar sua condição de superioridade na hierarquia social. Uma brincadeira típica era aquela em que o menino escravo, com joelhos e mãos apoiados no chão, servia de mula para o sinhozinho montar e trotar. Arqueado, curvado ao chão e sendo montado pelo sinhozinho, ao menino escravo se incutia, mesmo nessa “brincadeira”, sua condição de inferioridade na hierarquia social do mundo escravista.

Tal mentalidade, enraizada em nossa sociedade por quase quatro séculos, pode estar na raiz da aceitação como “natural” do trabalho de crianças e adolescentes pobres.

Na fábrica, na passagem do século XIX ao XX

No início do século XX, o que se buscava com o trabalho fabril era a disciplinarização do trabalhador, isto é, a incorporação de seus movimentos ao ritmo sincronizado das máquinas. Essa disciplina dos gestos e dos movimentos era ensinada desde cedo, empregando-se crianças de 10 anos de idade, ou menos. A história das crianças operárias acha-se assim inserida no processo de industrialização como um capítulo pontuado de relatos de acidentes de trabalho, que registram desde queimaduras, passando por perdas parciais de mãos e/ou braços, chegando mesmo à morte.

Alguns dados sobre o trabalho infantil, no final do século XIX e início do XX em São Paulo, ajudam a dimensionar o que pode ter significado o início do processo de industrialização para os pequenos operários. Em 1890, do total de empregados em estabelecimentos industriais, 15% era formado por crianças e adolescentes. Nesse mesmo ano o Departamento de Estatística e Arquivo do Estado de São Paulo registrava que $\frac{1}{4}$ da mão de obra empregada no setor têxtil da capital paulista era formada por crianças e adolescentes. Vinte anos depois, esse equivalente já era de 30%, segundo dados do Departamento Estadual do Trabalho. Já em 1919, segundo o mesmo órgão, 37% do total de trabalhadores do setor têxtil eram crianças e jovens; e, na capital paulista, esses índices chegavam a 40%. Crianças operárias trabalhavam em vários setores da atividade fabril; além da têxtil, estavam também presentes nas indústrias alimentícias e de produtos químicos, por exemplo.

Esses dados expressam, principalmente, a situação de pobreza vivida pela família operária. Da perspectiva dos industriais, o emprego e a baixa remuneração de mão-de-obra infantil-juvenil significava aumentar seus lucros,

pois pressionava para baixo o salário do trabalhador adulto.

Um recurso utilizado no meio industrial, supostamente para minimizar a inadequação do trabalho infanto-juvenil, foi a prática de fazer adaptar parte do maquinário aos pequenos corpos trabalhadores. A Fábrica de Tecidos Mariângela, instalada em São Paulo, adquiriu máquinas em tamanho reduzido para as crianças que empregava. Esse tipo de medida, porém, não alterava o fato de as crianças operárias serem submetidas a condições de trabalho inadequadas à idade e serem vítimas de acidentes. Em 1904, por exemplo, a menina Antonia de Lima perdeu parte de seu braço direito numa máquina de cortar fumo da fábrica Arthur Pereira, em São Paulo (Moura, 1999).

Aos “acidentes de trabalho” acresciam-se, ainda, os ferimentos resultantes de maus-tratos a que os pequenos trabalhadores estavam sujeitos pela ação de patrões e/ou chefias hierárquicas. Sob o argumento de manter “na linha” e de “prevenir o (mau) comportamento”, as crianças e adolescentes operários eram submetidos a castigos e humilhações, chegando a casos extremos de serem surradas e espancadas. Isso foi o que aconteceu com o garoto Vitto Lindolpho que, também em 1904, foi “brutalmente espancado pelo patrão”, quando este deu falta de 50 mil réis da gaveta da sapataria (Moura, 1999). Era comum também os pequenos trabalhadores serem castigados em decorrência de avaliações negativas de seu desempenho profissional.



OFICINA DE LATOEIRO. RIO DE JANEIRO - RJ (1908)

ICONOGRAFIA

Inadequação do trabalho à idade, disciplina-
rização e castigos atingiam não só meninos, como
meninas também. No entanto, a inserção de
meninas crianças e adolescentes se daria sob a
dupla discriminação de sexo e de idade, que com-
primia ainda mais sua remuneração. Além disso,
as crianças do sexo feminino também sofriam
com práticas de abuso sexual, então encobertas
pela relação de mando de seus superiores hierár-
quicos – que, embora em menor proporção, não
poupavam nem os meninos.

O mundo do trabalho, com sua disciplina fér-
rea e suas relações de poder – em que patrões e
chefes hierárquicos transformavam sua condição
social e funcional em instrumentos de mando,
imprimindo maus-tratos à mão-de-obra infantil
– não foi porém suficiente para subverter a in-
fância e adolescência a ponto de excluir o lúdico
das vidas de crianças e adolescentes. Relatos de
brincadeiras no interior das fábricas e oficinas –
inadequadas ao ambiente de trabalho, mas pró-
prias à idade – atestam que os pequenos traba-
lhadores não só transformavam em brinquedo
objetos de trabalho (como pedaços de ferro em
armas, por exemplo), mas em certos casos, resis-
tiam a obedecer regras, fazendo prevalecer sua
idade sobre a situação de trabalhadores, por meio
de malcriação, desobediência e constantes brin-
cadeiras. Além de resistência à rigidez de com-
portamento exigido pelo mundo do trabalho, as
brincadeiras sugerem que os pequenos traba-
lhadores também buscavam uma forma de quebrar
a monotonia da rotina. Elas “aliviavam a tensão
que permeava a situação de trabalho, resgatan-
do minimamente o direito à infância e à adoles-
cência, tão negado a esses trabalhadores” (Mou-
ra, 1999, p.270).

Nas fábricas, os trabalhadores se amontoa-
vam em ambientes insalubres, mal iluminados e
ventilados, com excesso de ruído. Nessas condi-
ções precárias permaneciam em excessivas jor-
nadas, que variavam de 12 a 14 horas diárias,
realizando esforço contínuo e intenso. A precari-
zação e o comprometimento da saúde constan-
temente geravam doenças, entre as quais a tão
temida tuberculose.

Em relação aos trabalhadores infanto-juvenis,
desde 1910 havia leis regulamentando a jornada
de trabalho de acordo com a idade, mas não eram
observadas. Em 1917, a Lei Estadual 1596 (SP)
definia o limite de até cinco horas diárias para

crianças entre 12 e 15 anos. O Decreto Estadual
n.233, de 1894, estabeleceria a jornada de 12
horas diárias para o conjunto do operariado, proi-
bindo jornadas noturnas após as 21h para meni-
nos menores de 15 anos e, para o sexo feminino,
até os 21 anos. Apesar da legislação, porém, dada
a inoperância ou inexistência de fiscalização go-
vernamental, o empresariado determinava sua
própria jornada – um exemplo é o do Cotonifício
Crespi (em São Paulo), cujos 60 “menores” em-
pregados trabalhavam durante 11 horas segui-
das, com um pequeno intervalo de 20 minutos à
meia-noite; sua jornada tinha início às 7 horas
da noite e se estendia até às 6 da manhã do dia
seguinte. Longe de ser um caso isolado, essa era
uma prática comum nos estabelecimentos indus-
triais do início do século XX.

Mas não só na indústria havia exploração do
trabalho infantil. De modo geral as cidades, ape-
sar dos baixos salários, ofereciam mais oportuni-
dades de trabalho, inclusive informais, como os
de vendedor ambulante, engraxate e jornaleiro.
Desse modo, a cidade representava um atrativo
para a família inteira migrante do campo, pois
acenava com a possibilidade de emprego para
os adultos e seus filhos. Entre os operários, de
uma maneira geral, o salário infantil era entendi-
do como forma de complementar o orçamento
familiar. No entanto, e ao contrário dessa expecta-
tiva, o agenciamento de mão-de-obra de crian-
ças e adolescentes pressionava para baixo os sa-
lários dos trabalhadores adultos.

Portanto, os empresários se beneficiavam du-
plamente da precária situação de vida e de tra-
balho do operariado em geral. Souberam tirar
proveito da grande quantidade de crianças que
perambulavam pela cidade. Com um discurso que
era um misto de filantropia e paternalismo, enal-
teciam o trabalho como uma suposta solução ou
alternativa para a convivência nas ruas com seus
riscos, sedução e vícios de toda ordem. Na insu-
ficiência deste, recorriam a outro argumento, o
do aprendizado. Na ausência ou omissão de polí-
ticas públicas em matéria de educação profissio-
nalizante, empresários alegavam propiciar o
aprendizado de habilidades para o exercício de
profissão ou função. Nesse caso, a tendência da
prática empresarial era a de não remunerar a
mão-de-obra aprendiz, que acabou sendo a ca-
tegoria mais explorada nas primeiras décadas
republicanas.

Trabalho infantil na Inglaterra, séculos XVIII e XIX

Atualmente, na maior parte dos países desenvolvidos da Europa as crianças e adolescentes são em geral respeitadas em seus direitos: estudam, brincam e se preparam de forma adequada para a vida adulta. Mas nem sempre foi assim. Embora o trabalho infantil seja constante na história da humanidade, ganhou evidência a partir da Revolução Industrial, nos séculos XVIII e XIX.

Segundo o historiador Thompson (1987, p.202-24) na Inglaterra, por exemplo, houve uma intensificação drástica da exploração do trabalho de crianças entre 1780 e 1840, período em que as transformações na produção estavam em curso, com a introdução do sistema de fábrica. Crianças trabalhavam nas minas de carvão e nas fábricas, "(...) quase todas doentias, franzinas, frágeis, além de andarem descalças e mal vestidas. Muitas não aparentavam ter mais de 7 anos", escreveu um médico, sobre as que trabalhavam em uma fábrica em Manchester.

As jornadas eram longas, tanto quanto as dos adultos, variando de 12 a 15 horas diárias. Os salários eram muito baixos, apenas um complemento para a pequena renda familiar; e as fábricas, sujas, escuras, mal ventiladas.

Embora o trabalho infantil não fosse novidade já nessa época, segundo Thompson (1987) a diferença entre o que era antes realizado, no âmbito familiar, e

o sistema fabril, é que este último herdou as piores feições do sistema doméstico, numa situação em que não existiam as compensações do lar, utilizando o trabalho de crianças pobres, explorando-as com brutalidade tenaz.

Isso pode ser evidenciado nos Relatórios dos Comissários de Trabalho Infantil, resultantes de investigações determinadas pelo Parlamento Britânico em 1833:

O presente inquérito reuniu (...) uma grande quantidade de provas sobre os diversos aspectos das condições das fábricas, que exercem importante influência na saúde dos trabalhadores, adultos e crianças. Nas fábricas (...) [o ambiente] é sujo; mal ventilado; mal drenado; sem banheiros ou vestiários; sem exaustores para a poeira; [há] maquinária solta (...). Disso resulta:

- ✓ *Que as crianças empregadas em todos os ramos de manufatura do Reino trabalham o mesmo número de horas que os adultos;*
- ✓ *Que os efeitos de trabalho tão prolongado são: a deterioração permanente da constituição física; a aquisição de doenças incuráveis; a exclusão (por excesso de fadiga) dos meios de obtenção da educação adequada;*
- ✓ *Que, na idade em que as crianças sofrem prejuízos*

com o trabalho, elas ainda não são emancipadas, sendo alugadas e seus salários recebidos pelos pais ou responsáveis (Documentos parlamentares ingleses, apud São Paulo, 1978).

O fato é que, a despeito da opinião dos ricos, que consideravam as crianças trabalhadoras nas fábricas "ativas", "laboriosas" e "úteis" (sendo afastadas dos parques e pomares), os anos de 1830 a 1840 foram de intensa agitação operária pela melhoria das condições de trabalho e redução da jornada, tanto dos adultos quanto das crianças. Comitês pela Redução da Jornada foram criados, "encorajando a dignidade (...) e explicando o valor da educação para os não-instruídos". O movimento de apoio às crianças operárias cresceu e ganhou adeptos em outros setores da sociedade. Thompson, na condição de historiador e cidadão inglês, conclui sua análise dizendo que "a exploração das crianças, na escala e na intensidade com que foi praticada, representou um dos acontecimentos mais vergonhosos da nossa história".





MENINA EXTRAÍ RESINA DE PINHEIRO. ITAPETININGA - SP

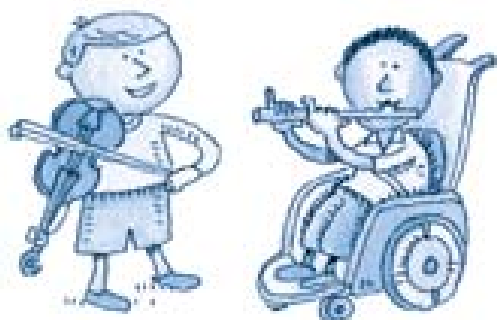


Direitos da criança e do adolescente

Os direitos da criança e do adolescente no Brasil são assegurados na Constituição Brasileira e especificados no ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente. Fruto de um processo democrático, de mobilização e organização popular poucas vezes visto na história da sociedade brasileira, o ECA representa o esforço de diversos setores sociais comprometidos com a causa da infância e juventude. Durante a elaboração da Constituição de 1988, diversos grupos de pressão e movimentos sociais organizados denunciaram a situação desumana e violenta a que estavam submetidas grandes parcelas da população de crianças e adolescentes pobres do país e conseguiram aprovar dois artigos constitucionais sobre os direitos da infância e juventude, que vieram a servir de base para a elaboração do ECA em 1990.

Nesse sentido, falar do ECA implica falar dos movimentos sociais que, de alguma maneira, resistiram à ditadura militar e, no início da década de 80, cresceram e se articularam politicamente, nas áreas de educação, saúde, habitação, infância e juventude, entre outras. A principal bandeira desses movimentos era a democratização da sociedade brasileira e a melhoria das condições de vida da população. Sua expressão maior veio a ser o novo texto constitucional (que substituiu o que estava em vigor desde 1969, considerado autoritário e centralista). Nesse contexto, os movimentos especificamente voltados para a infância e juventude promoveram intenso debate que levou, em março de 1988, à formação do Fórum Nacional Permanente de Entidades Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA). O esforço reunido desses setores comprometidos com a defesa da infância e juventude culminou na importante emenda popular “Criança prioridade nacional”, incorporada nos artigos 227 e 228 da Constituição Federal – que, por sua vez, foram fundamentais para a elaboração de uma lei específica regulando os assuntos da infância e juventude, o ECA, promulgado em 1990.

Um olhar retrospectivo permite visualizar que as lutas e negociações travadas no Brasil pela conquista dos direitos da criança e do adolescente estão inseridas no contexto das lutas internacionais – o que não quer dizer que o que ocorria no Brasil fosse apenas reflexo do que estava sendo discutido no mundo. Já em 1924, a Declaração de Genebra determinava “a necessidade de proporcionar à criança uma proteção especial”. Da mesma forma, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, das Nações Unidas (ONU, [2000]) afirmava o direito da criança a cuidados e assistência especiais. Estes foram finalmente consolidados na Declaração dos Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1959 (ONU, 1959 – ver cartaz 1).



O ECA - ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O ECA pretende assegurar, a toda criança e adolescente, o direito básico de viver – desenvolver-se saudavelmente, educar-se e receber proteção. Contrariando a tradição brasileira de estabelecer o ordenamento jurídico a partir “de cima” (quase sempre atendendo aos interesses dos segmentos dominantes da sociedade), o ECA resultou desse processo de mobilização dos setores sociais comprometidos com a mudança, tanto na maneira de “ver” a criança e o adolescente quanto no atendimento a lhes ser dedicado. Assim, sua redação evitou o termo “menor”, o que representou uma mudança radical em relação à legislação anterior sobre o assunto, o Código de Menores. O termo “menor”, de larga utilização no senso comum, na imprensa e mesmo na pesquisa científica, inicialmente associado à idade, passou a assumir conotação estigmatizante, designando principalmente crianças pobres, abandonadas, ou que incorriam em delitos, generalizando-se daí por diante para referir-se a crianças e adolescentes oriundos das camadas populares e em situação de miséria. Substituir o termo “menor” por criança e adolescente é, portanto, uma atitude política e filosófica de resistência e não-discriminação.

Nesse sentido, o ECA representa uma mudança de paradigma na área da infância e da juventude, na medida em que incorpora uma nova concepção de criança e adolescente – como sujeitos de direitos – na perspectiva da proteção integral, em contraposição à concepção anterior, em que eram definidos por suas carências. Pensar a infância e a adolescência nessa perspectiva significa reconhecer que, nessa fase da vida, crianças e adolescentes necessitam de atendimento e cuidados especiais para se desenvolver plenamente; e essas necessidades constituem direitos do conjunto desse segmento social, sem discriminação de qualquer tipo.

O principal aspecto do ECA é especificar os direitos da criança e do adolescente no que diz respeito à vida e saúde, à liberdade, respeito e dignidade, à educação, cultura, esporte e lazer, e à profissionalização e proteção no trabalho. Além disso, explicita claramente a condenação legal contra toda e qualquer forma de ameaça ou violação dos direitos, sob forma de violência, exploração, discriminação ou negligência, responsabilizando o poder público pela implementação de políticas sociais “que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência” (Art. 7º). O Estatuto também assegura às crianças e adolescentes o direito à con-

vivência comunitária e familiar, à livre expressão de opiniões e crenças; o direito de brincar, de praticar esportes e de se divertir. Cabe aos adultos preservar-lhes a integridade física, moral e psíquica, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento ou constrangedor.

Dois direitos assegurados pelo ECA, em especial, interessam-nos aqui: o direito à educação e a proteção no trabalho. Entre os maiores ganhos do Estatuto está o reconhecimento do princípio da centralidade da educação. O direito à educação como direito do cidadão criança e adolescente e como dever do Estado e da sociedade tem sido um instrumento poderoso na exigência do direito de acesso à escola pública e gratuita, próxima da residência, em igualdade de condições de acesso e permanência, assegurando-se também o direito a programas suplementares de material didático-escolar, transporte escolar, alimentação e assistência à saúde. Cabe ao Estado oferecer ensino fundamental, obrigatório e gratuito, buscar a progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade para o ensino médio, além de assegurar a oferta de creche e pré-escola para as crianças de até 6 anos. O Estatuto determina ainda que deve ser oferecido ao adolescente trabalhador ensino noturno regular e atendimento especializado para os portadores de necessidades especiais, estabelecendo a obrigação dos pais de matricular seus filhos na escola e definindo como direito dos responsáveis participar da definição das propostas educacionais. Na perspectiva aqui adotada, esse direito é tão importante que é tratado em tópico à parte, adiante.

No que se refere ao trabalho, o capítulo V do ECA é inteiramente dedicado ao tema. Embora o Estatuto tenha definido a idade mínima de 14 anos para a admissão ao trabalho, legislação posterior (Brasil, 2000a), como já mencionado, determinou a idade mínima de 16 anos; o trabalho da criança de 0 a 14 anos permanece terminantemente proibido; e ao adolescente entre os 14 e 16 anos é facultado o trabalho na condição de aprendiz.

Ao ingressar em um emprego, o adolescente maior de 16 anos tem todos os direitos assegurados ao trabalhador na CLT (carteira de trabalho assinada, salário, repouso semanal remunerado, férias, recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, direitos previdenciários etc.).

É possível o adolescente com mais de 14 anos trabalhar como aprendiz, sendo a aprendizagem realizada pelos Serviços Nacionais de Aprendizagem instalados em todo o país, por organizações credenciadas de ensino profissionalizante ou na própria empresa, desde que supervisionada pelos órgãos públicos responsáveis das Secretarias de Edu-

cação e Delegacias do Trabalho e que sejam observadas as regras de proteção ao trabalho previstas na CLT. O Estatuto determina, porém, em seu artigo 68 sobre o trabalho educativo, que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevaleçam sobre o aspecto produtivo.

A única possibilidade de trabalho para o adolescente sem vínculo de emprego é a condição de estagiário. Mas essa forma de aprendizagem profissional é regida por legislação específica, que estabelece entre outras coisas que haja compatibilidade entre a atividade do estágio ("parte prática") e o horário escolar ("parte teórica"), não devendo a jornada de estágio ultrapassar seis horas diárias, objetivando priorizar a frequência à escola diurna.

Para fazer valer os direitos que arrola, o ECA também determina a criação de um sistema de garantia de direitos e de proteção integral, o que significa dizer que não apenas descreve os direitos, mas cria mecanismos para que os mesmos possam ser assegurados na prática. A proteção integral obriga a que todas as políticas sociais se articulem para viabilizar o atendimento às necessidades da criança e do adolescente. A exigibilidade torna legítima a defesa comunitária desse atendimento por meio dos Conselhos de Direitos (nacional, estaduais e municipais) e dos Conselhos Tutelares. Cabe aos Conselhos de Direitos formular e definir políticas públicas para a infância e juventude, financiadas com recursos da União, dos estados e municípios. Em cada município deve haver um Conselho Municipal e um Fundo da Criança e do Adolescente. Apesar de serem instrumentos democráticos, é preciso fiscalizar as políticas formuladas pelos conselhos, bem como o destino dos recursos do Fundo. Os Conselhos Tutelares são órgãos autônomos e permanentes, encarregados de garantir o respeito aos direitos de todos as crianças e adolescentes. É composto por cinco membros eleitos pela própria comunidade que têm como atribuições, dentre outras, atender crianças e adolescentes cujos direitos foram ameaçados ou violados, aplicando as devidas medidas de proteção; atender e aconselhar pais e responsáveis; requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança. Vale lembrar que somente a autoridade judiciária tem poder para rever as decisões do Conselho Tutelar (mais de uma década depois da promulgação do ECA, porém, o papel dos conselheiros de direitos e tutelares ainda é pouco entendido por diversos setores da sociedade).

O Estatuto institui pois direitos dos quais não podemos abrir mão – e tampouco podemos deixar de lutar para sua efetiva implementação.

Direito à educação, direito à infância

Em todos os países que lutam pela eliminação do trabalho infantil, é consenso que a pobreza é a principal causa do ingresso precoce das crianças no mundo do trabalho. As famílias, premidas pela miséria, muitas vezes não encontram alternativas a não ser buscar a complementação de renda por meio do trabalho dos filhos. Portanto, o combate a essa forma de exploração não pode ser dissociado de outras políticas que tenham como objetivo intervir na diminuição da pobreza. E uma das maneiras de incidir sobre a pobreza é propiciar mais e melhor educação às camadas pobres. Estudos recentes demonstram que o baixo índice de escolaridade da população gera e realimenta as desigualdades sociais e a concentração de renda. Investir na educação básica é uma estratégia para reduzir as desigualdades e melhorar a qualidade de vida da população (Barros *et al.*, 1990).

No Brasil, a luta pela prevenção e eliminação do trabalho infantil está centrada na garantia do direito à educação básica, associada a outras ações, como complementação da renda familiar e implantação e desenvolvimento de programas socioeducativos no período complementar à escola.

Organismos internacionais e nacionais, pesquisadores e educadores não se cansam de ressaltar a importância da educação na formação de cidadãos. Educados, estes estariam melhor capacitados a enfrentar as exigências de uma sociedade cada vez mais complexa: uma sociedade que exige das pessoas assumir uma postura que implica discernir, escolher e se posicionar frente às mais diversas informações e situações da rea-

lidade. Certamente um requisito básico para esse modo de estar no mundo é a existência de parâmetros éticos que sirvam de balizamento à multiplicidade de escolhas que se colocam no dia-a-dia dos indivíduos. A questão que então se coloca é: qual educação poderia dar conta desses desafios?

Entre os organismos internacionais, a UNESCO, por meio do *Relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI*, coordenado por Jacques Delors (1998) aponta a necessidade de a educação estar apoiada numa concepção de aprendizagem que contemple o aprender a conhecer, a fazer, a conviver e a ser. A perspectiva é a de que os cidadãos acessem e apreendam os conhecimentos construídos e acumulados socialmente, que compreendam e atuem criticamente na realidade social não só mais próxima, como também na mais ampla, no sentido de sua modificação, preservação ou ampliação das conquistas sociais. Trata-se, portanto, de incorporar os conhecimentos à própria prática, ao próprio fazer-se no dia-a-dia. Para isso, é necessário desenvolver competências pessoais que envolvem flexibilidade, criatividade e predisposição para um contínuo processo de aprendizagem.

Também internacionalmente foi firmada, em 1990, a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (conhecida como EFA, sigla em inglês de educação para todos, *Education For All*) no âmbito de conferência organizada por agências da ONU (UNICEF, 1990). Esse documento, do qual o Brasil é signatário, determina que toda pessoa deve poder se beneficiar de uma formação que compreenda tanto os instrumentos de aprendizagem essenciais (leitura, escrita, expressão oral, cálculo, resolução de problemas) quanto de conceitos, atitudes e valores indispensáveis à convivência social saudável. No Brasil, em consonância com a EFA e como resultado de movimentos de educadores que a antecederam³, foi elabora-



3 Desde a década de 80 movimentos de educadores pleiteavam o resgate da importância da escola pública de qualidade e acessível a todos, em confronto com visões então predominantes, que viam a escola basicamente como instrumento de perpetuação das elites. As CBE – Conferências Brasileiras de Educação – surgiram da aproximação entre associações de professores das redes públicas de ensino e entidades ligadas à pesquisa e ao ensino universitário, tendo representado importante espaço para a ampliação dos debates que vinham ocorrendo na área educacional. Realizadas entre 1980 e 1988, “tiveram papel de destaque, pois foi a partir delas que se consolidou uma posição em defesa do ensino público e da melhoria da qualidade do ensino (...) visando a democratização da educação” (Setubal *et al.*, 2001, p.22).

do o Plano Nacional de Educação para Todos, um conjunto de diretrizes que orienta a implementação das políticas educacionais no país.

Uma das metas do Plano, já alcançada em praticamente todas as regiões do país, é a universalização do acesso à escola fundamental – o que inclui o acesso das crianças e adolescentes de todas as camadas sociais, impedindo que a apropriação do conhecimento por uma parte da sociedade seja utilizada como instrumento de exclusão social de milhares de crianças e jovens.

Mas uma educação que contribua para a inclusão social deve contemplar tanto a democratização do acesso às instituições educacionais quanto a permanência na escola, com aprendizagem efetiva. E isso ainda não foi alcançado, como atestam os elevados índices de repetência e evasão escolar. Para as crianças trabalhadoras, como se viu, esses índices são ainda mais elevados, o que reforça a necessidade de combater o trabalho infantil, que dificulta o acesso à escola, cada vez mais fundamental para o exercício da cidadania.

É importante, entretanto, considerar que o direito à educação não se reduz à frequência à escola formal. Embora esta constitua espaço privilegiado para o desenvolvimento do processo educativo, a sociedade e o Estado podem e devem assumir suas responsabilidades no sentido de criar

outros espaços de educação e socialização para crianças e jovens, que não apenas o escolar. Desenvolver plenamente o potencial presente em cada criança não é tarefa somente da escola, mas da família e da sociedade como um todo. Os programas socioeducativos que se desenvolvem no horário oposto ao da escola têm a função de criar oportunidades para que crianças de famílias de baixa renda pratiquem esportes, desenvolvam atividades artísticas e culturais, desenvolvam competências sociais, brinquem e tenham seu estudo acompanhado. A intenção não é a de substituir ou repetir o que a criança faz na escola, mas complementar e enriquecer a educação que ela recebe de seus professores e familiares. Vale lembrar que as crianças de outros estratos sociais se aprimoram em aulas particulares, frequência a clubes, bibliotecas, museus, teatros etc. Complementar a educação daquelas crianças é contribuir para a maior equidade nas oportunidades educacionais. Assim, parte dos esforços para combater o trabalho infantil devem ser destinados a fortalecer essas ações complementares à escola. Nessa perspectiva é que se justifica a luta por uma escola de qualidade que garanta o ingresso, regresso, permanência e sucesso da criança e, ao mesmo tempo, a luta por espaços, públicos ou não, que ofereçam oportunidade de acesso e prática de esporte, arte, cultura e lazer.

Viver a infância, ir à escola e ter possibilidades concretas de desenvolver atividades compatíveis com a faixa etária em que se encontram são condições necessárias ao pleno desenvolvimento das potencialidades das crianças e adolescentes. E um tipo especial dessas atividades são as brincadeiras.



A importância do brincar

As brincadeiras são universais, estão presentes na história da humanidade ao longo dos tempos, fazem parte da cultura de um país, de um povo. Achados arqueológicos do século IV a.C., na Grécia, descobriram bonecas em túmulos de crianças. Há referências a brincadeiras e jogos em obras tão diferentes como a *Odisseia* de Ulisses e o quadro *Jogos infantis*, de Peter Brueghel, pintor flamengo do século XVI. Nessa tela de 1560, são apresentadas cerca de 84 brincadeiras que ainda hoje estão presentes em diversas sociedades. No Brasil, muitas delas podem ser encontradas no repertório das crianças de diversas regiões do país; por exemplo, “cabra-cega” e “boca de forno” parecem ser variantes das brincadeiras “galinha-cega” e “o-chefe-mandou”, representadas naquele quadro. Mas há também diferenças nos jogos, brincadeiras e brinquedos ao longo da história, no interior das culturas e entre as classes sociais. Assim, pode-se dizer que o brincar, ao mesmo tempo, expressa aquilo que há de universal e permanente na infância humana e as peculiaridades de



uma determinada cultura ou grupo social.

Uma forma de brincar é o faz-de-conta das crianças, que começa muito cedo pela imitação dos adultos. Ao exercê-lo, a criança vai se apropriando das vivências cotidianas, internalizando essas experiências e tornando-as suas. Essa é uma das formas de a criança explorar, experimentar e conhecer o mundo e a realidade que a circunda. Quando brinca de bonecas está re-apresentando o cuidar que experimenta da mãe, está vivendo esse papel em seus aspectos cognitivos e afetivos; no faz-de-conta pode exercer diversos papéis para, dessa forma, melhor compreendê-los. E, à medida que esse processo se amplia com a participação de outras pessoas, a criança vai aprendendo a lidar com diferentes situações, a estabelecer relações entre ela e o outro, ao mesmo tempo que se diferencia deste.



As brincadeiras como cantigas de roda, cabra-cega, queimada e os diversos tipos de atividades esportivas e jogos como futebol, xadrez ou damas, por exemplo, apresentam situações pré-estabelecidas, não são criadas por um indivíduo em particular. Portanto, não expressam diretamente aspectos de suas próprias vivências. Mas nelas também a criança experimenta emoções e vivências comuns a todos os indivíduos, simbolicamente representadas, e aprende a respeitar regras e limites, a conviver com o outro. Além disso, nas brincadeiras tradicionais a criança entra em contato com experiências passadas, que fazem parte da história da cultura em que vive. Dessa forma, brincando – sem estar exercendo funções adultas – a criança elabora sentimentos, fantasias, angústias, medos, aprende a se relacionar com o mundo e a se apropriar da história do grupo social de que faz parte – e da história da humanidade.

O brincar tem hoje sua importância reconhecida por estudiosos, educadores, organismos governamentais nacionais e internacionais. A Declaração Universal dos Direitos da Criança (aprovada na Assembleia Geral das Nações Unidas em 1959), no artigo 7º, ao lado do direito à educação, enfatiza o direito ao brincar: “Toda criança terá direito a brincar e a divertir-se, cabendo à sociedade e às autoridades públicas garantir a ela o exercício pleno desse direito”.



próprias, conforme se pode verificar nestes depoimentos:

Na rua só durmo em grupo. Tenho meu grupo certo de três amigos e a gente está sempre junto. De noite a gente dorme junto, e de dia a gente brinca junto, também. A gente gosta muito de brincar de picula, porque é uma brincadeira legal e alegre.

(depoimento colhido por Ataíde, 1996, p.89)

Nunca teve festa no dia do meu aniversário. Desde que eu era pequeno que eu queria muito ter um bolo no meu aniversário... queria convidar meus amigos para uma festa (...) mas isso nunca aconteceu porque nunca sobrava dinheiro em casa para festinhas...

(depoimento colhido por Ataíde, 1996, p.95)

Pode-se compreender, pois, como o trabalho precoce, ao dificultar não só os estudos mas também o brincar, inviabiliza ou restringe as possibilidades de desenvolvimento das crianças, sua preparação para se tornarem adultos e cidadãos saudáveis, críticos e participativos.

Em 1961, foi criada a IPA – Associação Internacional pelo Direito de Criança Brincar. Dez anos depois, em 1971, a IPA foi reconhecida pela UNESCO e passou a agir de acordo com seus princípios.

O direito de brincar também é explicitado no ECA: referindo-se

ao direito à liberdade, o art. 16 inciso 4 reafirma o direito a “brincar, praticar esportes e divertir-se” (Cury *et al.*, 1992, p.63).

A dimensão lúdica na vida das crianças e adolescentes, porém, não é valorizada apenas por especialistas, mas por elas





SISALEIRO (7 ANOS) ESTENDENDO FIBRAS PARA SECAGEM. LAGOA DO BOI - BA



Contrapondo-se ao trabalho infantil

Vimos que o trabalho infantil já foi preconizado como “solução” para os problemas da infância pobre. E, agora, é reconhecido universalmente como um grave problema, revelador da situação de miséria e exclusão social vivida por milhares de famílias. A mudança nesse modo de olhar a questão vem acontecendo lentamente. No Brasil, surge do esforço de grupos organizados, movimentos sociais, sindicatos e diversas instituições, especialmente a partir da década de 90.

Estudos acadêmicos, reportagens-denúncia, levantamentos estatísticos, seminários e debates foram realizados. Aos poucos, a discussão ganha corpo, torna-se pública e a questão “Trabalho infantil” vem constituindo mais um dos problemas que a sociedade brasileira precisa enfrentar e propor alternativas visando sua superação. Recapitulamos algumas das ações que pontuam essa luta.

A Marcha Global Contra o Trabalho Infantil

Partindo da África do Sul, do Brasil e das Filipinas, a Marcha percorreu 80 mil quilômetros, de janeiro a junho de 1998. Em 29 de maio desse ano, 600 pessoas, dentre as quais 104 crianças e adolescentes representando seus pares dos quatro continentes, reuniram-se na sede da OIT na Suíça. Foi o ponto culminante das mobilizações, caminhadas e encontros realizados nos diversos países do mundo, envolvendo milhares de pessoas. A maioria dos meninos e meninas participantes era de ex-trabalhadores, resgatados de lixões, das ruas, de pequenas e grandes plantações, de fábricas e de outros sorvedouros da infância pobre e desatendida por esse mundo afora.

A presença dessas crianças e adolescentes na Marcha contribuiu para chamar a atenção da opinião pública mundial para a necessidade da eliminação do trabalho infantil, que persiste no início do novo milênio. Também permitiu a essas crianças e jovens aparecer, resgatando-os da invisibilidade e deixando que sua própria voz ecoasse pelo mundo, anunciando que é preciso e possível mudar essa realidade, de modo a garantir-lhes o direito a uma infância digna.

O Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil

Esse organismo, criado em 1994, é composto por representantes de organizações não-governamentais e governamentais, de trabalhadores, empresários, membros da Igreja Católica e dos poderes legislativo e judiciário. Além dessas instituições, conta com a participação de organismos internacionais, como a OIT e o UNICEF.

Seu objetivo é discutir as ações de prevenção e erradicação do trabalho infantil, visando garantir o cumprimento da legislação em vigor no país. O Fórum propõe-se a atuar como articulador entre os diversos projetos e programas no âmbito das esferas federal, estadual e municipal, buscando assegurar o acesso, a permanência e o sucesso das crianças na escola. Seus integrantes acreditam que uma atuação coerente no que diz respeito ao trabalho infantil deve procurar melhorar as condições de vida das famílias e não somente das crianças, contemplando os aspectos básicos de saúde, educação e trabalho.

O Fórum Nacional constitui o mais amplo e importante espaço de discussão sobre a questão da prevenção e erradicação do trabalho infantil no Brasil, não apenas por congregar os diversos segmentos sociais, mas por seu caráter democrático.



CHEGADA DA MARCHA GLOBAL EM GENEVRA, 1998

O PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

O PETI, vinculado à SEAS – Secretaria de Estado de Assistência Social do Ministério da Previdência e Assistência Social, foi lançado em 1996, como uma das primeiras ações concretas resultantes de denúncias e reivindicações relacionadas ao trabalho de crianças no Brasil. Surgiu com a perspectiva de eliminar as piores formas de trabalho de crianças e adolescentes no país.

A primeira experiência foi implantada em 1996, nas carvoarias do Mato Grosso do Sul e, nos anos seguintes, nos canaviais de Pernambuco e na região sisaleira da Bahia. Em 1998 o programa atingia as regiões cítricas do Sergipe, um garimpo de Rondônia e canaviais do Rio de Janeiro. Em 1999 passou a contemplar os estados de Alagoas, Espírito Santo, Pará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Santa Catarina.

O público alvo do PETI são as famílias em condições de miséria, com filhos na faixa de 7 a 14 anos que realizem trabalhos considerados perigosos, insalubres, penosos ou degradantes. Seu principal instrumento é a “Bolsa Criança-Cidadã”, que complementa a renda das famílias com R\$ 25,00, desde que estas mantenham os filhos freqüentando escola; propicia ainda uma série de atividades socioeducativas para além do horário normal das aulas (jornada escolar ampliada).

O programa visa garantir condições mínimas para que a família promova o atendimento de suas necessidades fundamentais e não precise da renda gerada pelo trabalho das crianças. Em dezembro de 2000, 362.000 crianças e adolescentes estavam sendo atendidas pelo PETI, em 590 municípios de 26 unidades da Federação.

Apesar de o PETI apresentar concretamente resultados positivos, devemos considerar alguns problemas em sua operacionalização. O programa tem um caráter emergencial, uma vez que não é acompanhado de políticas mais efetivas voltadas para superar a injusta distribuição da renda no país, situação essa responsável pela permanência das condições que impelem as crianças para o trabalho precoce. As idades determinadas para inclusão e desligamento do programa (7 a 14 anos) atuam como limitador da abrangência da população atendida. Há casos de crianças que, ao serem excluídas do programa por completarem 15 anos, retornam ao trabalho nas mesmas condições de ilegalidade anteriores, apesar de a legislação proibir o trabalho para os menores de 16 anos.

As políticas públicas nas áreas de educação, saúde, trabalho, justiça, emprego e renda, entre outras, apresentam um grau de articulação ainda incipiente com o PETI, dificultando uma ação intergovernamental mais efetiva no combate ao trabalho infantil. Alguns municípios não estabelecem parcerias estáveis com

os governos estaduais e federal, o que inviabiliza ações do PETI em determinadas localidades.

Frente aos dados alarmantes, já expostos, em que crianças e adolescentes de 5 a 16 anos exercem diversas atividades econômicas, contrariando a legislação e, principalmente, comprometendo seu desenvolvimento biológico, psicológico e social, o governo consegue atingir, com o PETI, uma reduzida parcela desses pequenos trabalhadores.



O Mapa de indicadores do trabalho de crianças e adolescentes no Brasil

Em 1996, o Ministério do Trabalho e Emprego realizou em todo o país, por meio das Delegacias Regionais do Trabalho, um levantamento detalhado da incidência de trabalho infantil, por regiões e estados brasileiros. Foi produzido um diagnóstico preliminar, com informações sobre o tipo de atividade, as tarefas realizadas, as condições de trabalho e os riscos à saúde e à segurança das crianças. Esses dados, atualizados e complementados, foram reunidos no documento *Mapa de indicadores do trabalho de crianças e adolescentes* (Brasil, 1999), com novas informações sobre o assunto, incluindo dados a respeito dos municípios onde ocorreu redução do emprego da força de trabalho infantil.

Esse documento, sem dúvida, é importante por fornecer dados que contribuem para a implementação de ações visando a erradicação do trabalho infantil. Contudo, as denúncias decorrentes dessa pesquisa e a correspondente fiscalização têm sido insuficientes para coibir a atuação dos empregadores, responsáveis pelo gesto fundamental: dar emprego a crianças, em vez de a adultos.



Participação dos empresários: a Fundação ABRINQ

Criada em 1990, a Fundação ABRINQ incluiu a luta pela eliminação do trabalho infantil no rol de suas preocupações a partir de 1995. Dentre outras ações, criou o selo “Empresa Amiga da Criança”, destinado às empresas que respeitam a legislação referente ao trabalho infantil. Também procura atuar sobre as cadeias produtivas, isto é, acompanhar todas as fases de produção de um determinado item, desde a matéria-prima até o produto final, com o intuito de detectar a existência de exploração do trabalho infantil.

Recentemente, a Fundação ABRINQ aumentou as exigências relativas ao compromisso com a infância, para reconhecer uma empresa como “Amiga da criança”. Trazendo o tema do combate ao trabalho infantil para o âmbito da discussão sobre a responsabilidade social das empresas, amplia-se o engajamento do empresário na defesa dos direitos das crianças e adolescentes, estimulando também o envolvimento do setor produtivo em programas educacionais locais.



Mobilização dos trabalhadores: o papel de centrais sindicais, confederações e sindicatos

Os sindicatos introduziram em primeira instância a questão do trabalho infantil na pauta do movimento social em defesa dos direitos da criança. As centrais sindicais (CUT, CGT, Força Sindical), com o apoio do programa IPEC da OIT, iniciaram em 1992-1993 uma campanha para a conscientização de sindicalistas e mobilização da sociedade. Além de enfatizar os direitos negados às crianças, promoveram a realização de seminários para sindicalistas, encontros e caravanas de crianças trabalhadoras, voltados para a denúncia e a pressão direta junto ao governo (Carvalho, 2000). As centrais sindicais e as confederações de trabalhadores (CONTAG, por exemplo), integraram-se ao Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil desde a sua formação, em 1994.

Organizações sindicais realizaram estudos que subsidiaram, entre outras ações, a discussão para a formulação de políticas públicas pertinentes, programas de atendimento às crianças e a inclusão da questão do trabalho infantil nos contratos coletivos de trabalho. Também promoveram cursos de capacitação dos trabalhadores a respeito da cidadania das crianças, o que os fortalece para participarem mais ativamente em conselhos como de direitos da criança, de assistência social, entre outros.

A CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, parceira da OIT neste projeto –, visando ampliar o engajamento de educadores e suas organizações no combate ao trabalho infantil, vem desenvolvendo atividades como:

- ✓ realização de uma pesquisa, em cinco estados brasileiros, envolvendo a comunidade local, famílias, educadores e governo, que resultou em uma cartilha específica sobre o tema (CNTE, 1999);
- ✓ participação nas marchas estaduais, nacional e global contra o trabalho infantil;
- ✓ inserção de representantes nos Conselhos da Criança e do Adolescente em nível nacional e estadual, interferindo nas políticas públicas de atendimento à população infanto-juvenil;
- ✓ participação no debate sobre a questão da imputabilidade penal;
- ✓ participação no Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.

Além dessas, várias outras atividades vêm sendo desenvolvidas nos sindicatos de base e em conjunto com outras frentes que buscam a adesão dos vários segmentos da sociedade (governo, empresários, educadores, trabalhadores em geral) à luta para prevenir e erradicar esse mal que compromete por inteiro o futuro da nação.



Considerações finais

Refletir sobre soluções que, de alguma maneira, enfrentem a realidade do trabalho infantil implica, principalmente, discutir a urgência de uma política econômica que redistribua a renda de maneira mais justa, promovendo as reformas estruturais necessárias e implantando programas específicos para as famílias em situação de pobreza extrema, para erradicar de maneira definitiva a prática do trabalho infantil no país. Tais medidas devem estender a todos os brasileiros condições dignas de moradia, uma educação pública de qualidade e um sistema de saúde eficiente.

Essas são ações de caráter político-institucional, mas muito também pode ser feito no cotidiano, por cidadãos comuns. Não basta discutir e refletir sobre as condições em que uma imensa parcela de crianças e jovens estão sendo precocemente inseridos no mundo do trabalho. É preciso agir e propiciar condições para que o problema seja efetivamente resolvido. Cada qual com sua parcela de contribuição e responsabilidade, governos, empregadores, trabalhadores e suas organizações, organizações da sociedade civil e as próprias famílias devem empenhar-se no objetivo comum de garantir a todas as crianças e adolescentes os direitos assegurados na Constituição brasileira.

Referências bibliográficas

- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC Ed., 1981.
- ATAÍDE, Iara D. B. Falam as crianças: depoimentos. In: ARAÚJO, Braz (org.) *Crianças e adolescentes no Brasil: diagnósticos, políticas e participação da sociedade*. Campinas: Fund. Cargill, 1996. p.83-98.
- AZEVEDO, Jô, HUZAK, Iolanda, PORTO, Cristina. *Serafina e a criança que trabalha*. 12.ed. São Paulo: Ática, 2000.
- BARROS, Ricardo P. *Trabalho doméstico infanto-juvenil no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEC/OIT, 2000. mimeo.
- BARROS, Ricardo P., MENDONÇA, Rosane S. P. *Determinantes da participação de menores na força de trabalho*. Brasília: IPEA, 1990. (Texto para Discussão, 200).
- BENJAMIN, Walter. *A criança, o brinquedo, a educação*. São Paulo: Summus, 1984.
- BEQUELLE, Assefa. *O trabalho infantil: perguntas e respostas*. Brasília: OIT, 1993.
- BRASIL. Leis, decretos etc. *Lei 10.097 de 19 dez. 2000* [altera dispositivos da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho, dispondo sobre a proibição do trabalho a menores de 16 anos...] Brasília, 2000a. Na Internet: www.fundabrinq.org.br/peac/Base/legislacoes/lei10097.htm.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas em Educação. *EFA-2000: educação para todos; avaliação do ano 2000*. Brasília, 2000b. Na Internet: www.inep.gov.br.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental*. Brasília, 1998.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Inspeção do Trabalho. *Mapa de indicadores do trabalho da criança e do adolescente*. Brasília, 1999.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Inspeção do Trabalho. Depto. de Segurança e Saúde no Trabalho. *Portaria n.06 de 5 fev. 2001* [dispõe sobre proibição de trabalho a menores de 18 anos em 81 locais ou tipos de serviços, classificados como insalubres ou perigosos, atendendo ao princípio da proteção integral à criança e ao adolescente...] Brasília, 2001. Na Internet: www.mtb.gov.br/sit/port/dsst/ssstp36.htm.
- CAMPANHOLE, Hilton L., CAMPANHOLE, Adriano. *Consolidação das leis do trabalho e legislação complementar*. São Paulo: Atlas, 2000.
- CARVALHO, Maria do Carmo B. O combate ao trabalho infantil na voz e na agenda da sociedade e do Estado brasileiro. In: CARBAJAL ARREGUI, Carola (org.) *Erradicação do trabalho infantil: dimensionando as experiências de Pernambuco, Mato Grosso do Sul e Bahia*. São Paulo: EDUC; IEE/PUC-SP, 2000.
- CENPEC – CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM EDUCAÇÃO, CULTURA E AÇÃO COMUNITÁRIA. *Guia de ações complementares à escola para crianças e adolescentes*. São Paulo, 1998.
- _____. *ONG, parceira da escola*. São Paulo, 1999. (Série Educação & Participação).
- CHAUI, Marilena S. *Conformismo e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- CIPOLA, Ari. *O trabalho infantil*. São Paulo: Publifolha, 2001. (Coleção Folha Explica).
- CNTE – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO. *O Brasil que a gente sonha*. Brasília, 1999. [cartilha]
- CONSONI, Adelaide F. *Brincar: uma trama de harmonia no tecido social*. São Paulo, 2000. Dissert. (mestrado) PUC-SP.
- CURY, Munir, SILVA, Antonio F. A, GARCÍA MENDEZ, Emilio. *Estatuto da Criança e do Adolescente comentado; comentários jurídicos e sociais*. São Paulo: Malheiros, 1992.
- CUT – CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Secretaria Nacional de Políticas Sociais. Comissão Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. *A CUT contra o trabalho infantil*. São Paulo, 1997.
- DEL PRIORE, Mary (org.) *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999. Cap. O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império. p.84-106.
- DELORS, Jacques (coord.) *Educação, um tesouro a descobrir: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI*. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC, 1998.
- DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS. *O trabalho tolerado de crianças até quatorze anos. Boletim DIEESE*, São Paulo, v.16, n.193, p.6-25, abr.1997.
- GÓES, José Roberto, FLORENTINO, Manolo. Crianças escravas, crianças dos escravos. In: DEL PRIORE, Mary (org.) *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999. p.177-91.
- HUZAK, Iolanda, AZEVEDO, Jô. *Crianças de fibra*. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- IBGE – FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *PNAD 1995*. Rio de Janeiro, 1996.
- _____. *PNAD-99*. Rio de Janeiro, 1999.
- IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Relatório sobre o desenvolvimento humano no Brasil*. Brasília: IPEA; PNUD, 1999.
- MATTOSO, Kátia Q. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

- MAUAD, Ana Maria. A vida das crianças de elite durante o Império. In: DEL PRIORE, Mary (org.) *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999. p.137-76.
- MOURA, Carlos E. M. *Três séculos de imagens sobre o negro no Brasil (1637-1899)*. São Paulo: EDUSP, 2000.
- MOURA, Esmeralda B. B. Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo. In: DEL PRIORE, Mary (org.) *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999. p.259-88.
- OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. IPEC – International Programme on the Elimination of Child Labour. *Action against child labour: strategies in education*. Genebra, 1999a.
- . *Child labour, children's rights and education* (book 1). Genebra, 1998a.
- . *Combating child labour: action by teachers, educators, and their organizations* (book 2). Genebra, 1998b.
- . *Convenções n.138 e n.182 da OIT*. Brasília: OIT; Fórum Nacional pela Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, 2001.
- . *Relatório e plano de trabalho do IPEC no Brasil, 1998*. Brasília, 1998c.
- OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Oficina Internacional do Trabalho. *Lo intolerable en el punto de mira: un nuevo convenio internacional para eliminar las peores formas del trabajo infantil*. Genebra, 1999b.
- OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, CECIP – CENTRO DE CRIAÇÃO DE IMAGEM POPULAR. *Criança que trabalha compromete seu futuro*. Brasília: OIT; Rio de Janeiro: CECIP, 1995. Fascículo 1, A luta contra o trabalho infantil: ações da OIT.
- OLIVEIRA, Oris. *Dimensão do trabalho infantil*. s.l., 2001. Na Internet: www.amatra1.com.br/artigo2.htm.
- . *O trabalho infantil: o trabalho infante-juvenil no Direito brasileiro*. Brasília: OIT, 1994.
- ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração dos Direitos da Criança*. Nova Iorque, 1959. Na Internet: www.unicef.org/brazil/decl_dir.htm.
- . *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Nova Iorque, [2000]. Na Internet: direitoshumanos.usp.br/documentos/tratados/internacionais/declaracao_universal_dos_direitos_humanos.html.
- PASSETTI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas. In: DEL PRIORE, Mary (org.) *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999. p.347-75.
- PEREIRA, Irandi. *Trabalho infantil: mitos e dilemas*. São Paulo, 1999. dissert. (mestrado) FE/USP.
- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar; Brasil, 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- RETRATO do Brasil. *Da Monarquia ao Estado Militar: trabalho e educação; a situação de trabalho e educação dos menores*. São Paulo: Política, 1985. v.2.
- RIZZINI, Irmã. Pequenos trabalhadores do Brasil. In: DEL PRIORE, Mary (org.) *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999. p.376-406.
- RUSS, Jacqueline. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Scipione, 1994.
- SABÓIA, Ana Lúcia. Crianças e adolescentes: excluídos da infância e da adolescência In: ARAÚJO, Braz (org.) *Crianças e adolescentes no Brasil: diagnósticos, políticas e participação da sociedade*. Campinas: Fund. Cargill, 1996.
- . *As meninas empregadas domésticas: uma caracterização socioeconômica*. Rio de Janeiro: IPEC/OIT, 2000. mimeo.
- SAMPAIO, José, RUIZ, Erasmo. *Trabalho precoce e psiquismo infantil*. Ribeirão Preto: Depto. de Medicina Preventiva da FM/USP-Ribeirão Preto, 1993.
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Coletânea de documentos históricos para o 1º Grau: 5ª a 8ª séries*. São Paulo, 1979.
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Governo. Fundo de Solidariedade do Estado de São Paulo. *Direitos da criança e do adolescente*. São Paulo, 1993.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Trabalho infantil no Brasil*. Brasília: OIT, 2001.
- SILVA, Aracy L., GRUPIONI, Luís D. B. (org.) *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC; MARI; UNESCO, 1995.
- SILVA, Aracy L. *Índios*. São Paulo: Ática, 1988.
- SILVA, Maria Alice S.S., GARCIA, Maria Alice L., FERRARI, Sônia C. M. *Memória e brincadeiras na cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século XX*. São Paulo: Cortez; CENPEC, 1989. (Biblioteca da Educação, Série Escola, v.7)
- SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava; Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- THOMPSON, Eric P. *A formação da classe trabalhadora na Inglaterra*. v.2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- UNICEF – FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. *Declaração Mundial sobre Educação para Todos e Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem*. Brasília, 1990.
- . *Situação mundial da infância: 1997*. Brasília, 1998.

Anexo

Quadro 1: Incidência de Trabalho Infantil

por regiões do Brasil e estados da Federação, segundo atividade econômica, tarefas executadas e condições de trabalho

REGIÃO NORTE		
Atividade/incidência nos estados	Tarefas geralmente executadas	Condições de trabalho a que estão submetidos adultos e crianças
Indústria de móveis (Acre, Amazonas e Tocantins)	Cortar, lixar e pintar madeiras para fabricação de móveis	Ambientes insalubres, falta de equipamento de proteção, contato com produtos tóxicos, falta de anotação em carteira de trabalho
Pecuária (Acre)	Limpeza dos currais, ordenha e alimentação dos animais	Jornada excessiva de trabalho, transporte de carga excessiva e falta de registro na carteira de trabalho
Cerâmica e Olaria (Acre, Amazonas, Rondônia e Tocantins)	Coleta do barro, transporte de lenha para alimentação do forno	Trabalho realizado em galpões úmidos, ritmo de trabalho acelerado e repetitivo, jornada excessiva e falta de registro na carteira de trabalho, luminosidade e instalações sanitárias inadequadas, máquinas sem proteção das polias e baixa remuneração.
Engraxate (Amazonas e Rondônia)	Atividade autônoma, realizada em ruas, praças, bares e pontos de ônibus	Longos percursos em busca de clientes, má alimentação, trabalho em locais de risco e proibidos como bares e boates
Madeireira e Serrarias (Acre, Amazonas e Pará)	Serviços gerais – limpeza de entulhos, coleta de pó de serragem, e manuseio de serra circular. Laminadores – corte laminar, secagem e colagem de lâminas, carregamento e empilhamento	Falta de anotação na CTPS, descumprimento do período de descanso intrajornada, falta de condições de higiene, exposição a ruído e poeira vegetal, contato com produtos químicos, manuseio de máquinas perigosas, não-fornecimento de água potável e instalações sanitárias inadequadas
REGIÃO NORDESTE		
Fumicultura (Alagoas, Bahia, Paraíba)	Plantio, colheita, secagem e ensacamento do fumo	Jornada excessiva, manuseio de agrotóxicos, falta de registro na carteira de trabalho
Pedreira (AL, BA, CE, MA, PE, PI)	Extração, beneficiamento, corte, polimento e carregamento de pedras	Trabalho a céu aberto, falta de água potável e instalações sanitárias; carga e jornada excessivas
Agricultura canavieira (AL, BA, CE, MA, PB, PI, PE)	Plantio manual, queima do canavial, corte e carregamento dos caminhões	Não fornecimento de água potável e alimentação, falta de instalações sanitárias adequadas, transporte em veículos inadequados e jornada excessiva de trabalho
Cultura do sisal (BA, CE, PB)	Corte do sisal, carregamento para “batedeira”, Uso dessa máquina para desfibramento, e transporte para secagem	Ruído excessivo junto às máquinas, jornada longa de trabalho, máquinas sem proteção, alta concentração de poeira, falta de registro na carteira de trabalho

REGIÃO CENTRO-OESTE

Catador de papel	Recolhimento em carroça com ou sem animal de papel e papelão dos lixos dos escritórios e dos órgãos públicos	Trabalho insalubre, risco de acidentes de trânsito, baixa remuneração e transporte de peso
Produção de carvão vegetal (GO,MS)	Manutenção dos fornos, ensacamento, corte das madeiras e carregamento dos caminhões	Trabalho noturno, jornada excessiva, remuneração por produção e exposição a variações bruscas de temperaturas
Agricultura (GO,MS)	Limpeza, plantio, colheita e transporte com cargas excessiva	Transporte inadequado, uso de instrumentos cortantes, jornada excessiva, manuseio de agrotóxicos e falta de registro na carteira de trabalho

REGIÃO SUDESTE

Extração de pedra brita, mármore e granito (ES,RJ,SP) Mineração (MG*)	Extração, quebra, corte, polimento e carregamento de pedra	Insalubridade, perigo de acidentes, jornada excessiva, falta de condições sanitárias, trabalho a céu aberto *Manipulação inadequada de explosivos
Cafecultura (MG,SP, ES*)	Colheita e transporte de cargas pesadas	Falta de registro em carteira de trabalho e jornada excessiva *Manuseio de produtos tóxicos
Agricultura canavieira (ES,MG,RJ,SP)	Plantio manual, queima do canavial, corte e carregamento dos caminhões	Não fornecimento de água potável e alimentação, falta de instalações sanitárias adequadas, transporte em veículos inadequados e jornada excessiva de trabalho
Construção civil (ES,MG,SP)	Ajudante de pedreiro e carregamento de entulho em carrinho de mão	Falta de registro na carteira de trabalho, não fornecimento de água potável e jornada excessiva

REGIÃO SUL

Extração do calcário polimento	Corte, beneficiamento e	Falta de máscaras, de protetores para o ouvido e jornada excessiva
Avicultura	Abate, tratamento, embalagem, coleta dos ovos	Falta de registro na carteira de trabalho e jornada excessiva
Indústria calçadista	Trançagem do couro, colagem da sola e outros componentes, limpeza da sola com produtos químicos, pintura e lixamento	Atividade exercida em “pequenos ateliês” em alguns casos localizados no próprio domicílio. Por essas razões, não há controle de jornada de trabalho, de proteção contra riscos à saúde (exposição a produtos químicos) e à segurança (manuseio de ferramentas cortantes), dentre outros aspectos.
Plantio e corte de pinus (SC)	Plantio e corte	Falta de registro na carteira de trabalho, jornada excessiva, transporte inadequado e falta de água potável.

Fonte: Mapa de indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego/Secretaria de Inspeção do Trabalho, 1999.

No que diz respeito especificamente aos riscos e à segurança à saúde, a entrada precoce no universo do trabalho expõe milhares de crianças e adolescentes às seguintes situações: contaminação pela água, intoxicação por diversos produtos químicos, doenças no aparelho auditivo e respiratório, postura inadequada, dermatoses, lesão por esforços repetitivos.

BRASIL



Ver sugestão de trabalho com este mapa à p.6 do volume 2





FOTOS: IOLANDA HUSAK

Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil - IPEC

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

Escritório no Brasil

ISBN 92-2-811040-6

2 Sugestões de atividades



2 Sugestões de atividades

Combatendo o Trabalho infantil

GUIA PARA EDUCADORES

INICIATIVA



Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

Escritório no Brasil

APOIO



Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

REALIZAÇÃO



CENPEC

Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária

Combatendo o
Trabalho infantil
GUIA PARA EDUCADORES

2

Sugestões de Atividades

As publicações da Organização Internacional do Trabalho gozam da proteção dos direitos de propriedade intelectual decorrente do protocolo 2 anexo à Convenção Universal sobre Direitos Autorais. Trechos pequenos podem ser reproduzidos sem autorização, desde que a fonte seja mencionada. Para reprodução de trechos maiores ou tradução, solicitações devem ser encaminhadas a OIT – Organização Internacional do Trabalho, Departamento de Publicações (Direitos autorais e licenças), CH-1211 Genebra 22, Suíça. Solicitação de exemplares, catálogos ou listas de publicações para o endereço acima ou: OIT – Escritório no Brasil, Setor de Embaixadas Norte, Lote 35, 70800-400 Brasília DF, Brasil, tel. (xx61) 426-0100 fax (xx61) 322-4352, e-mail brasil@oitbrasil.org.br.

As designações usadas nas publicações da OIT e a apresentação de matérias nelas incluídas, segundo a praxe das Nações Unidas, não significam, da parte da OIT, qualquer juízo com referência à situação legal de qualquer país ou território ou de suas autoridades, nem à delimitação de suas fronteiras.

A responsabilidade por opiniões expressas em textos assinados, estudos e outras contribuições recai exclusivamente sobre seus autores; sua publicação não constitui endosso da OIT às opiniões aí constantes.

OIT – Escritório no Brasil

Direção

Armand Pereira

Coordenação Nacional do IPEC-Brasil

Pedro Américo Furtado de Oliveira

Coordenação do Projeto

Moema Prado

Organização Internacional do Trabalho
Combate ao trabalho infantil : Guia para educadores / IPEC. –
Brasília : OIT, 2001. : il.

Conjunto formado por 2 volumes, cartazes e jogo
v.1: Combate ao trabalho infantil – 48 p.
v.2: Sugestões de atividades – 64 p.

Produção CENPEC
ISBN 92-2-811040-6
1.Trabalho infantil. I. OIT II. IPEC. III. CENPEC.

Com base no conjunto: "Child labour: an information kit for teachers, educators and their organizations" ILO/IPEC (ISBN 92-2-111040-0).

Material elaborado pelo CENPEC para o escritório da OIT no Brasil, no âmbito do Projeto "Professores, educadores e suas organizações na luta contra o trabalho infantil"/IPEC



CENPEC

Presidência

Coordenação geral

Coordenação de Área

Coordenação do Projeto

Consultoria

Autoria (v.2)

Edição de texto

Edição de arte

Ilustração

Fotografia

Fotolito

Impressão

Apoio

CENPEC Centro de Estudos e Pesquisas em Educação,
Cultura e Ação Comunitária
R. Dante Carraro 68 Pinheiros
05422-060 São Paulo SP Brasil
<http://www.cenpec.org.br>

Maria Alice Setubal

Maria do Carmo Brant de Carvalho

Isa Maria F. R. Guará – e-mail: isa@cenpec.org.br

Lúcia Helena Nilson

Walderez Nosé Hassenpflug

Gilberto Pamplona da Costa (Geografia), Luiza Inês M. de Freitas e
Maria Clara S. Pacheco (Ciências), Maria Terezinha T. Guerra (Arte),
Ronilde Rocha Machado (História), Zoraide I. Faustini da Silva
(Língua Portuguesa)

Tina Amado e Guy Amado

Eva Paraguassú Arruda Câmara, José Ramos Néto e

Camilo de Arruda Câmara Ramos

Luiz Maia

Iolanda Huzak

Grupo RV2

Cromosete

CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
Setor de Diversões Sul, Edif. Venâncio III, sala 101/4
70393-900 Brasília DF
www.cnte.org.br

Sumário

4 Introdução

9 História

- 10 Ativ.1 Crianças e adolescentes devem trabalhar?
- 11 Ativ.2 Panorama do trabalho infantil no Brasil atual
- 13 Ativ.3 Por que crianças e adolescentes trabalham?
- 15 Ativ.4 Trabalho infantil no passado: crianças escravas e operárias
- 16 Ativ.5 Os direitos da criança e do adolescente
- 18 Ativ.6 Outros jeitos de ser criança
- 19 Sugestões de leitura

21 Português

- 22 Ativ.1 Jornal mural: organização inicial
- 24 Ativ.2 Produção dos textos para o mural
- 25 Ativ.3 Jornal falado
- 26 Ativ.4 Poemas
- 27 Ativ.5 Histórias, personagens e cenários
- 29 Ativ.6 Organizando o evento final
- 29 Referências bibliográficas

31 Ciências

- 32 Ativ.1 Conhecendo seus direitos
- 33 Ativ.2 O direito à saúde
- 34 Ativ.3 Os catadores de lixo
- 36 Ativ.4 Prostituição infantil
- 37 Sugestões de leitura

39 Geografia

- 40 Ativ.1 Criança não trabalha
- 41 Ativ.2 Representações do trabalho infantil
- 42 Ativ.3 O trabalho infantil na comunidade
- 43 Sugestões de leitura

45 Arte

- 46 Ativ.1 Criando um símbolo
- 47 Ativ.2 Divulgando nossas idéias
- 49 Ativ.3 Quem canta seus males espanta?
- 50 Ativ.4 Não desligue o televisor
- 51 Referências bibliográficas

52 Textos para reprodução para os alunos

- 53 História
- 56 Português
- 61 Ciências
- 63 Geografia

Introdução

Neste volume estão reunidas sugestões de atividades a ser desenvolvidas em sala de aula, em sua escola ou organização, de modo a envolver também a comunidade em torno da escola. As atividades estão organizadas por disciplina do currículo e destinam-se a alunos cursando o ensino fundamental (1ª a 8ª séries).

Esta proposta pretende incentivar o aluno a estudar o tema pesquisando, refletindo e discutindo com colegas, formando novos conceitos, posturas e atitudes frente ao trabalho infantil. Quanto aos educadores, tendo-se apropriado dos conteúdos do volume 1, acreditamos que estejam em condições de analisar a natureza do problema local (contextualizando-o no nível nacional) e possam contribuir para aumentar o grau de conscientização de alunos, pais e comunidade sobre o tema. Esperamos que todos os envolvidos com as atividades aqui propostas se engajem no combate ao trabalho infantil e valorizem ainda mais a educação, organizando-se para defendê-la e expandir as oportunidades educacionais na comunidade, encarando-a como um direito sagrado de todos.

Acreditamos que a temática do trabalho infantil, por sua abrangência, oferece condições

de ser estudada de forma interdisciplinar, de modo que os conhecimentos sejam integrados e contextualizados, o que, por sua vez, permite o desenvolvimento de conceitos, habilidades e valores de forma articulada. Em outras palavras, estas atividades podem constituir um projeto político-pedagógico – um assunto de relevância social em torno do qual se articulam atividades em todas as disciplinas, em toda a escola.

No entanto, as atividades são aqui apresentadas por disciplina, tendo em vista a estrutura de nosso sistema de ensino, em que da 5ª à 8ª série cada professor ministra disciplina diferente. Os professores de 1ª a 4ª série poderão facilmente proceder à integração aqui visada, enquanto os das séries finais irão articular-se para tratar do tema com as classes de forma harmoniosa – buscando ainda integrar as classes entre si, de modo a envolver toda a escola.

As disciplinas aqui contempladas são: História, Português, Ciências, Geografia e Arte. Professores das demais (assim como atividades em outras áreas, no caso das séries iniciais) poderão integrar-se ao projeto desenvolvendo atividades que contribuam para o enriquecimento da aprendizagem: em Matemática, por exemplo, podem ser construídos gráficos semelhantes, ou analisados os que constam do volume 1; em Educação



EMBALANDO UVA - BA



TRANSPORTANDO TIJOLOS - SP

Física, pode-se abordar o tema salientando a importância das atividades físicas e do lazer para a saúde física e psíquica e mostrando como, em consequência de certas atividades impostas às crianças e adolescentes que trabalham, sua saúde e desempenho ficam comprometidos; em língua estrangeira, podem ser feitas pesquisas sobre o trabalho infantil nos países onde a língua é falada, como também apreciar poemas ou canções que tratem do tema...

As atividades foram pensadas para ser feitas com todos os alunos; em cada uma, indicamos formas alternativas de desenvolvê-las com classes da 1ª à 4ª séries e da 5ª à 8ª do ensino fundamental. Você, professor, certamente saberá adequá-las à situação específica de seus alunos. O ponto de partida é a problematização da realidade, isto é, o levantamento de questões para orientar um novo olhar, tendo como base o que o aluno já sabe e as pesquisas e reflexões individuais e coletivas sobre o tema.

No desenvolvimento das atividades, alunas e alunos serão convidados a participar de maneira criativa e crítica, manifestando-se no coletivo da classe, em pequenos grupos ou individualmente. Provavelmente, apresentarão opiniões variadas e até divergentes sobre a inserção precoce de crianças no mercado de trabalho. Isso é natural e reflete as diferentes formas de lidar com essa questão na sociedade.

Por isso mesmo, em um primeiro momento, todos devem ser ouvidos e poder externar suas opiniões com liberdade; no decorrer das atividades, irão ter contato com informações e idéias com as quais irão dialogar e refletir, levando em consideração o que já pensavam e sabiam, incorporando os novos conhecimentos a que estarão tendo acesso.

Um cuidado e sensibilidade especial deve ser mantido em relação aos alunos que trabalham. Sabemos que, em muitas famílias, a única alternativa que vislumbra para superar dificuldades econômicas é encaminhar crianças e adolescentes para o mercado de trabalho. Nesse caso, o aluno não pode ser estigmatizado, nem seus familiares. Ouça-o com respeito e favoreça um clima de solidariedade em classe. Explique que esse estudo vai ajudá-los a compreender de maneira mais ampla a questão do trabalho infantil e a pensar juntos nas formas pelas quais se pode organizar e lutar para resolver esse grande problema.

Por fim, é importante respeitar suas idéias e opiniões e considerar que nem todos compreenderão, ao mesmo tempo, a dimensão de tragédia social envolvida no trabalho infantil. Aprender é processo. E um processo que é conduzido de forma respeitosa tende a ser verdadeiro e a ter sucesso.



AMARRANDO FIBRA DE SISAL - BA



AMARRANDO FOLHAS DE FUMO PARA SECAR - RS

PLANEJANDO AS AÇÕES INICIAIS

Não existe, como se sabe, uma forma única de realizar um trabalho. No entanto, o trabalho planejado, discutido e organizado coletivamente tem mais chances de dar certo. É importante planejar as etapas de implementação desse projeto. O que apresentamos a seguir é uma entre outras possibilidades de desenvolver as ações em sua escola ou organização. Você, melhor do que ninguém, conhece sua realidade e sabe qual o melhor caminho a seguir.

O primeiro passo é conhecer este material e planejar sua discussão e apropriação pela comunidade escolar. Para isso, pode-se formar uma comissão com integrantes da escola, que se encarregará do estudo preliminar. O ideal é que o diretor, líder da equipe docente, faça parte desse grupo.

Na etapa seguinte, a comissão define como será a implantação do projeto para toda a comunidade



escolar e apresenta seus planos para discussão e aprovação pelo Conselho Escolar, APM, Caixa Escolar, Grêmio Estudantil e outras instâncias colegiadas. Deve-se prever a duração do projeto, definir um cronograma de trabalho, tarefas e responsabilidades.

A comissão deve se preparar para enfrentar eventuais discordâncias e atitudes de defesa do trabalho infantil. Num primeiro momento, deve ouvir e acolher todas as opiniões, para depois apresentar argumentos. O importante é manter um clima de liberdade e confiança que favoreça o diálogo, as trocas, o crescimento de todos.

Após a aprovação do projeto, é hora de planejar a introdução do tema aos demais professores e funcionários da escola. Talvez possam ser aproveitadas as reuniões de planejamento já previstas no calendário escolar. A equipe deve cuidar para que o tema do trabalho infantil não venha a constituir um apêndice, mas que seja incorporado ao projeto pedagógico da unidade escolar. A própria comissão ou um grupo de professores pode cuidar da elaboração das pautas e da coordenação das reuniões, prevendo estratégias que propiciem o debate de idéias e a participação ativa de todos. Na escola, todos os funcionários (secretários, pessoal administrativo, serventes, merendeiras, inspetores de alunos, vigias etc.) devem ser incluídos nesse trabalho pois, ao entrar em contato com as crianças e jovens, exercem uma ação educativa; além do mais, muitos deles residem na própria comunidade e são uma referência da escola para os demais moradores, podendo contribuir para seu envolvimento.

Uma sugestão é reunir a equipe para desenvolver, todos juntos, a atividade 2 de Geografia para alunos maiores, "Representando o trabalho infantil por meio de mapas" (p.41). Usando o Quadro Anexo e o mapa do Brasil reproduzido na última página do volume 1, a equipe irá desenhar ou inscrever, nos lugares correspondentes, texto ou símbolo das principais formas de trabalho infantil aí encontradas. Com isso, terão idéia mais concreta da dimensão dessa realidade no país e estarão mais motivados para desenvolver as atividades com os alunos.

O passo seguinte é a apresentação do tema aos alunos. O lançamento do projeto pode ocorrer, por exemplo, em um evento especial que reúna toda a comunidade, em cada turno separadamente, ou ainda em cada classe. É preciso garantir que todos tenham clareza dos resultados que se quer alcançar.



Sugerimos que tudo o que foi aprendido na semana em cada classe seja divulgado para as outras, possibilitando ampliação de saberes e o envolvimento coletivo. Pode-se marcar periodicamente (por exemplo, uma vez por semana) uma reunião de todas as classes do período ou turno para que contem o que aprenderam sobre o trabalho infantil, que descobertas e reflexões o tema provocou. Os alunos podem criar um nome para esse encontro semanal, como *Trabalho infantil em foco*. A criação de um jornal mural por classe ou período, ou agregando todas as classes, é uma das atividades sugeridas para reunir e socializar informações e aprendizados.

O desenvolvimento do tema é uma ocasião propícia para ampliar os vínculos com a comunidade, sensibilizar outras pessoas e instituições, convidando-as a participar ativamente do estudo do tema. Pode-se localizar pessoas que tenham vivência ou conhecimento sobre trabalho infantil para enriquecer a aprendizagem, como familiares de alunos que tenham passado pela situação de trabalhador infantil e relatem fatos interessantes; ou especialistas no assunto, de organizações governamentais ou não, juízes, promotores, advogados, médicos; conselheiros dos Conselhos Tutelares e/ou da Infância e Juventude; pessoas de associações de bairro

ou ligadas às igrejas, a clubes de serviço, a instituições de atendimento à infância e juventude. Assim, por meio do estudo do tema, vai se formando um grupo de parceiros e interessados em desenhar e implementar ações que visem a prevenção e eliminação do trabalho infantil na comunidade. Seria ideal envolver também outras escolas da região, delegacias de ensino, com a colaboração do sindicato dos trabalhadores em educação, além das secretarias de educação, saúde, assistência social, trabalho etc.

Ao final do projeto, sugerimos a realização de um evento comunitário de encerramento, com exposição das produções dos alunos, apresentação de músicas, poemas alusivos ao tema, e/ou uma encenação de peça de teatro, elaborada pelos alunos com orientação dos professores. A atividade 6 de Português detalha a organização desse evento. Na verdade, este pode marcar o início de uma mobilização permanente, envolvendo escola e comunidade, para atuar em relação ao trabalho infantil. É preciso definir estratégias de ação que visem conhecer e dar apoio aos alunos que trabalham e estudam e estender a ação para as outras crianças que estão fora da escola, qualquer que seja o motivo, trazendo-as de volta para o ambiente escolar.

É importante que os resultados do projeto sejam avaliados por todos os integrantes, por meio de questionários, entrevistas, depoimentos etc., visando identificar que conhecimentos, atitudes e valores novos foram desenvolvidos; o que mudou; o que foi bom, o que poderia ter sido melhor etc. Um resultado muito positivo será a inclusão do tema no currículo da escola e a mobilização permanente da comunidade escolar para combater o trabalho infantil existente e prevenir que se expanda.

Do projeto também pode resultar um diagnóstico das crianças e adolescentes matriculados na escola que exercem algum tipo de trabalho. Conhecendo-se as condições em que esse trabalho é exercido, podem-se adotar medidas a curto, médio e longo prazos para assegurar a essas crianças o direito ao desenvolvimento integral.

Ao final deste volume, para facilitar a reprodução, reunimos textos, gráficos ou outros materiais que sugerimos sejam copiados para os alunos, ao desenvolver as diversas atividades. Os textos foram numerados na ordem em que são mencionados. Assim, os textos 1 a 5 são para atividades de História, os de números 6 a 13 de Português etc. Guie-se pelo Sumário para encontrá-los rapidamente.



MENINA (13 ANOS) RETIRA CARVÃO DO FORNO. RIBAS DO RIO PARDO - MS



História

Propomos aqui uma sequência de atividades para serem desenvolvidas com suas classes, visando propiciar reflexão a respeito do trabalho de crianças e adolescentes, no Brasil e no mundo. Outras atividades poderão ser criadas por você, ao reconhecer a importância desse e de outros assuntos relevantes da realidade brasileira, na composição do currículo de História de sua escola.

O ordenamento das atividades inicia-se com a exploração da noção mais ampla de trabalho para, depois, introduzir essa forma particular e condenável, que é o trabalho infantil. Em seguida, o tema é problematizado na forma como se apresenta no Brasil atual – por meio de fotografias, pesquisas na comunidade e textos. Com base nos conhecimentos propiciados por essa visão do trabalho infantil no presente, voltamos o olhar ao passado, para buscar compreender por que essa forma de trabalho persiste até nossos dias e por que ainda é vista de maneira tão natural. Nessa busca, resgatamos um pouco da experiência das crianças escravas e trabalhadoras nas fábricas (no início do século XX); textos e imagens permitem ressaltar o significado individual e coletivo dessas experiências. Do passado, novamente por meio de fotografias, documentos de época e outros textos, retornamos ao presente. Esse movimento traz uma dimensão de historicidade que ajuda a ampliar a compreensão do que foi e é o trabalho infantil: uma forma de exploração desenfreada e desrespeitosa, por parte de empregadores, que põem seus lucros acima de qualquer consideração de natureza ética ou de justiça social. A volta ao presente traz também um novo olhar para as crianças e adolescentes: são sujeitos de direitos, que devem ser assegurados pela família, pela sociedade e pelo Estado – principalmente, são sujeitos do direito à infância, tempo em que estudar e brincar são atributos essenciais, sua razão de ser.



Atividade 1

Crianças e adolescentes devem trabalhar?

Objetivo: para iniciar o diálogo com os alunos sobre o trabalho de crianças e adolescentes, sugerimos uma conversa sobre o trabalho em geral; em seguida, uma sensibilização sobre o trabalho infantil, para, finalmente, abrir a discussão sobre o que pensam a respeito. Antes de desenvolver esta atividade, releia a seção “O que é trabalho infantil?”, às p.13-14 do volume 1.

Material necessário: papel pardo, pincel atômico, cartaz 2.

Para classes da 1ª à 4ª séries

Observando os adultos trabalhadores da escola

- ★ Convide os alunos a circular um pouco pela escola, observando os adultos e as atividades que estão realizando. Leve-os à cozinha, ao pátio, à diretoria, à secretaria.
- ★ Em classe, peça que contem o que viram: qual a atividade, quem estava realizando, para quê. Peça que descrevam ou imitem os movimentos realizados pelas pessoas. Explique-lhes que as atividades observadas são chamadas de trabalho. Escolha uma delas (a preparação da merenda, por exemplo) e pergunte: qual era o cardápio, que produtos estavam sendo utilizados. E de onde vieram esses produtos. É importante perceberem que no trabalho, de modo geral, há transformação. O milho foi transformado em fubá que virou uma gostosa polenta para o lanche...
- ★ Terminando essa exploração, sugira à classe pensar na seguinte questão: a escola poderia funcionar com todos os adultos estudando e as crianças trabalhando, nas tarefas que observaram? Por quê? Provavelmente, os alunos irão perceber que as tarefas não são adequadas

para serem feitas por crianças: usar fogão, manusear grandes painéis pesados, varrer um pátio imenso...

Observando fotografias de crianças trabalhando

- ★ Afixe na parede ou na lousa o cartaz 2 (Uma realidade que precisa mudar), com fotografias de crianças trabalhando. Peça que observem com atenção as fotos e as descrevam livremente. Depois, pergunte qual palavra indica o que todas as crianças nas fotos estão fazendo (trabalho). Desafie-os a expressar a grande diferença em relação ao que observaram na escola. Com certeza, irão perceber que crianças como elas estão quebrando pedras, colhendo cana e fazendo outras atividades, que deveriam ser feitas por adultos.
- ★ Pergunte-lhes se acham que isso está certo e por quê. Anote as respostas na lousa e, se já dominam a escrita, peça para anotarem no caderno. Caso contrário, registre suas respostas numa folha de papel pardo e deixe-a fixada numa parede da sala.
- ★ Finalmente, como tarefa de casa, solicite que conversem com um/a adulto/a com quem convivem e perguntem sobre seu trabalho: o que faz, como faz, por que faz, se gostam, com que idade começaram a trabalhar e por quê. Peça para registrarem as respostas no caderno (ou guardar bem na memória, se ainda não escrevem), para conversar sobre o assunto numa próxima aula.

Para classes da 5ª à 8ª séries

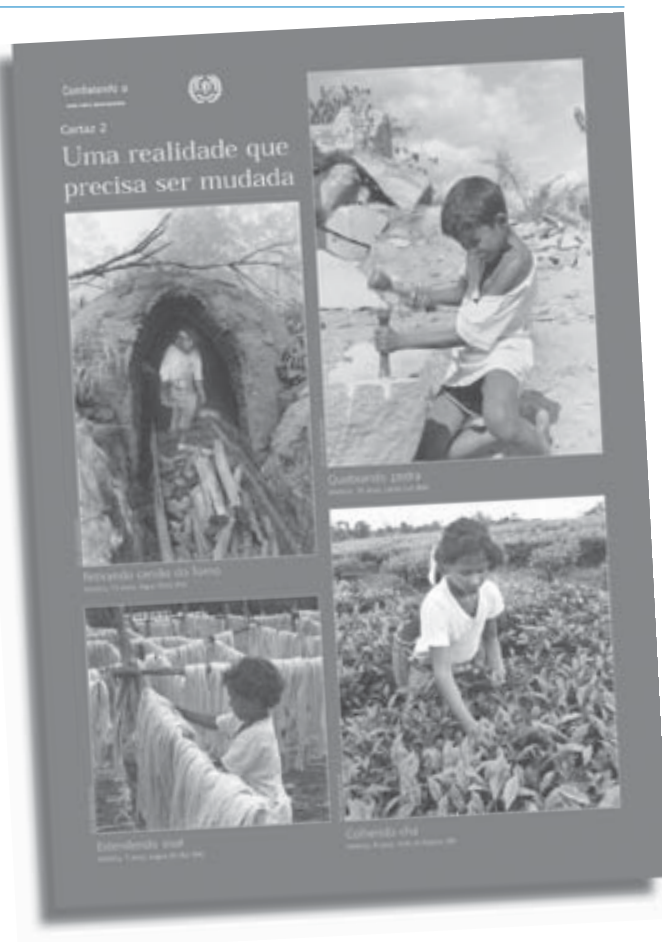
Chuva de palavras: trabalho e seus diferentes sentidos

- ★ No centro da lousa ou quadro de giz, escreva a palavra TRABALHO. Peça aos alunos para falar palavras, expressões ou pequenas frases que possam ser associadas a essa e vá anotando-as na lousa. Em seguida, organize a classe em grupos e oriente-os a formar, com as palavras ou frases anotadas, conjuntos que tenham sentido parecido, obedecendo a um critério estabelecido por eles. Por exemplo: conjunto 1, legal, gostoso, criativo; conjunto 2, chato, exploração, cansativo; conjunto 3, necessário para viver; etc. Dê a cada grupo uma folha de papel pardo para anotarem os conjuntos formados, verificando se estão agrupados de maneira coerente com o critério que combinaram. Peça que dêem um título a cada conjunto. Terminando, convide-os a apresentar o que fizeram aos colegas e, depois, a afixar as folhas na parede. Na discussão

coletiva sobre estas, certifique-se se ficou claro para eles o sentido atribuído ao trabalho (de humanização, alienação e outros), como sugerido no texto mencionado do volume 1.

Observando fotografias de crianças trabalhando

- ★ Peça para observarem as fotos do cartaz 2 e anotar no caderno: a autora de cada foto e o local onde foi tirada; informe que as fotos foram copiadas do livro de Iolanda Husak e Jô Azevedo, *Crianças de fibra* (Paz e Terra, 2000). Depois, proceda como na orientação para as séries iniciais (acima), explorando mais detalhes: o lugar retratado, a expressão do rosto e do corpo das crianças. Sugira que comparem as crianças das fotos com as que conhecem. Há semelhanças? Há diferenças? Por quê?
- ★ Quando terminarem, organize a classe em grupos, propondo que discutam a seguinte questão: É justo crianças e adolescentes trabalharem? Marque um tempo, depois forme um círculo e peça aos grupos para apresentar suas conclusões. Registre as idéias formuladas por eles, pois serão retomadas no decorrer da atividade. Peça também para registrarem em seus cadernos. Aproveite para perguntar na classe se algum aluno trabalha ou se já trabalhou e peça para contar sua experiência. Deixe-os à vontade para falar, sem fazer apreciações críticas em relação a isso. Mas pergunte a eles por que “resolveram” (ou tiveram de) trabalhar tão cedo.
- ★ Finalmente, divida a classe em dois grandes grupos e proponha aos integrantes de um grupo (A) que façam uma entrevista com alguma criança ou jovem (menor de 16 anos) que trabalha e não estuda. Aos do outro grupo (B), que entrevistem uma criança ou jovem que trabalha e estuda (também menor de 16 anos). Organize com eles um roteiro com as perguntas que irão fazer. Certifique-se de que as questões de jornada de trabalho, local, atividade realizada, condições de trabalho, salário e tipo de empresa sejam contemplados nesse roteiro. Oriente-os a perguntar aos entrevistados que estudam se o fato de trabalhar ajuda ou prejudica o rendimento na escola, explicando as razões. Também é importante perguntar aos entrevistados dos dois grupos por que trabalham. Alerta-os para não fazerem muitas perguntas, para facilitar o trabalho de tabulação. Lembre-os de anotar as respostas dos entrevistados e dê um prazo para realizar as entrevistas de modo a poderem analisar os resultados na aula seguinte.



Atividade 2

Panorama do trabalho infantil no Brasil atual

Objetivo: perceber a magnitude do problema do trabalho infantil – na comunidade, por meio de informações obtidas em entrevistas; no Brasil, pela leitura e interpretação de textos e dados estatísticos. Como subsídio para esta atividade, releia o capítulo “Trabalho infantil no Brasil atual”, p.19-23 do v.1.

Material necessário: papel pardo, mapa do Brasil, cartolina, papel sulfite, pincel atômico, lápis de cor; para 5ª a 8ª séries, Textos 1, 2 e 3.

Para classes da 1ª à 4ª séries

- ★ Comece essa aula retomando com os alunos a conversa com uma pessoa adulta com quem convivem. Peça para contarem sobre o tipo de trabalho realizado por essas pessoas e anote as respostas na lousa.

- ★ Em seguida, promova uma atividade de classificação, solicitando aos alunos, coletivamente, que agrupem os diferentes tipos de trabalho segundo um critério dado por você, que pode ser “trabalho no campo” ou “trabalho na cidade”, ou ainda trabalho na lavoura, em fábrica ou prestando serviços.
- ★ Peça-lhes então para descrever as atividades realizadas (o que as pessoas fazem) e comente as respostas às demais perguntas, destacando os aspectos mais significativos. Registre o que for possível na lousa, indicando para fazerem o mesmo em seus cadernos.
- ★ Finalmente, avise-os de que as respostas à pergunta “com que idade começaram a trabalhar e por quê” serão retomadas na aula seguinte.

Conhecendo alguns tipos de trabalho infantil no Brasil

- ★ Leia para a classe o Texto 3 sobre Francisco, de 11 anos (é o mesmo transcrito do capítulo “Trabalho infantil e direito à infância”, no v.1). Converse sobre o que entenderam: onde mora Francisco (ajude-os a localizar o Ceará no mapa do Brasil, caso sua escola fique em outro estado); como é seu trabalho; em que lugar ele trabalha; e como são as condições de trabalho. Informe aos alunos o salário de Francisco, R\$ 18,00.
 - ★ Mostre à classe novamente o cartaz 2, para identificarem um trabalho semelhante ao de Francisco; peça que observem mais detalhadamente a situação mostrada na foto. Aproveite para contar mais sobre outras formas de trabalho infantil no Brasil: no corte da cana, no sisal, em carvoarias e em muitos outros lugares. Proponha que pensem um pouco e procurem responder: Por que será que essas crianças trabalham? Será que elas gostariam de estar fazendo outra coisa, como estudar e brincar? Anote essas respostas numa folha de papel pardo, com o título “Achamos que as crianças trabalham porque...”, para ser retomada na aula seguinte.
 - ★ Finalmente, organize a classe em grupos e dê uma folha de papel sulfite ou uma cartolina a cada grupo, para fazerem desenhos mostrando diferentes tipos de trabalho infantil. Lembre-os de criar títulos para os desenhos e exponha-os na sala.
- Jornada de trabalho: até 4 horas (); de 4 a 8 horas (); de 8 a 12 horas ().
- Local de trabalho: sob o sol (); em lugar fechado, como fábrica ou loja (); na água ().
- ★ Comece a aula retomando com os alunos as entrevistas realizadas. Caso nenhum deles tenha encontrado menores de 16 anos trabalhando, comemore o fato com a classe: pode ser que os direitos das crianças e adolescentes estejam sendo respeitados, na sua região ou cidade. Nesse caso, passe para a atividade seguinte, discutindo com eles o Texto 1.
 - ★ Se realizaram as entrevistas, divida a classe em dois grandes grupos, A e B, conforme a entrevista realizada. Copie a chave de tabulação na lousa e proceda à classificação das respostas do grupo A (criança ou jovem que só trabalha), solicitando aos alunos que indiquem quando a resposta que têm combina com o item solicitado por você. Depois, faça o mesmo com as respostas do grupo B (estuda e trabalha). Os alunos devem anotar esses resultados no caderno. Deixe as respostas de caráter qualitativo (aquelas cujas informações não podem ser transformadas em números) para o final e procure agrupá-las por semelhança, transcrevendo-as na lousa.
 - ★ Terminando o trabalho de tabulação, estimule-os a analisar os resultados, para obter uma visão mais abrangente sobre o trabalho infanto-juvenil em sua comunidade. Dedique especial atenção à análise das respostas a “por que os jovens trabalham” e para a situação dos jovens que trabalham e estudam. O trabalho ajuda ou prejudica seu desempenho na escola?

O trabalho infantil em outros lugares do Brasil

- ★ Reproduza para os alunos o Texto 1, que traz números sobre o trabalho infantil no Brasil. Depois de leitura silenciosa, explore com eles as informações do texto. Aproveite para contar mais sobre outras formas de trabalho infantil no Brasil: no corte da cana, no sisal, em carvoarias e muitos outros lugares (v. Quadro anexo ao v.1).
- ★ Faça um cartaz copiando o Gráfico 1 do v.1 (p.17). Ajude os alunos a fazer a leitura e interpretação dos dados apresentados. Depois, organize a classe em grupos e distribua o Texto 2 (Gráfico 2). Oriente a análise dos três gráficos (o do cartaz que você fez e dos Textos 1 e 2), discutindo as informações que eles trazem, ressaltando que a menor proporção de meninas trabalhadoras provavelmente se deve ao fato de que o trabalho doméstico realizado por meninas

Para classes da 5ª à 8ª séries

Entrevistando crianças trabalhadoras

- ★ Para essa aula, prepare com antecedência critérios para a tabulação das respostas das entrevistas realizadas pelos alunos. Por exemplo,

ainda não foi devidamente levantado, em termos estatísticos. Peça para registrarem no caderno as idéias que formularem. Terminando, peça aos grupos para apresentarem suas conclusões, colocando em discussão as que forem conflitantes.

- ★ Distribua o Texto 3 (sobre Francisco, 11 anos) e, após a leitura, converse sobre o que entenderam: as condições de trabalho; o lugar em que é realizado; o salário (peça para calcularem, considerando a relação dólar/real, o valor do salário mensal em reais; podem também calcular a que porcentagem do salário mínimo corresponde). Depois, escreva na lousa esta frase, do texto sobre Francisco: “Se a mãe vem junto, a produção chega a 60 carrinhos”. Discuta coletivamente: quem está ajudando quem? De quanto aumenta a produção, com um adulto “fazendo junto”? Essa não seria, então, tarefa para adultos? Certamente perceberão a perversidade da situação, pois, segundo o texto, é a mãe que ajuda Francisco. Açam isso correto? Atenção, cuidado para não transformarem a mãe em “vilã” da história. Peça para calcularem o ganho semanal quando a mãe também trabalha. Se o ganho aumenta tanto quando ela “vai junto”, então certamente ela não vai sempre porque não pode. Por que esse empregador não contrata um adulto? O que Francisco deveria estar fazendo, na sua idade? Registre na lousa as respostas e peça para anotarem nos cadernos.



EXTRAINDO RESINA DE PINHEIRO

Atividade 3

Por que crianças e adolescentes trabalham?

Objetivo: propiciar reflexão sobre as razões da entrada precoce de crianças e jovens no mercado de trabalho. Para isso, será necessário indagar sobre as explicações e representações dos diferentes segmentos envolvidos com a questão: crianças e jovens, os seus pais, os empregadores e os estudiosos do trabalho infantil. O que se pretende é ajudar os alunos a questionarem as justificativas que muitas vezes encobrem a realidade do trabalho de crianças e adolescentes no país.

Material necessário: papel pardo; pincel atômico, lápis de cor; para 5ª a 8ª séries, Texto 4.

Para classes da 1ª à 4ª séries

- ★ Nessa aula, retome com os alunos as respostas dadas na conversa com um adulto da família, a respeito da idade com que começaram a trabalhar e por quê. Verifique com eles quantas pessoas trabalharam antes de 14 anos e que atividade faziam. Peça que comparem essas atividades com as realizadas pelas crianças atualmente, vistas nas fotografias e no texto sobre Francisco. São semelhantes? São diferentes? Por quê?
- ★ Em seguida, motive-os a falar sobre as explicações dadas pelos adultos com quem conversaram sobre começar a trabalhar com pouca idade. Anote as respostas numa folha de papel pardo, com o título: “Quando eram crianças, nossos familiares/ conhecidos trabalharam porque...”. Certamente, a maioria das respostas estarão relacionadas a dificuldades de sobrevivência na família e isso precisa ser problematizado com os alunos.
- ★ Retome as anotações da aula anterior, sobre as explicações das crianças para o trabalho infantil atualmente. Mostre os dois cartazes feitos em sala: “Achamos que as crianças trabalham porque...” e “Quando eram crianças, nossos familiares trabalharam porque...” e comparem as respostas. O que mudou? O que permaneceu? Certamente, as crianças irão perceber o trabalho infantil precoce como ligado

às dificuldades das famílias; e, também, que isso acontece há bastante tempo. Pergunte a eles, em seguida, se apenas as famílias são responsáveis por esse problema, trazendo para a discussão o papel dos empregadores, que exploram o trabalho das crianças como forma de obter mais lucros, pois pagam salários muito baixos. Retome a situação de Francisco e quanto ele ganha. Pergunte a eles se essa situação (de as crianças precisarem trabalhar tão cedo) poderia ser diferente e o que poderia ser feito, para que fosse diferente. Registre as respostas na lousa e peça para anotarem no caderno.

- ★ Finalmente, peça que, em grupos, elaborem cartazes com frases e desenhos a respeito do que pode ser feito pelos governantes, pelos empregadores, pelas famílias, para evitar que crianças e adolescentes precisem trabalhar desde cedo. Junto com eles, afixe os cartazes pela escola ou na vizinhança.

Para classes da 5ª à 8ª séries

- ★ Nessa aula, os alunos irão refletir sobre a maneira como os diferentes segmentos envolvidos com a questão do trabalho infantil o explicam. Retome com eles as respostas das entrevistas que realizaram, trazendo o ponto de vista de crianças ou adolescentes que trabalham.
- ★ Exponha à classe, sucintamente, o conteúdo das seções “O que obriga crianças e adolescentes a trabalhar?” e “Efeitos perversos do trabalho infantil” (v.1, p.15-17). Explique-lhes que essa é a opinião dos estudiosos do assunto e da OIT – aproveite para falar um pouco sobre o IPEC e a OIT, as convenções da OIT e a lei brasileira – enfatize o que diz nossa legislação (v.1, p.13). Pergunte se concordam com essas idéias, se acham que ajudam a entender o problema do trabalho infantil e por quê.
- ★ Em seguida, distribua a reprodução do Texto 4 (“Justificativas” comuns para o trabalho precoce). Depois que todos lerem silenciosamente, alguns alunos podem revezar-se fazendo a leitura oral. Aproveite esse momento para tirar dúvidas e explicar palavras desconhecidas. Organize a classe em um círculo e solicite que destaquem as idéias mais significativas do texto. Aproveite para comparar os argumentos falaciosos que justificam o trabalho infantil com as respostas obtidas nas entrevistas. Depois pergunte: De tudo o que aprenderam até aqui, que posição sobre o trabalho infantil é a mais importante para ser defendida: Apoio? Condenação, mas sem se envolver com o problema? Condenação, respeitando as pessoas que são obrigadas a trabalhar, mas se comprometendo a participar de alguma forma da luta contra o trabalho explorador das crianças? Outras idéias?

Trabalho infantil: mito e realidade

- ★ Em seguida, pergunte se alguma criança da classe trabalha e se gostaria de falar sobre isso. Caso ela concorde, garanta que sua fala seja respeitada e sua situação de vida não seja depreciada pelos colegas. Mostre aos alunos que a existência de trabalho infantil entre os colegas só reforça o que foi discutido até esse momento e revela a necessidade de mudanças urgentes nessa situação. (Depois da aula, Informe sobre os possíveis casos à equipe escolar, para contatos com a família e encaminhamento a programas de erradicação do trabalho infantil.) Finalmente, sugira que, em grupos, elaborem cartazes com frases e desenhos a respeito do que pode ser feito pelos governantes, pelos empregadores, pelas famílias, para evitar que crianças e adolescentes precisem trabalhar desde cedo. Junto com eles, afixe os cartazes pela escola ou na vizinhança.
- ★ Divida a classe em grupos de cerca de seis integrantes cada e proponha que criem uma história sobre a questão do trabalho infantil em seus diferentes aspectos, para ser encenada. Oriente os alunos para criar personagens variados, lembrando-se de que há diversos segmentos (tipos de pessoas) envolvidos com o trabalho infantil, além das próprias crianças; pensar em lugares ou cenários pertinentes – pedreira, plantação de cana, fábrica, casa de alguém, ou mesmo escola, caso um personagem trabalhe e estude; cenas podem acontecer em diferentes lugares; criar um roteiro para a história, com começo, meio e fim (desfecho); e reler os textos que já receberam, para ajudar a elaborar as falas dos personagens. Articule-se com os professores de Arte e de Língua Portuguesa – a Atividade 5 desta última orienta a construção de personagens e cenários.
- ★ Marque uma data para a apresentação dos grupos e dedique um tempo de cada aula para os grupos trabalharem na elaboração do roteiro, na definição dos personagens, na elaboração das falas, na montagem dos cenários e nos ensaios. Na véspera da apresentação, promova um ensaio geral na classe, para ajudar os alunos nas dificuldades que aparecerem.

Atividade 4

Trabalho infantil no passado: crianças escravas e operárias

Objetivo: propiciar reflexão sobre as condições degradantes a que muitas crianças e jovens foram submetidos no passado, quando inseridos precocemente no mundo da produção – durante a escravidão (séculos XVI a XIX) e no sistema de fábricas (início do século XX) –, a dimensão individual e coletiva dessa experiência; compreender que esse fato contribuiu para formar uma atitude cúmplice ou conivente para com essa forma de exploração do trabalho, que é vista de maneira natural até nossos dias. Ao planejar essa aula, releia o cap.4 do v.1, “O trabalho de crianças no passado brasileiro” (p.25-28).

Material necessário: cartolina branca, lápis de cor, cartaz 3; para 5ª a 8ª séries, reprodução dos documentos à p.16.

Para classes da 1ª à 4ª séries

- ★ Mostre aos alunos o cartaz 3 e deixe-os observar livremente as imagens, que mostram crianças escravas e operárias trabalhando. Incentive-os a fazer comentários sobre o que chama mais a atenção. Veja se percebem que se trata de crianças que viveram em tempos diferentes, o que pode ser verificado pelas vestimentas, construções e outros aspectos. Aproveite para contextualizar as fotografias, falando um pouco sobre a escravidão e o início da industrialização no Brasil.
- ★ Oriente-as a observar mais detidamente as imagens. Incentive-as a falar sobre: o tipo de trabalho, o lugar em que está sendo realizado e quem está fazendo o quê. Sugira que descrevam as crianças: aspectos físicos, expressões do rosto e do corpo. Anote o que forem descobrindo na lousa e peça para registrarem nos cadernos.
- ★ Converse com a classe sobre o que significava ser criança nessas condições. Certamente perceberão que, no mundo do trabalho, a criança de origem africana era iniciada no longo aprendizado de sua condição de escrava. Conte a eles também um pouco do cotidiano das crianças filhas dos senhores. Informe-os ainda sobre as condições de trabalho, a jornada e os

baixos salários das crianças (e adultos) operárias, nessa época.

- ★ Reúna os alunos em círculo e discuta as seguintes questões, considerando a realidade vivida por crianças escravas e operárias: Será que os problemas vividos por essas crianças eram semelhantes ou diferentes dos problemas das crianças que trabalham atualmente? Quais as semelhanças? E as diferenças? Nessa conversa, destaque a situação especial das crianças escravas: não tinham escolha, sua condição de filhos de escravos determinava seu destino – o de serem também escravos desde seu nascimento.
- ★ Por fim, pergunte à classe: E atualmente, será que todas as crianças vivem a infância da mesma maneira? Será que todas têm acesso às mesmas oportunidades de brincar, ir à escola, alimentar-se? Registre as hipóteses dos alunos, pois esse assunto será retomado mais adiante.

Para classes da 5ª à 8ª séries

- ★ Comece a aula pela análise das fotos de crianças escravas e operárias, no cartaz 3, procedendo como na orientação para as 1ª a 4ª séries, propondo ainda que verifiquem quem aparece no primeiro plano das fotografias, como, e o que podem ver ao fundo.
- ★ Transcreva na lousa ou em um cartaz os documentos (A e B) a seguir sobre a exploração do trabalho de crianças em fábricas, no início do século. Depois da leitura silenciosa e oral e do esclarecimento das dúvidas, proceda à identificação e análise dos dois documentos: datas em que foram escritos, onde foram publicados; quem “fala”, de quem e do que “fala” e por quê.
- ★ Organize a classe em grupos e peça para fazerem uma lista das denúncias mencionadas nos dois documentos. Em seguida pergunte, se vivessem naquela época, o que fariam: se fossem uma daquelas crianças; se fossem seus pais; se fossem os empregadores; ou membros do governo.
- ★ Agora formando um círculo, os grupos apresentam o resultado de suas discussões. No coletivo, aproveite para ampliar os conhecimentos, trazendo mais informações e idéias a respeito da exploração do trabalho infantil nas fábricas.
- ★ Por fim, organize um debate na classe, em torno das questões: Será que os problemas vividos pelas crianças escravas e operárias (da época estudada) são semelhantes ou diferentes dos

Documento A

... Por ocasião do recente movimento grevista, uma das reclamações mais insistentes dos operários era contra a exploração dos menores nas fábricas. Aliás, não faziam mais do que exigir o cumprimento das leis existentes. Entretanto, os industriais, à exceção da firma (...) continuam a empregar menores em trabalhos impróprios. Entre eles, podemos citar nominalmente o Sr.(...), porque assistimos ontem à entrada de cerca de 60 pequenos às 19 horas, na sua fábrica na Moóca. Essas crianças, entrando àquela hora, saem às 6 horas. Trabalham, pois, 11 horas a fio, em serviço noturno, apenas com um descanso de 20 minutos, à meia-noite! O pior é que elas se queixam de que são espancadas pelo mestre de fição. Muitos nos mostraram equimoses nos braços e nas costas. Algumas apresentaram mesmo ferimentos produzidos com uma manivela. Uma há com orelhas feridas por continuados e violentos puxões. Trata-se de crianças de 12, 13, e 14 anos.

(Publicado no jornal operário *O combate* em 1917; extraído de CENPEC, *Ensinar e aprender História* v.3: ficha 10, 1998)

Documento B

Por conveniência própria, em prejuízo de honrados pais de família, exploram vergonhosamente meninos aprendizes, usurpando os suores dessas pobres crianças pela miserável quantia de 500, 1\$000 e 1\$500 por dia, enquanto deixam de lado criminosamente aqueles que têm certa responsabilidade social, que têm grande prática do ofício. Mas como reclamar, se os patrões, no seu egoísmo feroz, preferem o serviço malfeito ao bem feito e correto, desde que corra em seu proveito?

(Publicado em *O trabalhador gráfico*, 1904; extraído de Rago, 1985, p.142)

problemas vividos pelas crianças que trabalham atualmente? Quais as semelhanças? Quais as diferenças? O que acham que pode ser feito para eliminar de vez o trabalho infantil no Brasil, garantindo-se a todas as crianças e jovens os direitos de cidadania? Destaque e discuta as respostas conflitantes ou muito inadequadas. Registre as respostas na lousa e peça para registrarem no caderno.

Atividade 5

Os direitos da criança e do adolescente

Objetivo: informar os alunos sobre a existência de lei que dispõe sobre a proteção integral das crianças e adolescentes brasileiras, o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente; divulgar aos alunos os direitos a que todas as pessoas de 0 a 18 anos fazem jus, de acordo com essa lei; promover reflexão sobre a relação entre o que está disposto na lei e a realidade de muitas crianças e jovens no Brasil. Subsídios sobre esse assunto estão no capítulo correspondente do volume 1 (p.31-35).

Material necessário: cartaz 1, papel pardo, jornais e revistas usados, lápis de cor, tesoura, cola; para 5ª a 8ª séries, reprodução do Texto 5.

Para classes da 1ª à 4ª séries

- ★ Convide os alunos a falar sobre coisas de que uma criança precisa para viver com dignidade, crescer e se preparar para a vida adulta, montando uma lista no quadro. Ajude-os a pensar fazendo perguntas que ressaltem o plano das *necessidades*. Por exemplo, as crianças podem responder: “tomar sorvete”. Nesse caso, as perguntas devem ajudá-los a perceber que uma necessidade vital é a alimentação. Depois de pronta a lista, explique que essas necessidades mais importantes constituem os *direitos fundamentais* assegurados às crianças e adolescentes numa lei chamada ECA (direito à vida, à alimentação, à saúde, à educação, à moradia e outros).
- ★ Leia com a classe os direitos da criança e do adolescente no cartaz 1, explicando o significado de cada um. Converse sobre a efetivação desses direitos no bairro ou na cidade: são garantidos a todas as crianças? Por quê? Peça que levantem hipóteses sobre a não-observância desses direitos. Explique a quem cabe assegurá-los, segundo o Estatuto: a família, a comunidade, a sociedade em geral e o poder público.
- ★ Organize-os em grupos e dê a cada grupo uma folha de papel pardo, algumas revistas usadas, tesoura e cola. Peça que escolham um dos direitos e selecionem nas revistas fotografias ou manchetes de notícias que mostrem situações onde esse direito está sendo observado e outras

imagens mostrando o mesmo direito sendo desrespeitado. Devem dividir a folha em duas partes, colocar um título em cada uma e colar os recortes de forma criativa, na parte correspondente. Terminando, peça para apresentarem seus cartazes. Nesse momento, converse sobre o que pode ser feito quando um direito está sendo violado: conversar com um adulto da família para que este denuncie às autoridades. Não se esqueça de combinar com eles um lugar para afixar os cartazes.

- ★ Como tarefa de casa, peça às crianças para conversar com os pais ou um adulto com quem convivam sobre os tipos de brincadeiras de que mais gostavam quando eram crianças. Devem descrever como e em que lugar se brincava. Diga aos alunos para registrar essa conversa, para uma atividade em outra aula, adiante.

Para classes da 5ª à 8ª séries

- ★ Comece a aula promovendo uma discussão sobre *necessidades* e *direitos*, tal como proposto acima para os alunos menores, utilizando também o cartaz 1.
- ★ Em seguida, distribua reprodução do Texto 5, que traz mais algumas idéias sobre o significado dos principais direitos da criança e do adolescente. Peça para fazerem uma leitura silenciosa e depois oral. Reúna-os em círculo e incentive-os a falar sobre os aspectos mais significativos.
- ★ Depois, converse sobre a efetivação desses direitos no bairro ou cidade: são garantidos a todas as crianças e adolescentes? Por quê? Peça para levantarem hipóteses sobre a não-observância desses direitos. Explique a quem cabe assegurá-los, segundo o Estatuto: a família, a comunidade, a sociedade em geral e o poder público. Registre as respostas na lousa, indicando que devem fazer o mesmo nos cadernos. Nesse momento, é importante encaminhar a discussão para aprofundar um pouco mais as razões das constantes violações dos direitos das crianças e adolescentes (e mesmo dos adultos), retomando o que já foi trabalhado nas aulas anteriores: a experiência de mais de três séculos de escravidão ajudou a formar a idéia de que as elites e governantes tinham/têm privilégios, enquanto os setores dominados da sociedade, apenas deveres e obrigações, não sendo considerados cidadãos portadores de direitos. Essa situação tem se modificado muito lentamente, por meio da luta desses setores desfavorecidos, que têm exigido mais veementemente respeito a seus direitos. Mais ainda há muito a fazer nessa direção, pois ser cidadão significa compreender que não basta lutar pelos direitos para si, mas assumir o compromisso de que os mesmos sejam estendidos a todos. Explique à classe que a Constituição brasileira e o ECA resultaram de muitas lutas de várias pessoas, participantes de movimentos sociais e políticos em prol dos direitos fundamentais para todos os brasileiros.
- ★ Após essa discussão sobre os direitos e sua violação, proponha que, em grupos, façam uma reflexão sobre os possíveis casos de violação de direitos de que sabem ou ouviram falar, no bairro ou cidade, levantando idéias sobre o que pode ser feito para que esses casos deixem de acontecer. Se necessário, dê dicas: podem procurar entidades de defesa dos direitos humanos ou dos direitos da criança e do adolescente; escrever cartas às autoridades do município, do estado ou do governo federal; procurar o Juizado da Infância e Juventude, o Conselho Tutelar, entre outros.
- ★ Finalmente, proponha que, em grupos, criem um poema ou canção sobre o que foi discutido nessa aula. Se acharem difícil criar uma melodia, podem criar uma letra para ser cantada numa melodia já existente. Incentive-os a escolher um gênero de sua preferência (fazendo, por exemplo, um “Rock da cidadania”, um “Rap da cidadania” ou um “Samba da cidadania”...). Pronta a letra, é só sair por aí cantando, na sala de aula, na escola, nas festividades do bairro ou da cidade...
- ★ Como tarefa de casa, peça aos alunos para conversar com avós, bisavós ou uma pessoa da comunidade com mais de 70 anos, perguntando sobre os tipos de brincadeiras de que mais gostavam de participar, quando eram crianças. Devem descrever como era a brincadeira, em que lugar e com quem se brincava. Diga-lhes para registrar a conversa; o registro será usado em aula a seguir.





Atividade 6

Outros jeitos de ser criança

Objetivo: propiciar discussões e atividades lúdicas que reforcem junto aos alunos a importância da educação e do brincar contraposta ao trabalho infantil; valorizar o protagonismo dos adolescentes, estimulando sua participação no projeto sobre Trabalho Infantil na escola; ampliar sua visão sobre a experiência “de trabalho” na vida cotidiana de crianças em outras culturas, no caso a indígena.

Material necessário: papel sulfite, lápis de cor; cartolina para capa do álbum.

Para classes da 1ª à 4ª séries

Organizando um álbum de brincadeiras

- ★ Recolha os dados dos alunos obtidos na pesquisa sobre brincadeiras, proposta na aula anterior. Peça para contarem os jogos ou brincadeiras que aprenderam, dizendo como e onde eram brincadas. À medida que falam, registre na lousa os nomes das brincadeiras. Pergunte quais delas já conheciam e quais são novas para eles. Aproveite para conversar um pouco sobre a idéia de que brincadeira é coisa séria e que todas as crianças devem ter tempo, condições e meios para brincar. Relembre as histórias de crianças que trabalham, contadas em aulas anteriores, indagando se, nas condições em que vivem, podem exercer plenamente seu direito ao lazer e ao brincar.

- ★ Sugira, então, montarem um álbum com brincadeiras do passado e do presente. Organize-os em grupos, dê a cada pessoa do grupo uma folha de sulfite e peça para escreverem ou desenharem brincadeiras, tanto as que eles fazem quanto as contadas pelos adultos; devem anotar o nome da brincadeira e a idade da pessoa que ensinou. Terminando, junte todas as folhas e, com a classe, classifique-as em dois grupos: brincadeiras do nosso tempo e brincadeiras do tempo dos nossos pais e mães. Façam uma capa – e está pronto o álbum. Caso seja possível, articule-se com o/a professor/a de História das 5ª a 8ª séries para que os alunos maiores também participem do *Álbum*.
- ★ Em classe mesmo ou na hora do recreio, peça para escolherem no álbum uma ou mais brincadeiras que acharem interessantes. Estimule-os a brincar, em casa e no pátio da escola, sempre que for possível. O álbum de brincadeiras pode ser exposto na escola e divulgado para outras crianças da comunidade.

Conhecendo outro jeito de ser criança

- ★ Pergunte aos alunos se na sua região existem reservas indígenas e se sabem algo a respeito: que povos vivem nesse lugar, como vivem e o que gostam de fazer. Se eles não têm contato com indígenas, converse sobre o assunto, explicando que, apesar das dificuldades de sobrevivência e das constantes ameaças de perda de suas terras, muitos grupos indígenas preservam aspectos essenciais do seu modo de vida tribal, que é muito diferente do nosso. Reunindo a classe em círculo, exponha o teor do *box O trabalho nas sociedades indígenas* (v.1, p.14), destacando, no cotidiano das crianças indígenas, a forma como se relacionam com os adultos e aprendem a fazer o necessário para a sobrevivência do grupo. Em seguida, sugira que comparem o cotidiano das crianças que trabalham na sociedade capitalista em que vivemos com o de uma criança indígena que viva na reserva. Quem vive mais plenamente sua infância? Por quê? Pergunte também o que acham que podemos aprender com as crianças e adultos indígenas; e o que eles podem aprender conosco, que contribua para manter o seu modo de vida? Sistematizando, redijam um pequeno texto coletivo sobre o que concluírem, que todos devem copiar em seus cadernos.

Para classes da 5ª à 8ª séries

Atuando como protagonistas na escola: brincando com os pequenos

- ★ Retome com os alunos a pesquisa sobre brincadeiras, na geração dos avós e bisavós. Proceda como na orientação inicial para a atividade com alunos menores, acima. Peça para fazerem uma lista das brincadeiras em folha de sulfite. Converse previamente com o/a professor/a das séries iniciais, para acertarem a colaboração entre as turmas dos maiores e menores. Fale à classe sobre o *Álbum de brincadeiras*, que pretende registrar fragmentos da memória sobre brincadeiras antigas. Pergunte se querem participar da elaboração do álbum, inserindo nele os registros da pesquisa que fizeram, de brincadeiras de outras gerações. Nesse caso, o álbum teria uma terceira parte: brincadeiras do tempo dos nossos avós. Assim, os alunos perceberão que, se cada geração inventa novos modos de brincar e esquece outros, há brincadeiras que permanecem vivas por várias gerações, algumas durando séculos!
- ★ Depois, convide-os a escolher uma classe de crianças pequenas para fazer algumas brincadeiras do álbum com elas, no recreio ou em dias de festa na escola. Diga-lhes para contextualizar as brincadeiras, explicando quem brincava (menino, menina ou ambos); se a brincadeira era realizada em casa, na rua, no rio ou em outro lugar; se era realizada no campo ou na cidade. Os pequenos irão adorar!

Atuando como protagonistas: participando da campanha “De volta à escola”.

Certamente sua escola irá promover atividades envolvendo a comunidade, no desenvolvimento do projeto sobre o trabalho infantil. É importante que este não fique restrito ao espaço escolar, para que seus resultados sejam mais consistentes. Nesse sentido, convide os alunos a participar de atividades extra-classe, sugerindo a eles algumas possibilidades, como estas:

- ★ levantamento, junto à secretaria da escola, dos alunos que abandonaram os estudos durante esse ano letivo; localização dos endereços; seleção de alguns deles, cujo endereço seja próximo do local de moradia dos alunos; organização da classe em grupos, para visitas às famílias desses ex-alunos; preparo da visita (conversa sobre as razões da desistência da escola e incentivo para retornar à mesma); caso a evasão tenha se dado por razões de trabalho, orientar os alunos para informar as famílias sobre possibilidades concretas de retirada das crianças do trabalho, por meio do acesso a programas como Bolsa-Escola e outros

porventura existentes na região. Combine com eles o dia da visita e, se achar melhor, acompanhe-os;

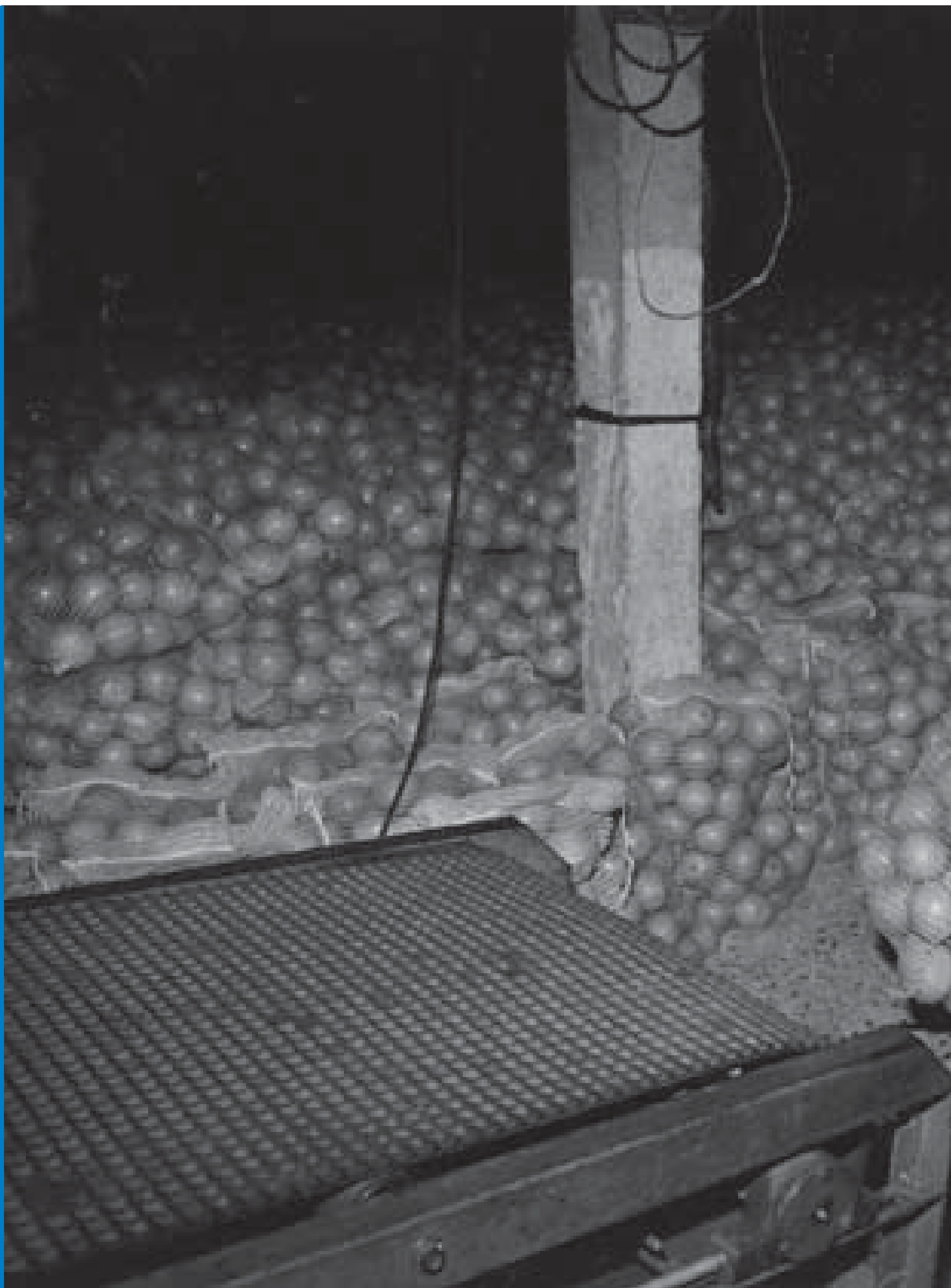
- ★ grupos de estudo ou mesmo aulas de reforço para as crianças que abandonaram a escola devido a dificuldades com a leitura e escrita. Eles são capazes disso, com sua orientação e da equipe escolar!

Para mobilizar os alunos, retome o gráfico que reproduziu em um cartaz, sobre crianças que só trabalham e não estudam. Lembre-os de que fazem parte do grupo de jovens que permanece na escola e estão conseguindo exercer um importante direito, o direito à educação. É dever de cidadania lutar para que esse direito seja estendido a todas as crianças e jovens de nosso país. Nesse caso, eles estarão contribuindo nessa luta e praticando um importante valor: a solidariedade!



Sugestões de leitura

- AZEVEDO, Jô, HUZAK, Iolanda, PORTO, Cristina. *Serafina e a criança que trabalha*. 12.ed. São Paulo: Ática, 2000.
- CIPOLA, Ari. *O trabalho infantil*. São Paulo: Publifolha, 2001. (Coleção Folha Explica).
- DEL PRIORE, Mary (org.) *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.
- MATTOSO, Kátia Q. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar; Brasil, 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- SILVA, Aracy L., GRUPIONI, Luís D. B. (orgs.) A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC; MARI; UNESCO, 1995.
- SILVA, Maria Alice S.S., GARCIA, Maria Alice L., FERRARI, Sônia C. M. *Memória e brincadeiras na cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século XX*. São Paulo: Cortez; CENPEC, 1989. (Biblioteca da Educação, Série Escola, v.7)





Português

Sendo a linguagem, oral e escrita, um veículo privilegiado de formação do cidadão, no currículo escolar a área de Português é extremamente rica para a conscientização de crianças e jovens sobre questões tão relevantes como o trabalho infantil. Acreditamos que o aprendizado da linguagem se dá no seu uso social, na interação entre as pessoas e no contato prazeroso com o texto oral e escrito.

Assim, propomos algumas oficinas em que as crianças e jovens irão desenvolver atividades de fala, leitura e produção escrita nas aulas de Português, mas incorporando as produções resultantes do trabalho realizado em outras áreas, tais como os registros de pesquisas e entrevistas, análise de mapas, gráficos, cartazes, fotos e outros textos. A proposta é que as produções dos alunos nas diferentes disciplinas, em torno do tema Trabalho Infantil, sejam divulgadas durante o desenvolvimento desse tema pela escola e em um evento final, que poderá ser um evento festivo e/ou uma pequena manifestação que envolva a população local. Dessa forma, crianças e adolescentes estarão produzindo trabalhos com uma finalidade social, não apenas como tarefa escolar.

Nesse sentido, sugerimos o desencadeamento de uma campanha de conscientização contra a exploração do trabalho infantil, em que as informações que forem sendo trazidas pelos alunos possam ser divulgadas em jornais falados e em um jornal mural, e que poderá culminar com uma passeata no entorno da escola. Uma campanha tem função mobilizadora, tanto para os que a planejam e executam, como para o público a que se destina. Propicia a compreensão de problemas contemporâneos e amplia a visão de mundo, contribuindo para formar cidadãos ativos e participantes.

No jornal falado ou no jornal mural poderão ser incorporadas os resultados das entrevistas e dados coletados nas pesquisas realizadas nas áreas de História e Geografia, bem como as informações sobre questões de saúde

trabalhadas em Ciências. O tema desse jornal será o Trabalho Infantil, mas depois a escola poderá dar continuidade à sua edição com outros temas, ou para divulgar fatos ocorridos na escola e seu entorno. Na passeata poderão ser utilizados o símbolo da campanha e os cartazes elaborados na área de Arte. Além disso, sugerimos uma oficina de criação de personagens, integrada com essa área e a de História, e outra que explore letras de músicas populares e poemas, tendo como produto a escrita de histórias e poemas que serão reunidos em coletâneas.

No desenvolvimento de todas as atividades, é importante não ficar apenas no nível da denúncia. Os alunos devem tomar conhecimento também dos meios de acabar com o trabalho infantil: escola, centros de juventude, amparo financeiro às famílias, políticas públicas e programas específicos. Como anunciado na introdução, este é um projeto que deverá envolver não apenas toda a escola, mas os grupos organizados da comunidade (sindicatos, associações de moradores, ONGs) e, se possível, também a imprensa local.

Antes de propor qualquer atividade, procure sensibilizar os alunos para o tema. Use os cartazes 2 e 4, que mostram respectivamente crianças trabalhando, estudando e brincando. Em História, a atividade 1 propõe a observação das fotos do cartaz 2; contraponha-o ao 4, que mostra crianças estudando e brincando. Lance mão também de poemas, canções e outros textos, além dos aqui sugeridos, e incentive os alunos a trazer outros. Ao propor o projeto aos alunos, procure envolvê-los, falando com entusiasmo sobre as atividades que irão desenvolver e o muito que irão aprender.



Atividade 1

Jornal mural: organização inicial

O jornal mural é uma ótima atividade sobre essa temática, pois possibilita a divulgação de opiniões, notícias, reportagens e informações; pode ficar exposto durante um certo tempo, possibilitando que muitas pessoas leiam.

Para a produção do jornal mural, o ideal seria que os alunos já tivessem certa familiaridade com o jornal impresso. Se na localidade em que está sua escola houver jornais como de bairro ou de associações, leve exemplares para a turma manusear; chame a atenção para a forma como se organiza – as seções, manchetes, matérias, a diagramação. Explique a função de cada seção e chame a atenção para a forma de cada uma. Leia com eles para que percebam a diferença entre um editorial (coluna em que o jornal expressa sua opinião sobre algum tema), uma notícia ou reportagem (conjunto de matérias: entrevistas, gráficos, mapas etc. sobre um tema ou fato) e um anúncio classificado, por exemplo. Destaque as manchetes: a forma como se organizam, sua função de chamar a atenção do leitor.

Se sua escola está em um local onde não há jornais impressos, uma boa alternativa é o jornal falado, pois o rádio e a televisão chegam aos lugares mais distantes. Se possível, façam os dois.

Participantes e recursos

Todos os alunos podem participar, mas é interessante que a coordenação do jornal fique com os alunos das séries ou ciclos mais adiantados. Eles se encarregarão das tarefas mais complexas, como escrever o editorial, coletar matérias produzidas pelas outras turmas, diagramar o jornal, digitar os textos. Os alunos que ainda não estão alfabetizados devem participar, não apenas nas atividades orais, mas também nas de leitura e escrita, pois é arriscando-se a ler e escrever que irão aprender. No desenvolvimento das atividades, junte alunos mais adiantados com aqueles que têm mais dificuldades, incentivando a cooperação. Dê atenção especial aos que ainda não sabem ler e

escrever, lendo e escrevendo para eles, incentivando-os a descobrir o que está escrito e a escrever do jeito que sabem.

O jornal mural não requer muitos recursos. Basta reservar um espaço, que pode ser delimitado em uma parede. Para elaborá-lo, vocês vão precisar de: papel pardo e sulfite, lápis de cor, pincel atômico, tesoura, cola, fita adesiva ou tachinhas. Se possível, é bom ter uma câmera fotográfica para ilustrar algumas matérias, mas elas podem ser ilustradas também com desenhos. Se a escola possuir computador para uso dos alunos, organize-os para que possam digitar os textos. Se não houver computador, poderão datilografá-los ou passá-los a limpo com letra legível.

Como o jornal mural irá envolver a escola toda ou uma boa parte dela, outras áreas e outros professores, converse com eles antes de iniciar com os alunos e façam um planejamento conjunto. Combinem um prazo (por exemplo, um mês) para que o jornal fique pronto e seja publicado.

O nome e as seções do jornal

Discuta com a (as) turma (s) quais seções o jornal vai ter. Pode haver duas colunas de opinião: uma do jornal (o editorial) e uma do leitor (o espaço do leitor, com cartas que os alunos irão escrever). As demais podem ser escolhidas por votação, mas, tendo em vista o tema, é importante que contemplem: Notícias locais; Notícias “do mundo” (do estado, país ou mundo), Saúde, Cotidiano, Denúncias e uma seção literária para histórias e poemas. Registre na lousa as sugestões dos participantes e faça a eleição das preferidas. Peça-lhes que registrem os nomes das seções escolhidas no caderno e

num cartaz, que será afixado na parede da sala. Depois, repita o mesmo processo para escolher o nome do jornal.

Produção, diagramação, edição

Um bom encaminhamento é dividir as seções pelas turmas da escola. Cada tipo de texto irá exigir uma orientação específica do professor e um tempo para que os alunos os elaborem. Dependendo do texto, poderá ser feito pela classe toda, e o professor fará o primeiro registro. Outros poderão ser feitos em duplas ou pequenos grupos e, depois, a classe escolhe os que estiverem mais adequados ou bonitos para a publicação. Os alunos farão uma primeira versão que será revista antes de ser publicada. Explique a eles que, como os textos se destinam à publicação, não poderão apresentar problemas de rasuras, ortografia, concordância etc. Uma vez acertada a forma ideal, eles deverão “passar a limpo” o texto para publicá-lo, isto é, afixá-lo no lugar combinado.

Com a turma, combine como será a diagramação, ou seja, a disposição das várias seções no espaço reservado para o mural. Façam antes, na lousa, um esquema da diagramação escolhida pela turma. Os grupos responsáveis pelas diversas seções deverão editar, isto é, revisar os textos recebidos, procedendo também à adequação de tamanho para o espaço determinado pela diagramação. A equipe de produção se encarregará da forma final (digitada, datilografada ou manuscrita, conforme os recursos disponíveis), montagem e fixação das páginas (em geral, mediante colagem).



Atividade 2

Produção dos textos para o mural

O editorial

Fale aos alunos sobre a importância do editorial: ele expressa a opinião do jornal. Para produzir editorial sobre o trabalho infantil, é necessário que antes os alunos leiam textos argumentativos e façam um debate sobre o tema, tornando-se capazes de caracterizá-lo com precisão. Com as turmas dos maiores, leia e discuta o Texto 6. Articule-se com o professor de História pois, para que desenvolvam argumentos em defesa da erradicação do trabalho infantil, é preferível que já tenham realizado a atividade 4 daquela disciplina, com leitura e debate das justificativas usualmente alegadas para “defender” o trabalho infantil. Complemente-a com a leitura em classe do Texto 7, “Mais argumentos” a favor e contra o trabalho infantil.

Para discuti-los, você pode, por exemplo, elaborar um quadro em que, de um lado sejam colocadas as opiniões daqueles que defendem o trabalho infantil e, do outro, os argumentos que os alunos podem contrapor a tais pontos de vista:

Os que defendem o trabalho infantil dizem que:	Para rebater essa idéia, argumentamos que:
<i>“Melhor trabalhar do que ficar na rua em más companhias”...</i>	

Organize um debate entre dois grupos, um defendendo o trabalho infantil e outro se posicionando contra; ou, então, discuta o tema com a turma toda, anotando em um dos lados da lousa os pontos principais que deverão constar do editorial. Em seguida, produza um texto coletivo, abrangendo os itens registrados na lousa. Chame a atenção deles para a forma discursiva desse tipo de texto (opinião, defesa de idéias, uso de argumentos). Depois proceda à edição do texto ou encaminhe-o aos responsáveis pela edição, conforme o combinado para as demais matérias do mural.

Outras seções e textos do jornal

As seções Notícias, Mundo e Cotidiano serão

compostas de matérias e reportagens sobre o trabalho infantil. Os alunos poderão trazer informações colhidas na própria localidade em que vivem (o que já está sendo solicitado em atividades de História, Ciências e Geografia) ou aquelas publicadas em jornais locais, se os houver na sua cidade. Se forem escrever as notícias, oriente-os para que estas tenham, de fato, característica desse tipo de texto. Distribua jornais, leia algumas notícias com eles e faça-os observar suas características. Reproduza e distribua o Texto 8, com exemplo de trecho de uma notícia.

A função da notícia é informar o leitor (no jornal impresso ou mural) ou o ouvinte (no jornal falado). Explique que o início da notícia procura situar o leitor (ou ouvinte) no assunto que será apresentado. Em geral, responde às perguntas: quem, o quê, quando, onde, como e por quê. Diga também que, numa notícia, os fatos não são relatados em ordem cronológica, mas de importância. Incentive-os também a estabelecer a relação entre o título da notícia e o texto.

A reportagem caracteriza-se por formar um conjunto de matérias sobre um mesmo tema, aprofundando um fato ou conjunto de fatos no tempo e no espaço: comparam-se acontecimentos de épocas passadas com os atuais, fatos semelhantes ocorridos em outras localidades; recorre-se também a depoimentos ou comentários feitos por pessoas ligadas ao tema. Para essa seção, certamente você contará com o trabalho proposto para as áreas de História, Geografia e Ciências. Mas não se esqueça de explorar em sala de aula algumas reportagens publicadas em jornais, para que os alunos apreendam sua estrutura. Além disso, converse com os professores das outras áreas para que desenvolvam um trabalho conjunto. Afinal, leitura e escrita são habilidades que dizem respeito a todas as áreas.

A seção de cartas é propícia para a manifestação dos alunos, professores, funcionários e pais sobre o trabalho infantil, denunciando, protestando, solidarizando-se com as crianças e adolescentes explorados. Também nesse caso, é necessário trabalhar com os alunos o formato das cartas que são escritas para jornais e revistas.

Se houver uma seção Saúde, aproveite o trabalho realizado em Ciências. Na seção Denúncia podem ser divulgadas situações de



Atividade 3

Jornal falado

exploração do trabalho infantil, com fotos, desenhos etc.

Finalmente, o jornal mural divulgará histórias e poemas feitos pelos alunos e escolhidos por eles mesmos para compor o mural. Orientações para isso constam das Atividades 4 e 5, adiante.

Criando manchetes para o jornal

O objetivo é que os alunos criem manchetes para as notícias que irão publicar no jornal mural. Explique-lhes que a manchete tem dupla função: anunciar o assunto tratado e atrair a atenção do leitor. Por isso, não deve ser muito extensa.

Prepare com antecedência recortes de algumas notícias de jornais *sem* os respectivos títulos ou subtítulos. Organize os alunos em duplas, distribua uma notícia para cada dupla, pedindo que leiam com atenção e criem uma manchete para ela. Depois, troque os recortes de jornais de cada dupla e solicite que façam o mesmo com outra notícia. Assim, cada notícia receberá duas manchetes feitas por duplas diferentes. Cada dupla lê as notícias sobre as quais trabalhou e apresenta sua manchete. Peça-lhes que comparem as manchetes criadas para uma mesma notícia por diferentes duplas e apreciem todas as manchetes criadas. Em seguida, entregue-lhes as manchetes originais para que comparem com aquelas criadas por eles. Discuta as possíveis razões para as diferenças. O Texto 8 traz também exemplos de manchetes. Sugira que tentem imaginar o conteúdo das respectivas notícias.

Em geral, crianças e jovens não têm o hábito de assistir a noticiários na TV ou de ouvi-los pelo rádio, pois dão preferência a outros tipos de programa. Portanto, é preciso que sejam incentivados a fazê-lo, em suas casas ou na escola, para que observem como são apresentados – pois é função da escola ampliar o campo de conhecimento dos alunos.

Pergunte-lhes se assistem a noticiários de TV ou se os ouvem pelo rádio; veja se já têm conhecimento suficiente para montar um jornal falado ou se precisam familiarizar-se mais com esse tipo de programação. Se necessário, oriente-os para que observem os conteúdos e a forma desses noticiários e depois comentem em sala.

Proponha-lhes então, que se organizem em grupos para montar um jornal falado. A cada semana, sempre no mesmo dia, um grupo se encarrega de apresentá-lo para o restante da classe ou da escola. Neste projeto, o jornal falado poderia ser apresentado em diferentes horários: na entrada e saída das aulas, no intervalo para a merenda, de forma que muitas pessoas pudessem ouvi-lo. Os alunos podem transmitir notícias sobre o trabalho infantil (fatos ocorridos em sua localidade ou em outros lugares), comentar fatos (opinião do jornal), entrevistar pessoas sobre esse assunto. Podem usar como fonte os trabalhos que estarão sendo realizados nas disciplinas de História, Geografia e Ciências.

Atividade 4

Poemas

Para classes da 5ª à 8ª séries

O objetivo desta oficina é, ao mesmo tempo, sensibilizar os jovens para a problemática do trabalho infantil e aproximá-los da linguagem poética, para que tenham prazer em ler e ouvir poemas e para que se sintam motivados a expressar suas emoções recorrendo à linguagem poética.

A poesia está quase sempre presente em nossas vidas, mas nem sempre a percebemos ou sentimos. Para saborear um poema, é preciso entender sua linguagem. Quanto mais se gosta, mais se entende e, quanto mais se entende, mais se gosta, sobretudo quando não se perde de vista o sentido lúdico da poesia: brincar com as palavras.

Ao professor, cabe intensificar o contato dos alunos com a poesia, orientando-os no sentido de ler e ouvir cada poema, saboreando o ritmo, os sons, as imagens, a disposição gráfica, não apenas uma vez, mas inúmeras vezes e, a cada uma delas, buscando novas descobertas. Certamente, a observação mais atenta desses recursos trará aos jovens uma compreensão maior da linguagem poética e lhes dará condições para que ensaiem seus próprios passos em poesia.

Quem lê ou escreve poemas lida com sentidos novos e incomuns das palavras e expressões. Por isso, em todas as atividades é importante ter alguns dicionários disponíveis para consulta.

Todos os textos produzidos devem ter um leitor real. Assim, os poemas que não forem escolhidos para o jornal mural devem ser divulgados de outra forma: expostos na própria sala ou reunidos em coletâneas manuscritas ou impressas, e até mesmo ilustradas, acessíveis a todos.

Os recursos poéticos

Muitos são os recursos poéticos: rimas, comparação, paralelismo, personificação,



TAREFAS DOMÉSTICAS (MENINA DE 5 ANOS) - RJ

metáforas. Com as atividades aqui propostas queremos sensibilizar os alunos para a problemática do trabalho infantil e incentivá-los a perceber a expressividade da poesia com sua linguagem metafórica, aberta a múltiplas interpretações que emocionam e inquietam o leitor.

Peça aos alunos que leiam os poemas *Meninos carvoeiros*, de Manoel Bandeira e a letra da música *Pivete*, de Chico Buarque de Holanda e Francis Hime (Textos 9 e 10). Deixe que comentem livremente e falem sobre os sentimentos despertados. Eles provavelmente serão capazes de identificar o ritmo, as rimas, o jogo de palavras, a mensagem. Em seguida, faça você também observações sobre os poemas.

É provável que não conheçam o significado de algumas palavras. Deixe que tentem adivinhar primeiro. Depois podem recorrer ao dicionário. No poema de Manoel Bandeira, a palavra *carvoeiro* é usada algumas vezes na forma “carvoero”. Explique que não se trata de erro ortográfico, mas de uso intencional do autor, expressando o jeito de pessoas do povo falarem, na época em que o poema foi escrito.

Nesses dois poemas, faz-se um paralelo entre o trabalhar (forçado) e o brincar perdido que a criança tenta recuperar na sua dura vida de trabalhador infantil: “apostando corrida, bamboleando”; “agora ele se chama Ayrton. Sobe no passeio, pega no recreio”... Explore com os alunos os recursos poéticos utilizados pelos autores. Há comparações: “como espantalhos desamparados”; “E tem as pernas tortas e se chama Mané” (verifique se os alunos sabem que se refere ao famoso jogador de

futebol Mané Garrincha, que tinha as pernas tortas).

Em outra aula distribua o Texto 11, trazendo os poemas *O moinho e o campo de golfe*, de Sarah N. Cleghorn e *Trabalho Infantil é...*, de Michael J. Pasternak (em traduções livres do inglês).

No primeiro, por meio de ironia, a autora mostra uma realidade absurda. Pergunte aos alunos se conhecem situações semelhantes à relatada no poema. O poema *Trabalho infantil é...* usa diferentes imagens (metáforas) para representar o trabalho infantil: sombra na escuridão, amarelo-violeta de velhos machucados, áspera gravata de seda, vestido tecido de dor... Chame a atenção dos alunos sobre a beleza e a expressividade dessas metáforas.

Em seguida, distribua os Textos 12 e 13, sobre trabalho infantil no campo e nos centros urbanos. Verifique se entenderam os textos, se há palavras desconhecidas. Peça que comentem o assunto lido. Depois, divida a classe em sete grupos e peça para cada grupo reler um trecho referente a: trabalho no canavial, na carvoaria, no sisal, na pedreira, no lixão, na rua e nas residências. Peça aos grupos que tentem criar frases com imagens (metáforas, comparações etc.) referentes ao assunto que estão lendo, assim como Michael J. Pasternak, dizendo de um jeito poético o que está expresso no texto informativo. Inicialmente, crie algumas com a

classe toda, para que compreendam bem o que está sendo proposto. Pergunte-lhes que imagens poderiam criar para representar: o perigo enfrentado pelas crianças, o abandono dos estudos, a longa jornada de trabalho, o trabalho forçado e sem remuneração, o trabalho no lixo, o trabalho que exige muito esforço e responsabilidade. Por exemplo: um espinho no pé; o sonho roubado; um dia escuro; uma noite sem fim; beleza tecida de dor. Com essas imagens eles irão compor poemas sobre o tema. Os poemas serão apresentados primeiro para a classe e os ouvintes farão apreciações e ajudarão a melhorá-los.

Alguns poemas serão escolhidos pelos próprios alunos para publicação no jornal mural e os demais poderão ser divulgados de outra forma: painéis, coletâneas etc. Mas, antes de serem publicados precisam ser revistos para que não apresentem erros.

Atividade 5

Histórias, personagens e cenários

As atividades propostas nesta oficina podem ser desenvolvidas da 1ª à 8ª séries, desde que se leve em conta as possibilidades dos alunos conforme a idade e o nível de escolaridade. Os alunos que

ainda não estão alfabetizados podem participar com idéias e tentativas de escrita. Podem expressar oralmente suas idéias para serem registradas pela professora ou por colegas mais adiantados.

O objetivo desta oficina é que os alunos escrevam histórias. Mas, para isso, é necessário que aprendam a criar cenários e personagens.



BARREANDO O FORNO - BA

Personagens

O sucesso de uma narrativa depende, em grande parte, da construção dos personagens. Há personagens muito simples, chamados “tipos” ou lineares, que apresentam muito poucas características, por exemplo, o mocinho bom e justo ou o bandido mau e corrupto. E há personagens mais complexos, misteriosos e imprevisíveis: são bandidos e mocinhos ao mesmo tempo, são heróis e covardes, capazes do bem e do mal, enfim, mais parecidos com pessoas reais.

Há duas maneiras de caracterizar um personagem: uma é pela qualificação, outra pelas ações. No primeiro caso, ele é descrito pelo narrador ou por outros personagens da história: características físicas, psicológicas, sociais. No segundo caso, o personagem vai-se definindo pelo que faz, isto é, por suas ações o leitor vai percebendo como ele é. Entretanto, essas duas possibilidades se completam, pois os autores recorrem tanto à qualificação quanto à ação para caracterizar o personagem.

A proposta nesta oficina é que os alunos transformem em personagens as crianças e jovens vítimas do trabalho infantil, os patrões que exploram crianças e jovens, e as pessoas que lutam pela erradicação do trabalho infantil. Portanto, várias de suas características já estão determinadas. Eles irão inspirar-se nas leituras já feitas e outras atividades, nas diferentes disciplinas. Sugerimos o seguinte roteiro, para elaborarem, em duplas, fichas sobre os personagens criados:

- ★ características físicas: nome e apelido (se tiver); idade e aparência: olhos, cabelos e pele, boca, nariz, pernas etc.; condições de saúde.
- ★ características psicológicas: qualidades, habilidades, defeitos, dificuldades; o que gosta, adora, detesta em relação a comidas, divertimentos, estudo, trabalho, esportes, religião, política, roupas; o que deseja, de que tem medo; o que faz questão de mostrar, o que faz questão de esconder; hábitos, manias.
- ★ características sociais: família – como são e o que fazem seus integrantes, estado civil; condições econômicas – vantagens e dificuldades; moradia – localização, como é a casa, a vizinhança; relações afetivas – namoros, quem são seus amigos, se tem inimigos; trabalho ou estudo – o que faz e onde; lazer –

como ocupa seu tempo livre, de que forma se diverte, lugares que freqüenta; acontecimentos que marcaram sua vida.

Cenário

Outro aspecto muito importante, numa narrativa, é o cenário (tempo e espaço) em que se passa a ação. Ele se liga aos fatos e aos personagens, podendo influenciar seus sentimentos e atitudes. A descrição do cenário, em geral, vem entremeada no enredo, bem detalhada ou diluída.

Continuando em duplas, os alunos irão imaginar um cenário e, nele, os personagens criados por eles: Que lugar é esse? Que época é essa? Peça-lhes que os descrevam bem. Eles irão inspirar-se nas fotos que observaram e nas leituras feitas sobre as crianças que trabalham. Se possível, coloque-os em contato com publicações como, por exemplo, *Serafina e a criança que trabalha*, de Jô Azevedo e outros (2000), publicada pela editora Ática, e mostre-lhes réplicas de obras de arte, filmes e documentários sobre o tema.

A produção das histórias

Com os personagens criados e o cenário esboçado, lance outras questões: O que o personagem principal está fazendo? Como foi parar aí? Há outros personagens? Quem são? O que está acontecendo? Por quê? O que vai acontecer em seguida? E depois? Como as coisas vão se resolver? Como tudo termina?

Os alunos poderão produzir as histórias em duplas ou individualmente. Depois irão trocá-las entre si para leitura e sugestões. As histórias precisam passar por revisão gramatical antes de serem publicadas. Oriente-os para que consultem o dicionário. Incentive-os a ilustrar as histórias com desenhos ou recortes de revistas.

Os próprios alunos irão escolher aquelas que serão publicadas no jornal mural. As outras histórias também serão divulgadas em painéis e coletâneas. Algumas poderão ser adaptadas para a apresentação teatral proposta em História e Arte.





necessárias: os alunos precisam de autorização dos pais e devem estar acompanhadas por adultos. É preciso também pedir autorização ao serviço de trânsito da cidade e proteção da polícia civil. E, principalmente, envolver a comunidade, pois é ela que se quer mobilizar nesse momento. Para isso, os alunos podem fazer cartazes, afixando-os na porta da escola e em estabelecimentos comerciais, distribuir convites aos moradores. Se possível, podem divulgar o evento na rádio, jornal ou TV local. Para toda essa organização, é fundamental a união da escola e a colaboração da comunidade.

Para a passeata os alunos irão criar palavras de ordem e confeccionar cartazes (propostos na área de Arte) e faixas manifestando o repúdio ao trabalho infantil. É importante que os professores de todas as disciplinas se envolvam nessas atividades e na organização da passeata. Além desta, a escola pode convidar todos a apreciar os trabalhos produzidos pelos alunos: coletâneas de histórias e poemas, trabalhos artísticos, jornal falado e mural, apresentação de teatro, de músicas etc. Os alunos também poderão confeccionar alguns "selos" com o símbolo da campanha para que os convidados levem para colocar em suas casas.

Atividade 6

Organizando o evento final

A escola envolveu-se nas atividades das diferentes disciplinas escolares, muitos trabalhos foram produzidos e alguns já foram compartilhados: jornais falado e/ou mural, dramatizações, exposição de trabalhos artísticos etc. Agora chegou o momento de encerrar a campanha envolvendo ainda mais pessoas e divulgar tudo o que foi feito.

O evento final será organizado conforme as possibilidades de sua escola e da localidade em que se encontra. Em localidades pequenas é possível organizar uma passeata pelas ruas principais portando cartazes e faixas. Em cidades maiores a manifestação pode acontecer nas ruas que circundam a escola. Nos dois casos, é preciso tomar as medidas de segurança



Referências bibliográficas

- AZEVEDO, Jô, HUZAK, Iolanda, PORTO, Cristina. *Serafina e a criança que trabalha*. 12.ed. São Paulo: Ática, 2000.
- OPINIÃO PUC-SP. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, v.2, n.14, fev. 2000.
- ESPAÇO: informativo da Associação de Inspeção do Trabalho do Paraná. Curitiba, v.1, n.9, jun/jul. 1997.





Ciências

As atividades aqui propostas visam conscientizar os alunos sobre a prática do trabalho infantil e suas possíveis formas de erradicação, contribuindo para o projeto pedagógico da equipe escolar. Será preciso articular-se com os colegas de equipe, principalmente os professores de História, Arte, Português e Geografia, verificando o que cada um estará abordando em suas respectivas aulas, de modo a evitar fragmentação (ou repetição) dos conteúdos.

Atitudes de repúdio à discriminação preconceituosa de diferenças e a situações de violência e autoritarismo devem ser trabalhadas por meio do exercício permanente dos direitos das pessoas, e das crianças em particular, tomando-se como referência o Estatuto da Criança e do Adolescente. Esta série de atividades pretende contribuir para isso, mediante estudo e reflexão conjunta. Sabendo que toda atividade de sala de aula é única, acontece em tempo e espaço socialmente determinados, envolvendo professores e estudantes que têm particularidades quanto a necessidades, interesses e histórias de vida, confiamos em que você saberá propor as adequações necessárias a suas classes.

Atividade 1

Conhecendo seus direitos

Objetivos: Conhecer a declaração dos direitos da criança da ONU; promover a discussão dos direitos da criança e da importância do documento. Como subsídio, releia o capítulo “Os direitos da criança e do adolescente”, no v.1 (p.31-35).

Material: papel pardo, giz de cera, lápis de cor, canetas coloridas, tesoura, cola; cartaz 1; para 5ª a 8ª séries, reprodução do Texto 14.

Para classes da 1ª à 8ª séries

Inicie esta atividade esclarecendo que todo ser humano, adulto ou criança, tem garantidos direitos humanos. A criança, por viver uma fase da vida de desenvolvimento de seu potencial, requer atenção e proteção especiais. Um número de instrumentos, nacionais e internacionais, têm sido adotados a fim de proteger esses direitos, visando salvaguardar as crianças da exploração e assegurar que toda criança tenha acesso à

educação, a uma vida saudável, e seja capaz de desenvolver-se plenamente.

A Declaração dos Direitos da Criança foi proclamada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em novembro de 1959. Os direitos têm por objetivo garantir que todas as crianças do mundo cresçam em condições humanas, protegidas, alimentadas, com acesso à escola, a médicos e ao mínimo necessário para o desenvolvimento sadio. Infelizmente, porém, tanto tempo depois de assinada, ainda nascem muitas crianças que não podem desfrutar desses direitos.

- ★ Afixe o cartaz 1, para que todos conheçam os direitos da criança. Para as classes dos maiores, distribua o Texto 14, que reproduz o teor do cartaz. Após a leitura, proponha a discussão começando pelas perguntas: O que você entende por declaração? E por direito? (Lembre-se de uma declaração é um documento, uma lista afirmativa; e direito é faculdade concedida pela lei, poder legítimo.) Forneça os esclarecimentos que forem necessários. Depois, continue a explorar, auxiliando com perguntas como: Qual a importância de ter esses direitos garantidos? O documento refere-se claramente a uma atividade que a criança *não* deve exercer – qual? De que forma essa atividade compromete o desenvolvimento da criança? A Declaração também protege as crianças de diferentes formas de violência – quais?

Vá registrando, na lousa ou em uma folha de papel pardo, as principais respostas ou resultados da discussão. Para examinar cada um dos direitos, proponha montarem uma frase completa, por exemplo: (n.2) “Toda criança tem o direito de receber um nome e uma nacionalidade ao nascer”.

- ★ Em seguida, proponha à classe, oralmente e em rodízio, substituir a expressão *Toda criança* pelo pronome da primeira pessoa, “eu” – o objetivo é que o aluno se conscientize de que esse conjunto de direitos também se refere diretamente a ele. Assim, o 5º direito será “Eu tenho direito a afeto e segurança”...
- ★ Finalmente, proponha aos alunos que, em grupos, escolham um ou mais artigos da Declaração para ilustrar, com desenhos e/ou colagens. Articule-se com o professor de Arte para orientações sobre técnicas. Monte um livro com as ilustrações produzidas e o texto da Declaração, que poderá ser mostrado na exposição para a comunidade.





Atividade 2

O direito à saúde

Objetivos: conhecer e refletir sobre o direito das crianças à saúde; conhecer os riscos à saúde a que estão sujeitas as crianças trabalhadoras. Sugerimos, como subsídio, que analise o quadro anexo ao volume 1, especialmente a nota relativa aos riscos à saúde implicados nos trabalhos exercidos por crianças em todo o Brasil.

Material: papel pardo; revistas, jornais, folhetos de propaganda variados, com imagens de crianças exercendo diversas atividades; canetas coloridas, tesoura, cola; cartaz 2; para 5ª a 8ª séries, reprodução do Texto 15.

Para classes da 1ª à 8ª séries

- ★ Inicie a atividade escrevendo na lousa uma forma concisa do 3º direito da criança:

TODA CRIANÇA TEM DIREITO A CRESCER COM SAÚDE

Converse com os alunos sobre esse direito e seu significado. Verifique se a classe já aprendeu sobre o ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente. (atividade 5 de História). Se não, explique que é a lei brasileira que assegura esses direitos – dentre os quais o direito à saúde integral. Inicie discutindo o que entendem por saúde. É comum pensarem que ter saúde é não estar doente. Explique-lhes o conceito mais abrangente de saúde, definido pelo bem-estar físico, psíquico, emocional, e que inclui as condições de vida – alimentação, vestuário e moradia adequados – e assistência médica.

- ★ Distribua o Texto 15 (O trabalho no sisal), no caso dos alunos mais velhos, sugerindo leitura individual, ou leia-o com a classe, no caso dos mais novos. Após esclarecer o sentido de

palavras desconhecidas e certificar-se de que compreenderam o texto, pergunte: Essas crianças têm garantido o direito à saúde?

- ★ Peça que releiam o texto para responder: Quais os riscos à saúde de Paulo Sérgio e de Éris? Quais as consequências à saúde do trabalho que fazem? Esse trabalho é adequado a uma criança? Pergunte ainda: De acordo com esses depoimentos, além do direito à saúde, que outros direitos da criança estão sendo violados? As respostas devem ser anotadas na lousa e nos cadernos.
- ★ Em seguida, em discussão coletiva, procure saber dos alunos de que tipo de assistência à saúde dispõem: eles têm garantido esse direito? Deixe-os falar livremente. Mesmo no caso de os alunos disporem de assistência satisfatória, lembre-os de que esse é um direito de todas as crianças. Pergunte à classe se acham que todas as crianças (do bairro, da cidade) têm acesso a assistência médica.
- ★ Caso negativo, proponha descobrirem o que poderia ser feito para garantir a todas as crianças o direito à assistência à saúde. Em grupos, os alunos podem fazer uma pesquisa na comunidade, verificando os postos existentes e a população que a eles têm acesso. Também podem convidar um profissional da área de saúde para conversar sobre o atendimento às crianças e adolescentes locais e o que poderia ser feito para melhorá-lo. Se for o caso, os alunos podem confeccionar um cartaz reivindicando as melhorias necessárias. Os das séries mais adiantadas podem escrever uma carta ao prefeito, aos Conselhos Municipais de Saúde e dos Direitos da Criança do Adolescente.
- ★ Para aprofundar o conhecimento da realidade das crianças que trabalham e os danos causados à saúde pelas atividades exercidas, sugerimos uma atividade usando imagens. Com isso os alunos também irão perceber que a imagem, tal como o texto escrito, pode ser veículo de informação. Nas aulas de História e Português, provavelmente já terão analisado o cartaz 2, com fotos de crianças trabalhando. Proponha então a montagem coletiva de um painel, utilizando imagens e textos.

Distribua as revistas, jornais e outros materiais que tiver reunido; peça-lhes que retomem também os textos já lidos, os relatos e depoimentos coletados nas entrevistas feitas nas aulas de História e Geografia. Oriente-os a, em grupos, selecionar e recortar imagens que mostrem crianças trabalhadoras em diferentes

setores da economia, em atividades rurais e urbanas. Se não encontrarem determinadas imagens, podem desenhar, com base nas fotos do cartaz ou nos depoimentos escritos. Essas imagens irão compor um painel, montado em papel pardo.

- ★ Promova a leitura das imagens selecionadas: Que sensações as imagens provocam em vocês? Conduza os alunos a fazer descrições detalhadas: a partir de uma dada imagem de criança, devem indicar a idade aparente, a cor da pele, as roupas, descrever aspectos de higiene, do ambiente em que trabalha, se está acompanhada ou sozinha, o que faz, sua expressão do rosto etc. Depois, oriente a montagem do painel, propondo que escrevam uma legenda para cada imagem, com base nas entrevistas, depoimentos ou textos lidos.
- ★ Finalmente, com o painel montado, promova uma discussão coletiva: Quais as condições de vida desses meninos e meninas? Quais serão as consequências dessas atividades para a saúde das crianças? Retome o direito à saúde: com base nas imagens, textos e nas explicações dadas por você, façam uma lista dos riscos à saúde a que estão sujeitas essas crianças. Anote na lousa e peça que os alunos registrem nos cadernos. A discussão coletiva deve levá-los a perceber as condições arriscadas e injustas em que vivem as crianças trabalhadoras.



COMENDO NO TRABALHO

Atividade 3

Os catadores de lixo

Objetivos: sensibilizar sobre o trabalho de crianças e adolescentes em depósitos de lixo; perceber o quanto é insalubre a vida dos catadores de lixo; alertar e desenvolver atitudes de cidadão para com questões relativas à produção de lixo, desperdício, possibilidade de reaproveitamento e destino adequado ao que não pode ser reutilizado. Subsídios: Quadro anexo ao v.1 e seção “Efeitos perversos do trabalho infantil”, v.1, p.16-17

Material: para 5ª a 8ª séries, reprodução do Texto 16.

Para classes da 1ª à 8ª séries

- ★ Proponha aos alunos que façam uma pesquisa em casa sobre a qualidade do lixo produzido e o destino que lhe é dado. Comece perguntando se existe coleta de lixo no bairro onde as crianças moram, se sabem para onde esse lixo é levado e o que é feito com ele. Isso pode levar a uma investigação bem interessante, pois a maioria de nós não se preocupa com o destino do lixo que vai da porta para fora.
- ★ Discuta o conceito de lixo com os alunos e peça que procurem no dicionário o significado da palavra. Eles encontrarão a definição como “sujeira, imundície, coisa ou coisas inúteis, velhas sem valor”. Explique que, em linguagem técnica, é sinônimo de resíduos sólidos, consistindo em “materiais descartados pelas atividades humanas”. Contrapondo esses dois significados, os alunos poderão perceber que os materiais descartados pelas atividades humanas nem sempre são inúteis e que algumas pessoas podem encontrar utilidade nesse “lixo”. Verifique o que sabem a respeito dos chamados catadores de lixo.
- ★ Explique que os catadores de lixo exercem uma função ecológica importantíssima, pois recolhem material que pode ser reutilizado ou reciclado, contribuindo para diminuir o desperdício e as montanhas de lixo à mercê do tempo. Mas essa não é uma atividade digna de um ser humano, pelas condições insalubres e subumanas em que atuam.
- ★ Organize com a classe uma lista do que jogam fora como sendo “lixo”, e que outra utilidade poderia ser dada a esse “lixo”. Introduza o



ATERRO DE JAGURUÇU - CE

conceito de *reutilizar*, que difere do conceito de *reciclar*. Reciclar significa transformar os restos descartados por residências, fábricas, lojas e escritórios em matéria prima para a fabricação de outros produtos. Não importa se o papel está rasgado, a lata amassada ou a garrafa quebrada, pois ao final tudo vai ser transformado em novos objetos e embalagens. Ao reutilizar, estamos dando nova utilidade ao mesmo produto. Ao invés de descartar garrafas de plástico, podemos transformá-las em vasilhinhos de plantas, porta-lápis, porta-trecos etc. Com essas questões em mente, proponha que, ao voltar para casa, os alunos investiguem seu lixo doméstico. Deverão fazer uma lista do que vai para o lixo. Também podem pesquisar, em casa, quanto lixo a família produz diariamente. Os mais velhos poderão fazer estimativas do volume (em litros) de lixo recolhido em um dia e dividir pelo número de pessoas que moram na mesma casa, chegando, assim, ao valor de produção individual.

- ★ Com o resultado das pesquisas em casa, a classe irá analisar o lixo produzido, separando-o em reciclável e não reciclável. Faça na lousa uma lista dos itens que forem apontando, separando-a em duas colunas, de lixo reciclável e de não- reciclável. Usando a lista, discuta com os alunos os conceitos de reciclar e reutilizar. Fale também das pessoas, adultos e crianças, que conseguem sobreviver nos depósitos de lixo catando o que a maioria das

pessoas considera sem utilidade. Discuta ainda a problemática do excesso de lixo, da falta de espaço para depositá-lo – e da necessidade de erradicar o trabalho infantil nesse espaço.

- ★ Se for possível, a classe será ainda mais sensibilizada assistindo ao documentário *Ilha das Flores*, com roteiro e direção de José Furtado (1989)
- ★ Depois, distribua o Texto 16 (*É ruim ser criança*) – ou leia-o para as crianças menores – e, após a leitura, inicie uma discussão com os alunos: A atividade de catar lixo é adequada às crianças? Por quê? Qual a função dessas crianças no lixão? A que riscos crianças catadoras de lixo estão sujeitas? Quais as consequências desses riscos para a saúde?

Ao discutir as consequências para a saúde, considere, além dos acidentes com objetos cortantes, também a presença de lixo hospitalar e tóxico (se houver); informe aos alunos que a presença de todo tipo de lixo junto, hospitalar, residencial e tóxico, aumenta em muito o risco de contaminação das crianças que vivem da coleta de lixo; em algumas cidades, o lixo hospitalar é coletado e tratado separadamente, para evitar o risco de contaminação. Verifique se isso acontece na sua cidade. Também reforce o risco de transmissão de doenças por animais como moscas, ratos, pulgas e baratas.

- ★ Com relação a essa temática, aproveite para desenvolver conteúdos de sua área previstos para as respectivas séries, como noções básicas de higiene, doenças transmitidas por microrganismos, intoxicação alimentar, conservação de alimentos e saneamento básico.
- ★ De toda maneira, retorne à temática propondo novas perguntas acerca do texto lido: Que coisas as crianças catadoras de lixo sabem e as outras não? Qual é o sonho da menina Ionara, catadora de lixo? pergunte sobre a pesquisa que já devem ter realizado, em História e Geografia: na comunidade, vocês têm conhecimento de crianças que trabalham? Que tipo de trabalho fazem? Em sua opinião, de que tipo de oportunidades essas crianças estão sendo privadas?
- ★ Finalmente, em colaboração com os professores de Arte e Português, proponha a criação de um *slogan* para uma campanha contra o trabalho infantil nos lixões, focalizando os riscos à saúde da criança trabalhadora.



Atividade 4

Prostituição infantil

Objetivos: identificar a prostituição como uma prática do trabalho infantil; contribuir para o conhecimento e prevenção da AIDS, doenças sexualmente transmissíveis e gravidez; contribuir para a formação de atitudes não-discriminatórias, de combate urgente a essa prática e de respeito aos direitos de toda criança. Subsídios: textos sobre as convenções da OIT (p.8) e o direito à educação (p.34-35) do volume 1.

Material: reprodução do Texto 17.

Para classes da 5ª à 8ª séries

O tema proposto é de difícil abordagem. No entanto, é importante discuti-lo, uma vez que aparece muito na mídia e, com certeza, é de conhecimento dos alunos mais velhos. A dificuldade de abordagem deve-se ao fato de envolver preconceito e valores. Ao desenvolver a atividade, procure levar os alunos a perceber diferentes possibilidades de valorizar a vida, fortalecendo a autoestima e o respeito às diferenças. É importante dosar o tipo de informação e a profundidade com que será abordada de acordo com a capacidade de entendimento e o interesse demonstrado pelos alunos.

Se não se sentir à vontade para tratar do tema com a classe, você pode convidar alguém da comunidade, especialista ou médico, para conversar sobre exploração de meninas, prevenção contra doenças sexualmente transmissíveis, gravidez na adolescência.

- ★ Inicie propondo a leitura do Texto 17, extraído de uma reportagem sobre prostituição infantil. Após a leitura e comentários, inicie uma discussão coletiva, perguntando: Que fatores levam meninas a se prostituir? Quais os riscos que uma menina corre ao exercer tal profissão? De que forma seria possível minimizar esses riscos (fatores de proteção)? Para facilitar a organização das idéias que forem surgindo, monte na lousa um quadro com os riscos, as consequências e os fatores de proteção.

- ★ Durante a discussão, deve aparecer o risco de contrair o vírus HIV, doenças venéreas e o da gravidez indesejada, como mais comuns nesse trabalho. Encaminhe a discussão para enfatizar as condutas preventivas (principalmente o uso de camisinha) e promover debate sobre obstáculos que dificultam a prevenção. Lembre a classe que essa medida de prevenção deve ser utilizada por todas as pessoas (e não apenas as que se prostituem), pois todas correm o risco de contaminação. Em relação à AIDs, evite tratá-la como uma “doença que mata”, pois isso tem se revelado contraproducente. Como é uma doença para a qual ainda não se tem a cura, a mensagem fundamental é de que pode ser evitada pelo uso de camisinha em todas as relações sexuais.

Além da promoção da saúde, conteúdos importantes a serem trabalhados são a valorização da vida e o respeito ao outro (“Pense o que significa na sua vida ter respeito pelo outro. Você se lembra de alguma situação em que se sentiu respeitado, valorizado e outra, em que tenha sido desrespeitado?”).

- ★ Conduza a conversa então para as atitudes frente às pessoas – especialmente às meninas e meninos – que trabalham na prostituição. Esteja atenta/o para detectar e discutir o preconceito. Esclareça o significado de preconceito e discriminação, discutindo o preconceito explícito e as formas veladas como se manifesta. Resgate com os alunos algumas expressões discriminatórias. Converse com a classe sobre esses preconceitos e mostre a situação em que as meninas prostitutas se encontram, vítimas de todo o tipo de preconceito, sujeitas à violência física e emocional, e expostas a sérios riscos à saúde. Retome os Textos 17 e 14 (Direitos da criança). Sugira que verifiquem quais direitos de Rosa estão sendo violados, perguntando, Rosa trabalha na prostituição porque gosta? Lembre os alunos que Rosa, aos 13 anos, simplesmente não deveria estar trabalhando em coisa alguma. Contraponha essa idéia à última frase do texto, sobre o maior desejo de Rosa. Que escolhas essas meninas têm? Que oportunidades têm de exercer seu direito à infância?
- ★ Para finalizar, fale um pouco sobre a Convenção da OIT sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil (p.8 do v.1), que incluem a exploração sexual infantil com fins de prostituição, ou exploração econômica sexual da prostituição infantil, que atinge não só meninas, mas também meninos. Implica riscos enormes (físicos, psíquicos e morais) não apenas da AIDS

e gravidez mas, principalmente, por constituir uma forma extrema de exploração – e, em muitos casos, de trabalho forçado e até de escravidão – da qual as crianças e adolescentes não têm como se esquivar e em que são submetidas a maus-tratos e extorsão.

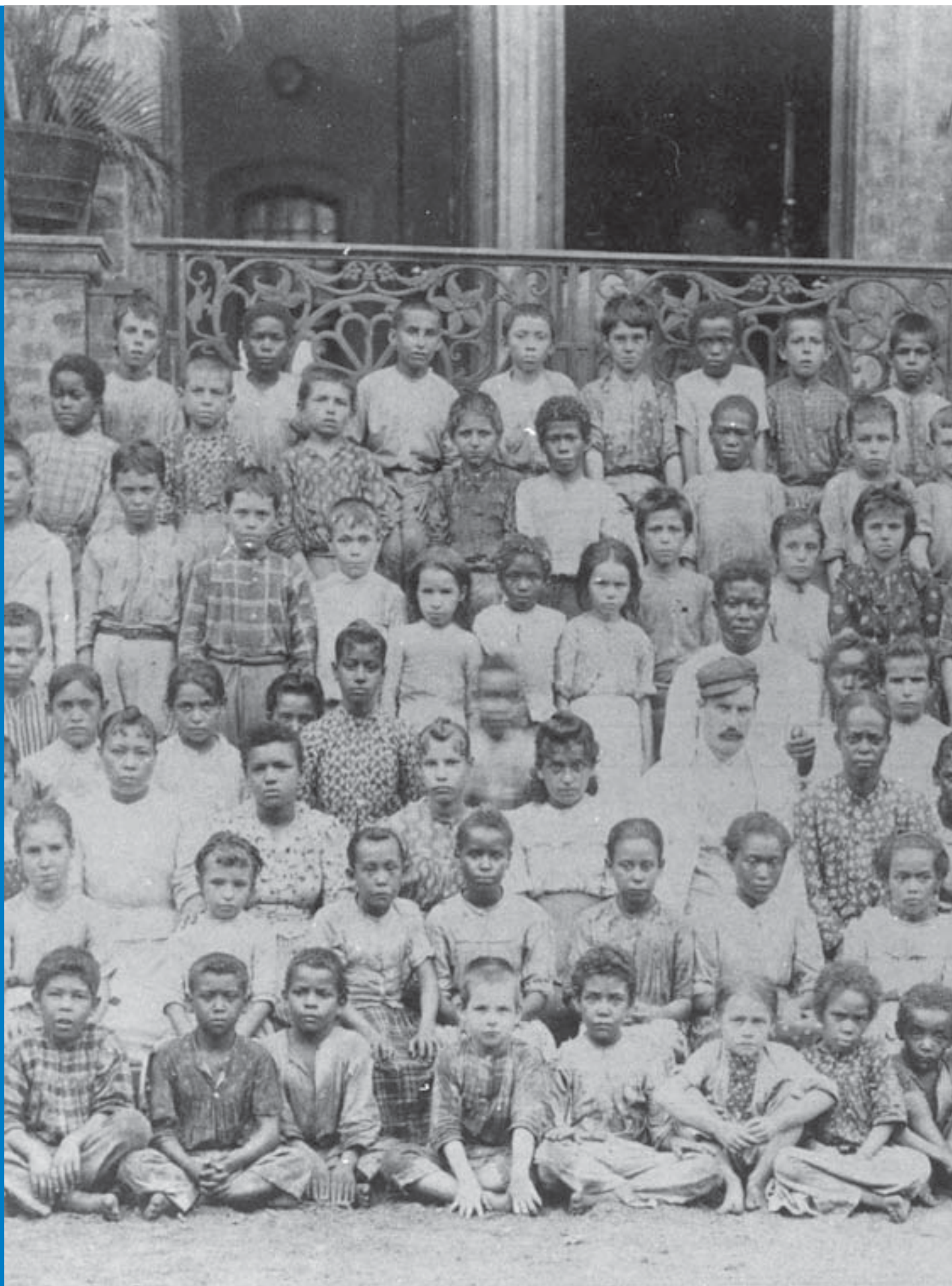
No Brasil, essa forma de exploração assume proporções assustadoras; meninas e meninos são recrutados, muitas vezes enganando-se crianças e seus pais, por redes de tráfico criminoso que alimentam o chamado turismo sexual. A criança e o adolescente explorados sexualmente com fins de prostituição são principalmente vítimas dos adultos e, como tal, devem ser protegidos, resgatados, reabilitados e integrados na sociedade.

Divida a classe em grupos e sugira que criem cartazes com *slogans* sobre o que estudaram (prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, inclusive AIDS; necessidade de combater atitudes discriminatórias e preconceituosas; e, principalmente essa forma extrema de trabalho infantil, que é a prostituição). A classe pode montar um painel coletivo sistematizando as idéias discutidas destacando o combate ao trabalho infantil, a proteção à saúde das crianças e a valorização da vida.



Sugestões de leitura

- DIMENSTEIN, Gilberto. *Meninas da noite*. São Paulo: Ática, 1997.
- DIREITOS da criança. 7.ed. São Paulo: Ática, 1989. [Adaptação do texto da Declaração dos Direitos da Criança proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1959].
- FURTADO, Jorge. *Ilha das Flores*. Porto Alegre, 1989. [curta-metragem, 13 min.]
- HUZAK, Iolanda, AZEVEDO, Jô. *Crianças de fibra*. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- REVISTA CLÁUDIA. São Paulo: Ed. Abril, p.21-2, set. 1999.



PATRÃO (OU CAPATAZ) POSA PARA FOTO AO LADO DE SEUS OPERÁRIOS - FÁBRICA BANGU. RIO DE JANEIRO - RJ (1907)

Geografia

O objetivo destas atividades de Geografia é refletir sobre o trabalho infantil no território brasileiro, buscando identificar diferenças regionais e as várias formas de trabalho infantil mais freqüentes em cada região – e desenvolver, nos alunos, habilidades de construção e leitura de mapas e gráficos. Esse estudo, porém, sempre toma como ponto de partida as instâncias mais próximas das crianças – a casa, a escola, o município.

Estas atividades pretendem integrar-se ao conjunto das realizadas em outras disciplinas e em toda a escola. Procure valorizar o espaço público, a escola, os centros comunitários como locais privilegiados para ampliar o debate sobre a erradicação do trabalho infantil.



Atividade 1

Criança não trabalha

Objetivo: Refletir sobre a importância do brincar na infância. Compreender que a criança que trabalha é impedida de brincar em sua infância. Subsídios: textos do v.1 sobre o ECA e o direito ao brincar (p.31-37).

Material: papel sulfite; espaço para realizar brincadeiras; para os maiores, reprodução de mapas do município e do Texto 18.

Para classes da 1ª à 4ª séries

- ★ Realize esta atividade preferivelmente depois de ter desenvolvido com a classe a atividade 6 de História, sobre brincadeiras. Retome com os alunos as brincadeiras de que mais gostam, listando-as. Se o álbum já estiver pronto, devem recorrer a ele. Em seguida, proponha uma classificação das brincadeiras, segundo o *lugar* em que costumam ser brincadas (em casa, na escola, na rua). Sugira que escolham uma para brincar agora e marque um tempo para brincarem. Assim, irão perceber que, para brincar, as crianças precisam de *espaço* e *tempo*. Depois, pergunte se é bom brincar, por quê, e como se sentiriam se não tivessem tempo para brincar.
- ★ Diga que vão em seguida ler uma letra de música (ou ouvir a música, se possível) que fala sobre brincadeiras. Distribua o Texto 18 e proponha inicialmente a leitura silenciosa, explorando depois outras formas de leitura – por estrofe, em jogral etc., buscando a compreensão do texto. Estimule comentários sobre o título da canção (*Criança não trabalha*). Pergunte se conhecem ou ouviram falar de crianças que não brincam e por quê. Pergunte o que sabem sobre crianças que trabalham e que tipo de trabalho realizam. Se ainda não o fez, verifique se há na classe crianças que trabalham (veja orientações na atividade 3 de História), ou se sabem de colegas de outras classes que trabalham. Converse com as crianças sobre o assunto, procurando despertar nelas o sentimento de solidariedade e respeito em relação a esses colegas. Retome os cartazes feitos em sala nas atividades 3 e 5 de História: devem verificar agora se o direito de brincar ficou claro nos cartazes. Para finalizar, redija um pequeno texto coletivo – que os alunos deverão registrar em seus cadernos – sobre o direito de brincar, os

espaços e tempos que precisam ser destinados a essa atividade tão importante para o desenvolvimento saudável.

Para classes da 5ª à 8ª séries

- ★ Distribua à classe e proponha a leitura do Texto 18 (letra da canção *Criança não trabalha*). Promova comentários coletivamente; com a ajuda do professor de Português, busquem reconhecer os artifícios poéticos utilizados pelos autores ao montar a “lista” dos elementos da vida das crianças. Em seguida, em grupos, os alunos irão classificar as brincadeiras mencionadas: as que são feitas individualmente e em grupos; depois, montar um terceiro grupo, listando as brincadeiras que de que eles próprios mais gostam. Depois que apresentarem suas listas ao coletivo da classe, conduza a discussão, primeiro, sobre locais para brincar na comunidade; sugira que citem quais lugares a comunidade oferece para o lazer das crianças e jovens, se são adequados e quais alternativas podem ser criadas para o lazer. Depois, introduza a questão da criança que trabalha, como sugerido acima: tem tempo para brincar? Discuta coletivamente a importância do brincar.
- ★ Depois da discussão, proponha aos alunos, em grupos, o desenho de um mapa com as áreas de lazer ideais, segundo eles. Distribua aos grupos reproduções do mapa do município onde fica a escola (ou planta do bairro, no caso de cidades grandes), pedindo que, primeiro, identifiquem as áreas de lazer existentes com um símbolo e criem uma legenda explicando-o. Em seguida, avaliem se são suficientes, se estão bem distribuídas (ou concentradas junto aos bairros das camadas de melhor renda?), propondo que indiquem quais áreas poderiam ser transformadas em novas áreas para atividades esportivas e culturais, brincadeiras etc.; depois de delimitá-las, devem identificá-las com outro símbolo e completar a legenda. Os novos “mapas do lazer” devem ser apresentados a toda a classe, comparados, discutindo-se o que poderia ser feito para torná-los “verdadeiros”.
- ★ Conclua a atividade com um debate a respeito da importância do brincar na infância – e o trabalho infantil como a negação do direito ao brincar.





Atividade 2

Representações do trabalho infantil

Para classes da 1ª à 4ª séries

Representando o tempo infantil em gráfico

Objetivo: propiciar reflexão sobre a rotina diária da criança que trabalha, identificando o trabalho precoce como impedimento ao exercício dos direitos das crianças e jovens.

Material: Folhas de sulfite com “relógio” desenhado; lápis de cor.

- ★ Pergunte aos alunos como é sua rotina diária. Compare diferenças e semelhanças entre as rotinas. Distribua folhas de papel com um círculo desenhado, dividido em 24 partes (cada uma representando uma hora do dia). Diga que vão representar nesse círculo suas atividades diárias, em horas. A fatia correspondente a cada tipo de atividade deve ser pintada de uma cor ou um jeito diferente; será preciso fazer uma legenda. Combine coletivamente as cores, por exemplo: tempo de dormir = cor laranja; tempo de brincar = cor verde; e assim por diante. Faça alguns exemplos na lousa e depois peça que cada um registre a sua rotina diária, começando pela hora em que acorda. Oriente a construção da legenda. Depois de prontos, os “relógios” podem ser vistos pela turma toda e comparados (“Você dorme mais do que eu!”). Aproveite para explicar como uma representação gráfica permite visualizar mais facilmente determinadas situações.

- ★ Pergunte então à classe se conhecem alguma criança que trabalha. Devem tentar imaginar como é sua rotina diária. Se não conhecerem, leia para a classe este exemplo, do dia-a-dia de uma criança que trabalha (texto criado com base em depoimentos de crianças trabalhadoras):

Meu nome é Ednaldo. Tenho 12 anos e moro com minha mãe e quatro irmãos. Parei de estudar na primeira série com oito anos, para trabalhar na roça. Depois minha família mudou para um lugar que tem muita plantação de cana. – Como é o meu dia? Eu levanto às 5 horas da manhã, não como nada e vou esperar o caminhão. Ando meia hora até o caminhão e depois mais uma hora até chegar na plantação. Trabalho até meio-dia, almoço em meia hora e continuo cortando cana. Depois, faço uma esticada até às 17 horas. Só paro para beber água, de vez em quando. Depois volto de caminhão e ando até minha casa. Janto e vou dormir, porque estou muito cansado. No dia seguinte, começo tudo de novo. – Brincar? não dá tempo, não. Só no domingo, quando jogo bola com os amigos ou tomo banho de rio. Meu maior sonho? Voltar a estudar. Eu queria tanto saber ler e escrever, pelo menos o nome.

- ★ Distribua agora novas folhas com círculos, pedindo que registrem a rotina diária de Ednaldo. Incentive a comparação entre as rotinas da classe e de Ednaldo e conversem sobre o porquê dessas diferenças. Peça que sugiram saídas para que Ednaldo volte a ter o direito de estudar e brincar.

Para classes da 5ª à 8ª séries

Representando o trabalho infantil por meio de mapas

Objetivo: Conhecer os tipos de trabalho infantil mais frequentes nas regiões do Brasil, por atividade econômica e condições de trabalho.

Material: Atlas, mapa do Brasil, cartolina, lápis de cor, revistas velhas; Texto 19.

- ★ Apresente um mapa do Brasil por região e estados que compõem cada região. Peça que, em duplas, os alunos abram seus Atlas em página que contenha mapa semelhante. Faça solicitações como localizar o estado e a região em que se encontram e, nesta, sua cidade; pergunte o que conhecem sobre os outros estados, se alguém na classe veio de outro estado ou se tem algum familiar que mora em outro estado, se já viajou para outro estado etc.



Apresente então cada região e os estados que a compõem. Informe os critérios utilizados para essa separação. Informe que vão estudar agora os aspectos característicos de cada região, em relação ao trabalho infantil.

- ★ Divida a classe em cinco grupos. Cada grupo será responsável pela representação do trabalho infantil em uma região do Brasil, tendo os quadros reproduzidos no Texto 19 como referência.
- ★ Em cartolina, cada grupo deverá desenhar (reproduzir o mais fielmente possível) o contorno da “sua” região e os respectivos estados. Proponha que desenhem, em seu mapa, símbolos que representem o trabalho infantil, de acordo com as informações do Quadro “Trabalho infantil nas regiões do Brasil” (Texto 19). Os alunos podem também utilizar recortes de revista para criar os símbolos. Não esqueça de orientá-los a construir uma legenda adequada, representando o trabalho executado, bem como indicar o título (nome da região) e os nomes dos estados.
- ★ Prontos os mapas, afixe-os em lugar visível a todos e promova uma discussão: O que há de comum nas condições de trabalho a que estão submetidos adolescentes e crianças? Quais tarefas são executadas geralmente? Quais as características dessas tarefas? Discuta com a classe as causas e os efeitos perversos do trabalho infantil. Conte um pouco do que já vem sendo feito, no país, para eliminação do trabalho infantil.
- ★ Os cinco mapas feitos, se juntados em um grande painel, poderão transformar-se em um cartaz gigante, ao qual poderão ser acrescentadas frases de repúdio ao trabalho infantil. Esse painel poderá ser exposto no evento de encerramento do projeto na escola.

Atividade 3

O trabalho infantil na comunidade

Objetivo: Obter dados e informações a respeito das atitudes para com o trabalho infantil na sua comunidade.

Material necessário: papel, lápis, borracha, régua, cartolina e recortes de jornais e revistas.

Para classes da 3ª e 4ª séries

- ★ Converse sobre as atividades já realizadas sobre o assunto e anuncie que irão fazer um “mapeamento” do que as pessoas pensam sobre o trabalho infantil. Faça junto com a classe um roteiro de perguntas para ser usado em entrevistas com os pais e outras pessoas. É muito importante procurar as mais diversas pessoas da sua comunidade, como o padre, o dono da venda ou mercearia, algum político local vereador ou prefeito, outros professores, donas de casa, motoristas, vendedores ambulantes, feirantes etc.

O roteiro sugerido envolve questões sobre o trabalho infantil como:

- 1) O sr(a). conhece alguma criança que trabalha? Qual o tipo de trabalho desempenhado?



- 2) Qual a sua opinião sobre o trabalho infantil? Criança deve trabalhar?
- 3) Por que existe o trabalho infantil?
- 4) Quais as consequências para as crianças que trabalham muitas horas por dia?
- 5) Qual a sua opinião sobre o papel dos governos no combate ao trabalho infantil?
- 6) Na sua opinião, como a sociedade deveria se organizar para ajudar a acabar com o trabalho infantil?

Peça aos alunos para anotar as respostas de maneira organizada nos cadernos.

- ★ Após a pesquisa, forme grupos para que discutam e comparem as respostas obtidas. Em seguida, anote os resultados na lousa, em forma de relatório, e incentive comentários. Peça que copiem e ilustrem o relatório em seus cadernos.

Ainda em grupos, peça que criem pequenos cartazes com frases (que podem ser ilustradas com colagem ou desenho) sobre as principais conclusões a que chegaram após as entrevistas: opiniões sobre trabalho infantil, por que crianças trabalham, por que não devem trabalhar em hipótese alguma, o papel do governo e da sociedade em combater o trabalho infantil. Organize uma exposição dos cartazes no pátio da escola, não esquecendo de reservar alguns para expor no evento final.

Para classes da 5ª à 8ª séries

- 9) A sua comunidade já promoveu alguma atividade para defender os direitos das crianças e adolescentes?
- 10) Na sua opinião, em que idade a criança deve completar sua educação? Em que idade deve ser permitido que a criança comece a trabalhar?
- 11) Sua escola ou a do seu filho organizou alguma atividade relacionada aos direitos da criança e do adolescente, ou ao trabalho infantil?
- 12) Conhece alguma organização local, nacional ou internacional que atua na defesa dos direitos das crianças?
- 13) O que o sr(a). pode fazer para contribuir para o fim do trabalho infantil?

- ★ Após a pesquisa, proponha aos alunos a elaboração de cartazes com tabelas e gráficos de barras dos dados obtidos (se necessário, peça a colaboração do professor de Matemática). Promova a discussão coletiva dos resultados, relembrando o que estudaram sobre "justificativas" para o trabalho infantil em História e Português.
- ★ Finalize essa atividade solicitando à classe que escreva uma carta sobre os direitos das crianças, as consequências do trabalho infantil na vida delas e cobrando providências para sua eliminação. Com auxílio do professor de Português, proceda à revisão do texto coletivo. Envie cópias dessa carta a representantes como vereadores da cidade, deputados estaduais e federais, de Conselhos Municipais e do Ministério Público.



Sugestões de leitura

ALMEIDA, Rosângela D., PASSINI, Elza Y. *O espaço geográfico: ensino e representação*. São Paulo: Contexto, 1991.

KUPSTAS, Márcia (org.) *Sete faces da escola*. São Paulo: Moderna, 1998.



MENINA EXTRAÍ RESINA DE PINHEIRO. ITAPETININGA - SP



Arte

As oficinas a seguir foram pensadas em uma visão do ensino de arte como linguagem e como área do conhecimento humano. A arte, patrimônio cultural da humanidade, não só nos faz entender o passado; também ressignifica o presente e antecipa o futuro: esse mundo que ainda não é, mas pode vir a ser, torna-se real nas pinturas, filmes, histórias em quadrinhos, na música, no teatro, enfim em toda as linguagens artísticas. Dessa forma, quem sabe, formando cidadãos mais conscientes e críticos, talvez possamos, também através da arte, sensibilizá-los a serem os transformadores da sociedade, naquilo em que mudanças se fazem urgentes.

Assim, as oficinas aqui propostas não se resumem a um simples fazer, lazer ou à produção de objetos supostamente artísticos, mas visam levar os alunos a refletir sobre as questões propostas, pretendendo que essa reflexão sobre a erradicação do trabalho infantil não se esgote na sala de aula, mas se estenda ao dia-a-dia dos envolvidos.

É importante que você converse com os professores dos outros componentes curriculares, como Ciências, História, Geografia, Língua Portuguesa, que também estarão trabalhando neste projeto, para que seu trabalho seja mais rico e para garantir que os alunos já tenham discutido e aprofundado, nessas disciplinas, a questão do trabalho infantil. É imprescindível a leitura atenta, consciente, do volume 1.

Estas atividades podem ser desenvolvidas com alunos a partir da 1ª até à 8ª oitava série, mudando apenas o grau de profundidade com que cada conteúdo será trabalhado. O tempo destinado a elas será idealmente de no mínimo duas horas-aula, podendo ser ampliado ou reduzido de acordo com as necessidades, idade e interesse da classe. Os materiais sugeridos podem ser ampliados utilizando-se recursos da própria região, como tintas feitas a partir de flores, folhas, pedras, terra, pigmentos, etc.; bem como os pincéis feitos com fibras, etc.

Atividade 1

Criando um símbolo

Objetivos: Criar um símbolo que represente o combate ao trabalho infantil; expressar-se nas artes visuais; conhecer e estabelecer um juízo crítico sobre as produções de marcas e logotipos; entender a arte como linguagem, como sistema simbólico de representação; perceber que imagens podem ser lidas, interpretadas, que contêm significados.

Material: revistas e jornais, tesoura, cola, papel *canson* branco (ou sulfite), papéis coloridos, lápis de cor, borracha, tinta gouache, pincéis.

- ★ Converse com a classe sobre a importância de saber ler não apenas palavras, mas também linhas, cores, formas. Dê exemplos. Nas grandes cidades do mundo inteiro, todos os motoristas (e muito mais gente) sabem ler o que significa o vermelho do semáforo. Assim também, identificamos as bandeiras dos países, os distintivos dos clubes de futebol, os ícones do computador, os logotipos de bancos e indústrias, as marcas das grandes empresas e emissoras de televisão. Quem não conhece, por exemplo, os desenhos que identificam as Olimpíadas?

Existem símbolos tão antigos que, embora os reconheçamos hoje, esquecemos que foram criados há milênios, permanecendo com seu real significado através dos séculos, como por exemplo a cruz para os cristãos, a estrela de Davi para os judeus e tantos outros, em diversas partes do mundo.

Peça aos alunos para se lembrarem do maior número possível de marcas, logotipos, símbolos, distintivos que conseguirem. Incentive-os. Se alguém quiser desenhar na lousa, melhor.

- ★ Divida a classe em grupos, distribua jornais, revistas, catálogos, etc., e peça-lhes que pesquisem marcas, bandeiras, logotipos, logomarcas, símbolos, distintivos etc., que deverão ser recortados.

Peça que discutam nos grupos sobre o significado das marcas encontradas, o porquê de suas formas, de suas cores, letras etc.; estimule-os a explicitar a relação entre o desenho e a idéia representada.

- ★ Distribua uma folha de papel em branco a cada grupo para que façam uma colagem com esse material, procurando organizar as figuras encontradas de um modo artístico, original. Vale colocá-los de ponta-cabeça, um sobre o outro, cortá-los ao meio separando-os, etc.
- ★ Prontos os trabalhos, organize um único mural com todos eles; mostre ao grupo que eles criaram uma nova possibilidade artística: montaram um grande painel, que, embora utilizando as marcas dos outros (os logotipos, bandeiras, etc.), têm agora a marca do grupo: fizeram uma composição utilizando essas figuras não mais como marcas, mas como elementos de uma nova obra.



Marca ou logomarca: desenho que identifica uma firma, empresa, instituição, etc.; exemplo: a arvorezinha da Editora Abril.

Logotipo: siglas ou conjunto de letras organizadas, desenhadas, que representam uma firma, empresa, etc., por exemplo “Coca-Cola”, “MTV”.

- ★ Em outra ou na mesma aula, reforce a idéia de que a arte é uma linguagem, que as cores, linhas, formas numa produção artística têm uma intenção, um significado; portanto, representam idéias, sentimentos, pensamentos. Conversando com os alunos, pergunte-lhes se já viram alguma campanha (de vacinação, prevenção da AIDS, anti-tabagismo, de partidos políticos...) sobre qualquer assunto, na televisão, em revistas, cartazes etc. Pergunte-lhes se essas campanhas tinham um símbolo que as identificava.
- ★ Em seguida, pergunte à classe o que já aprenderam sobre a criança que trabalha, sobre o direito à infância, ao estudo, à brincadeira, à companhia dos pais, ao descanso... Pergunte-lhes se conhecem crianças que trabalham e como são suas vidas. Peça-lhes para lembrarem das discussões já realizadas nas aulas de História e que sugiram um tema para uma campanha sobre a erradicação do trabalho infantil (p.ex., “Lugar de criança é na escola”, “Diga não ao trabalho infantil”).

Proponha aos alunos então a criação de um símbolo, de um logotipo para essa campanha. Lembre-os que essa marca deve representar o pensamento deles sobre o trabalho infantil; portanto, nenhuma cor, nenhuma forma será usada aleatoriamente; cada linha, cada sombra terá uma intenção, um significado. Esse trabalho deverá ser realizado individualmente.

As crianças pequenas poderão fazê-los utilizando lápis de cor; as maiores, se quiserem, poderão usar tinta guache.

- ★ Terminados os trabalhos, faça um grande painel com todos eles e discuta as idéias mais presentes, as cores mais utilizadas, se apareceram mais logotipos ou logomarcas, o significado das cores, das formas etc. Peça aos alunos que comentem seus símbolos, que expliquem por que tal desenho representa sua idéia sobre o combate ao trabalho infantil. Sugira que dêem um título ao painel, explicando as razões de sua escolha.

Atividade 2

Divulgando as idéias do grupo-classe

Objetivos: Criar um *out-door* para uma campanha de conscientização sobre o trabalho infantil; expressar-se nas artes visuais; entender a arte como sistema simbólico de representação; adquirir noções de ocupação de espaço, composição; articular texto e imagem; exercitar um olhar crítico sobre cartazes e *out-doors*.

Material: Papel pardo ou cartolina, fita crepe, lápis, papéis coloridos, tesoura, cola, revistas, tinta guache, pincéis.

Alternativamente, esta oficina pode consistir na criação de um selo, um adesivo para automóveis ou geladeiras, o que reduz gastos com material; também podem ser criadas várias dessas formas, o que permite aos alunos trabalhar com espaços diferentes. Também, se tiver um número maior de aulas, pode sugerir à classe que crie desenhos para camisetas, bonés, chaveiros, capas de caderno, calendários, marcadores de livros etc. que, supostamente, fariam parte de uma grande campanha de conscientização da população sobre o trabalho infantil em nosso país.

- ★ Pergunte aos alunos se lembram de algum daqueles grandes cartazes espalhados pelas ruas da cidade. Explique que são conhecidos pelo nome de *out-door* e incentive-os a falar sobre os que mais os impressionaram, quais acharam mais bonitos etc. Diga-lhes que a tarefa que terão a seguir será, exatamente, criar um desses enormes cartazes para que todos na escola vejam e possam também pensar um pouco sobre o problema do trabalho infantil.
- ★ Voltem ao painel executado na aula anterior e peça aos alunos que escolham (ou sorteiem) quatro ou cinco desenhos que melhor identifiquem o pensamento da classe sobre a campanha de erradicação do trabalho infantil. Não precisa ser o melhor pintado ou o mais bem feito, mas aquele que melhor simboliza a idéia que o grupo quer expressar.
- ★ Divida a classe em grupos (tantos quantos forem os trabalhos selecionados) e distribua um dos símbolos escolhidos para cada um. É recomendável que o autor do desenho faça parte do grupo. Se a equipe quiser alterar algum

detalhe ou mudar alguma cor do logotipo, já que agora o trabalho não é mais individual, mas do grupo, isso só poderá ocorrer com a concordância do autor do desenho, que deverá argumentar sobre as razões que o levaram a determinada escolha; assim também deverá fazer a equipe, justificando a mudança. Auxilie-os na busca de consenso.

Dê-lhes algum tempo para pensar e rascunhar o projeto do cartaz, que deverá obrigatoriamente conter o logotipo escolhido e tantas outras imagens quantas o grupo decidir, o mesmo valendo para o texto. Lembre-os, porém, que um *out-door* é visto muito rapidamente, por pessoas que têm pressa, estão no automóvel, no ônibus, no horário de almoço, voltando para casa, portanto, esse cartaz deve conter um máximo de informações num mínimo de texto. Alerta-os sobre a importância da imagem! Quem tem pressa não tem muito tempo para ler, mas as imagens, mesmo que de relance, são vistas e podem influenciar as pessoas.

Conte-lhes também que muitos *out-doors* agora já não respeitam mais o limite do retângulo original: apresentam imagens que parecem saltar para o espaço, rompendo com as regras tradicionais e, portanto, mais uma vez, chamando a atenção de quem passa. Incentive-os a serem criativos, ousados, originais!

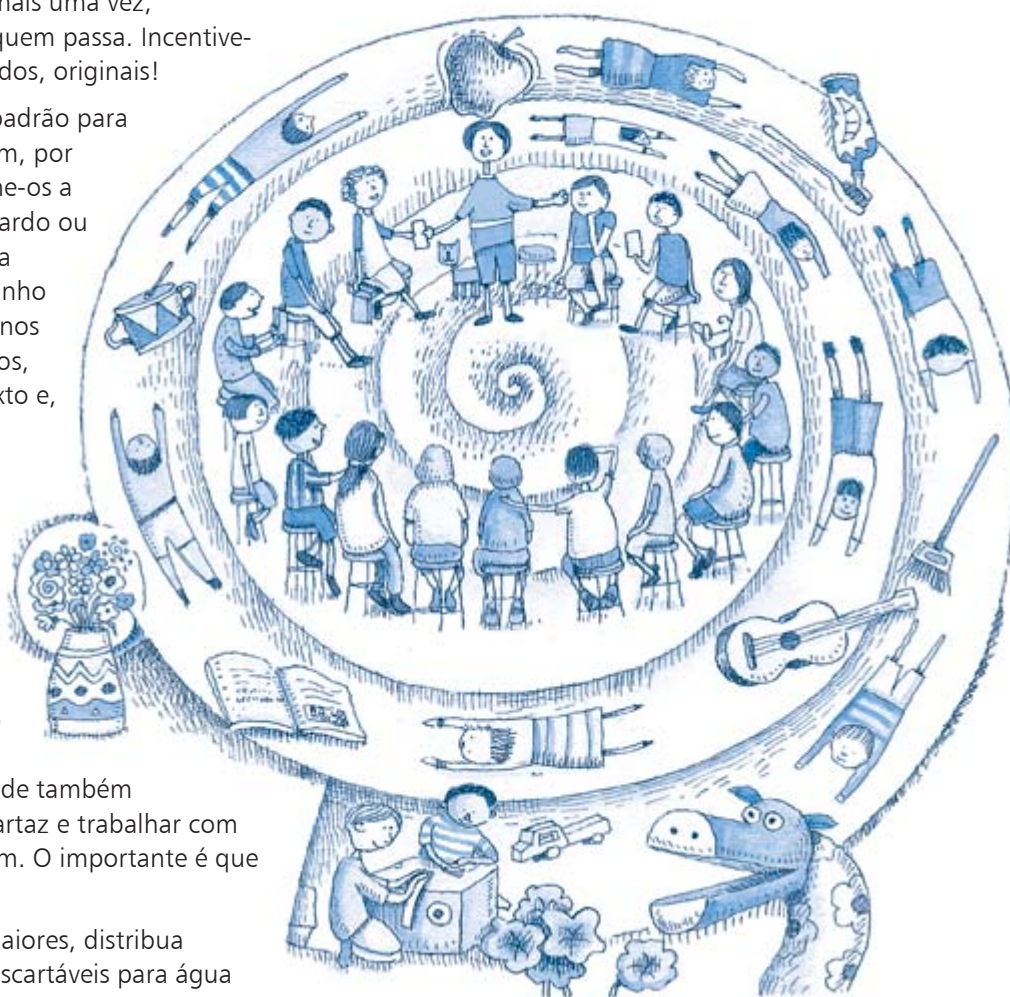
Determine um tamanho padrão para os cartazes (120cm x 80cm, por exemplo, ou maior), ensine-os a colar as folhas de papel pardo ou cartolina por trás, com fita crepe até alcançar o tamanho estipulado. Oriente os alunos na ampliação dos desenhos, execução das letras do texto e, principalmente, na composição do cartaz.

Se você estiver trabalhando com as séries iniciais, leve o papel já colado, pronto para receber o desenho e auxilie as crianças na execução do mesmo. Não exija dos pequenos algo muito elaborado; você pode também diminuir o tamanho do cartaz e trabalhar com pintura a dedo ou colagem. O importante é que todos participem.

- ★ Nas classes com alunos maiores, distribua guache, pincéis, copos descartáveis para água

e mistura de tintas, assim como papel toalha ou tecido velho para limpeza dos pincéis. Oriente os alunos na obtenção das cores que necessitarem e na pintura em geral. Você pode também optar por colagem se achar mais produtivo e mais de acordo com o nível dos alunos; para tanto, distribua papéis coloridos, revistas velhas, tesoura e cola. Nada impede, também, que o grupo utilize uma técnica mista: por exemplo, o desenho pintado e as letras do texto, recortadas de jornais ou revistas e coladas sobre o guache.

- ★ Terminados os trabalhos, converse com a classe sobre como foi trabalhar em equipe, se os cartazes divulgam bem a idéia do grupo e o significado da campanha, se as pessoas que os virem se sentirão atraídas por eles. Discuta também sobre questões estéticas – a composição, ocupação do espaço, utilização das cores, a pintura, se os cartazes são inovadores, como foi a escolha das imagens, do texto e também sobre a arte enquanto representação de idéias, enquanto algo que tem significado.
- ★ Converse com os alunos sobre os pontos mais movimentados da escola e, junto com eles, coloquem os cartazes espalhados pelos locais onde passam mais pessoas.



Atividade 3

Quem canta seus males espanta?

Objetivos: criar um *jingle* para uma campanha sobre a erradicação do trabalho infantil; expressar-se na linguagem musical; adquirir noções sobre música; pesquisar e buscar uma postura crítica sobre os *jingles* veiculados pela mídia.

Material: se possível, instrumentos musicais e gravador.

- ★ Retome com a classe as oficinas anteriores, lembrando-os da importância da arte enquanto linguagem. Na criação dos símbolos, os significados vinham através das cores e formas; nesta oficina, a proposta é a criação musical; portanto o “material” a ser trabalhado serão os sons e os silêncios.

Novamente, proponha à classe a continuidade da campanha sobre a erradicação do trabalho infantil. Comente com os alunos os problemas decorrentes de tal situação, como o analfabetismo, a evasão escolar, as doenças e acidentes a que estão submetidas crianças que muito cedo têm de trabalhar, a falta de convívio com a família e amigos, a absoluta falta de tempo para brincar, descansar, sonhar, fantasiar... O amadurecimento precoce, o cansaço, enfim, todas as situações nefastas que privam a criança de uma etapa de sua vida que lhe é negada e que lhe trará sérias consequências no futuro.

- ★ Converse com os alunos então sobre os *jingles* que eles conhecem. Explique-lhes que *jingles* são aquelas músicas utilizadas em propaganda, para divulgar produtos no rádio e na televisão. Peça que cada um diga ou cante algum que se lembre ou que ache interessante. Diga-lhes que o próximo desafio, agora, é justamente criar uma música que fale sobre a importância da infância, do problema do trabalho infantil.
- ★ Divida a classe em grupos e oriente-os na criação musical. Se a turma em questão for de 1ª a 4ª séries, você pode sugerir que façam uma paródia, ou seja, colocar uma letra em uma música já existente. Por exemplo, trocar a letra de “Ciranda, cirandinha” por outra, de criação do grupo, auxiliado por você. (Criança, criancinha está na hora de brincar; largue todo esse trabalho, agora vamos estudar...) Lembre-os que um *jingle* deve ser curto, de fácil

memorização, se possível “contagante”, ao mesmo tempo que veicula uma idéia que é o objetivo da campanha.

Se na escola existirem instrumentos musicais ou bandinha rítmica, você pode oferecê-los aos alunos para que enriqueçam sua criação. Pode também pedir ajuda ao professor de Português na elaboração das letras das músicas, já que, na verdade, estas não deixam de ser pequenos poemas – e nem sempre é fácil trabalhar com rimas.

Dê um bom tempo para a execução da tarefa. Se houver salas ociosas em sua escola, seria interessante colocar um grupo em cada uma, ou leve-os para o pátio, colocando-os distantes para que um grupo não atrapalhe o ensaio do outro. Circule entre as equipes auxiliando-as e incentivando-as a ser criativas e a dizer o que de fato pensam sobre o trabalho infantil.

- ★ Assim que todos os grupos tiverem terminado, sorteie a ordem de apresentação. Determine um local da sala de aula onde será o “palco”, ou seja, onde os alunos se apresentarão. É fundamental que você prepare os grupos para ouvir críticas construtivas e para responder a possíveis dúvidas da “platéia”.

Se você tiver um gravador, será excelente gravar os *jingles*, pois, o grupo que se apresenta nem sempre tem a exata noção do que é “ouvir-se”. Da mesma forma, após as apresentações, seria ótimo se todos pudessem ouvir novamente as produções da classe, como se estivessem ouvindo rádio.

- ★ Assim que cada grupo se apresentar, incentive a “platéia” a aplaudir e comente cada trabalho, dando a palavra primeiro ‘para os que assistiram, para elogios, pedidos de esclarecimentos de dúvidas ou sugestões; depois passe-a ao grupo que se apresentou, para que se coloquem e respondam a possíveis dúvidas.
- ★ Depois que todos os grupos tiverem se apresentado, discuta com a classe se as músicas eram de fácil memorização, se continham uma boa mensagem sobre a erradicação do trabalho infantil, se o ritmo era adequado, se a composição não ficou muito longa ou curta demais, se há alguma correção a fazer etc.

Se os alunos tiverem utilizado instrumentos musicais, fale também um pouco sobre instrumentos, aumentando seus conhecimentos sobre a linguagem musical.

Se os *jingles* tiverem sido gravados, reproduza-os para que a classe possa ouvir. Lembre-se que deverão ser reproduzidos também no evento final



Atividade 4

Não desligue o televisor!

Objetivos: Criar um comercial para TV sobre a erradicação do trabalho infantil; expressar-se na linguagem cênica; observar de maneira mais crítica os comerciais de televisão; adquirir algumas noções de artes cênicas.

Material: cartazes 2 e 3; se necessário, material de apoio, acessórios para a caracterização de personagens (tecidos, chapéus, óculos, perucas...); se possível, uma filmadora.

Alternativamente, esta oficina também pode consistir na criação de um anúncio para rádio. Nesse caso, a ênfase não será nas imagens visuais mas na palavra, no som.

Nesta oficina você estará exercitando com os alunos um pouco de teatro; para tanto, é necessário, antes de qualquer atividade, fazer um pequeno aquecimento com a turma. Um outro cuidado que se deve ter é quanto à exposição dos alunos: incentive todos a participar, mas muitas pessoas não se sentem bem quando colocadas como foco das atenções; portanto, não force os que não quiserem participar; dê-lhes outra função, como preparar o cenário, pensar nas falas, na maquiagem, figurino, fundo musical etc.

Aquecimento

- ★ Esvazie a sala, retirando ou afastando todas as carteiras, de modo que sobre o maior espaço vazio possível. Peça que todos fiquem em pé, se

espreguicem, façam várias vezes o gesto de jogar fora luvas e chinelos e caminhem lentamente pela sala, ocupando todos os espaços, sem se olhar. A um sinal seu (pode ser o som de palmas) mude o comando, peça-lhes que andem de costas. Novo comando, voltam a andar normalmente e, novo sinal, correndo, voltam ao normal. Peça agora que se olhem nos olhos quando cruzarem com um colega. Dê uma série de orientações, sempre intercaladas com uma volta ao modo normal de andar: como bêbados, como soldados marchando, como velhos, como num desfile de modas, na corda bamba, na lama, num terreno minado... diga "Uma bomba explodiu!" e mande "Congelar!" (parar no meio da ação, como se tivessem se transformado em estátuas).

Novamente, solicite que se levantem, se espreguicem e caminhem pela sala. A um sinal seu, deverão congelar o movimento. Peça-lhes que continuem andando normalmente, alternando ordens como: amarrem o seu tênis, congelem, andem, troquem a lâmpada do teto; congelem, andem; escovem os dentes, congelem, andem; peguem um lápis que caiu no chão, congelem, andem; apanhem uma laranja bem alto, numa árvore, congelem, andem; acenem para alguém que está muito longe, congelem, andem, apaguem com o pé um cigarro aceso que caiu no chão, congelem, andem, ajoelhem-se na igreja, congelem, andem, lavem roupa no tanque, congelem, andem, rodem um bambolê na cintura, congelem, andem.

- ★ Peça agora que o grupo se organize em duplas, um frente ao outro para o jogo do espelho. As duplas deverão combinar quem é a pessoa, quem é o espelho. O jogador "pessoa" deverá fazer o maior número possível de movimentos, desde os mais sutis, como mascar chicletes aos mais elaborados, como contorcer-se no chão e o "espelho" deverá imitar simultaneamente todos os gestos de seu par. Passados uns dois minutos (ou menos) diga bem alto "Troca!", assim, quem era espelho vira pessoa e a pessoa, espelho, seguindo as mesmas regras.

Criando um comercial

- ★ Peça aos alunos que se sentem em círculo, no chão (e você também) e diga-lhes que seu próximo desafio será o de criar um comercial para televisão, um "miniteatro", que conscientize as pessoas sobre a vida da criança e do adolescente que trabalha. Recupere um

pouco de tudo que já foi falado nas outras aulas, traga mais idéias a partir da leitura do volume 1.

Converse com os alunos pedindo para que cada um fale sobre algum comercial de TV do qual gostou, ou que achou criativo, não esqueceu, e pergunte por quê. Diga você também o seu. Peça-lhes também para comentar algum comercial que tenham achado horroroso e que digam por quê. Explique que um comercial deve influenciar as pessoas: elas deverão acreditar naquilo que os atores estão dizendo. Lembre ainda aos alunos que um comercial é muito rápido; portanto, em alguns segundos ou minutos, terão de dar seu recado!

- ★ Divida a classe em grupos de, no máximo, seis pessoas e dê-lhes tempo para pensar e ensaiar seu comercial. Circule entre os grupos, orientando-os e esclarecendo dúvidas. Ofereça-lhes, se possível, material de apoio (tecidos, papéis, cartolinas, tesoura, cola, tintas, pincéis, pois pode ser que alguém queira fazer um chapéu, um bigode postiço...).

Se o grupo quiser, poderá também utilizar o *jingle* criado na aula anterior, como fundo musical, e o logotipo como elemento do cenário. Incentive-os quanto ao uso, assim, a campanha vai ficando cada vez mais marcante, sonora e visualmente.

Apresentando o comercial

- ★ Sorteie a ordem de apresentação dos grupos. Divida novamente a sala em palco e platéia – e diga-lhes que, agora, estão na TV!

Se for possível dispor de uma filmadora, seria excelente gravar os comerciais.

Assim que cada grupo apresentar seu comercial, incentive a platéia a aplaudir. O esforço dos alunos deve ser recompensado. Deixe o grupo ainda no palco, enquanto você comenta com a platéia se esta entendeu o que os “artistas” queriam dizer, se as falas, os gestos, os movimentos, a ocupação do espaço etc. foram adequados, se deu para ouvir bem, se ficou clara a idéia sobre a erradicação do trabalho infantil, se a platéia quer fazer alguma pergunta ao grupo.

Passe a palavra aos alunos que se apresentaram para que respondam às dúvidas da platéia. Pergunte-lhes como foi trabalhar em equipe, se foi fácil criar a cena, se alguém não se sentiu à vontade, se sentiram falta de material, se gostariam de alterar algo em sua apresentação

depois das colocações feitas pelos colegas etc.

Chame outro grupo para se apresentar e proceda da mesma maneira, até que todos tenham se apresentado.

- ★ Finalmente, se tiver filmado os comerciais, mostre-os à classe.

Lembre-se: todas essas atividades poderão, se os alunos quiserem (pois não se pode forçá-los, principalmente nas apresentações de música e teatro, quando alguns poderão sentir-se constrangidos), formar parte do evento que marcará o final do projeto na escola, de conscientização sobre a necessidade da erradicação do trabalho infantil. Assim, poderiam ser convidados a ver o trabalho dos alunos os pais, famílias, a comunidade, funcionários da escola etc. Integre-se aos demais professores da equipe escolar para a organização desse evento.



Referências bibliográficas:

- AZEVEDO, Jô, HUZAK, Iolanda, PORTO, Cristina. *Seráfina e a criança que trabalha*. 12.ed. São Paulo: Ática, 2000.
- BOAL, Augusto. *Duzentos exercícios e jogos para o ator e o não-ator com vontade de dizer algo através do teatro*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1983.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. *Parâmetros curriculares nacionais: Arte*. Brasília, 1996.
- MARTINS, Mírian C. F. D., PICOSQUE, Gisa, GUERRA, M. Terezinha T. *Didática do ensino de arte: a língua do mundo; poetizar, fruir e conhecer arte*. São Paulo: FTD, 1998.
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Proposta curricular para o ensino da educação artística: 1º grau*. São Paulo, 1991.
- SPOLIN, Viola. *Improvisação para o teatro*. São Paulo: Perspectiva, 1982.



Textos para reprodução para os alunos

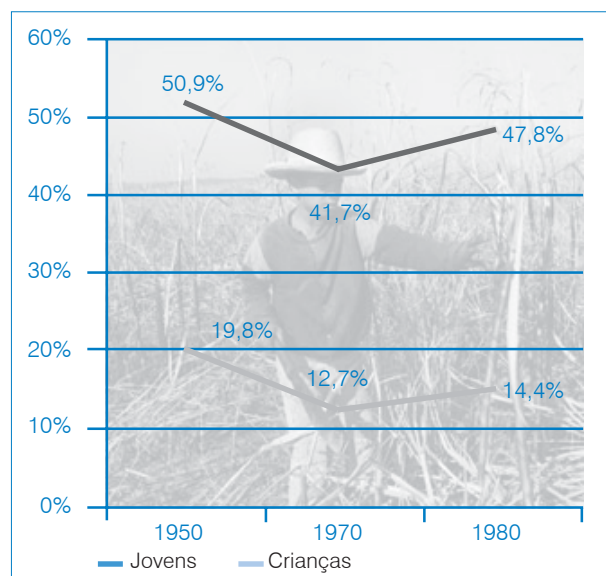
A seguir encontram-se os textos a ser utilizados nas atividades das várias disciplinas, arranjados de modo a facilitar sua cópia (xerox) e reprodução para os alunos. Lembramos que, no caso de páginas que contêm dois textos, você pode optar por destacar e distribuir apenas o que for ser utilizado em determinada aula, guardando as cópias do outro para a aula seguinte.

História – Texto 1

Dimensionando o trabalho infantil no Brasil

Como uma das expressões da pobreza e da injusta distribuição de renda, o trabalho infantil sempre esteve presente em nossa sociedade. O gráfico abaixo mostra como crianças e jovens participaram da economia entre os anos de 1950 e 1980. Tais dados ainda consideravam a população trabalhadora infantil somente a partir dos 10 anos de idade.

Porcentagem de crianças (10-14 anos) e jovens (15-19 anos) trabalhadores no total dos respectivos grupos etários, Brasil, 1950-1980



Fonte: dados dos Censos Demográficos do IBGE; extraído de *Retratos do Brasil*, 1985, v.2, p.303.

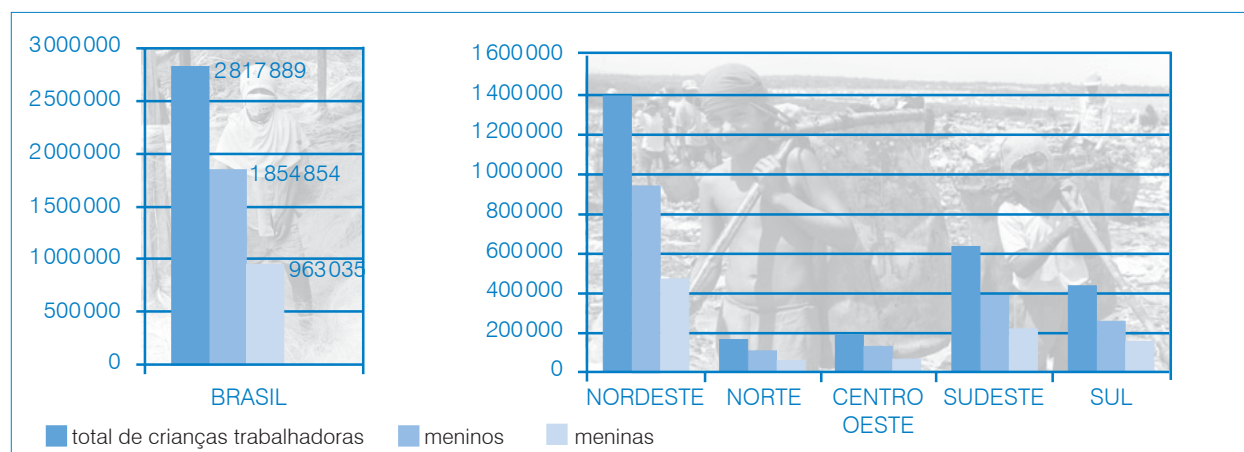
A década de 80, é bom lembrar, foi marcada por grande instabilidade econômica, fazendo com que o Brasil entrasse nos anos 90 com um dos piores desempenhos entre os países do Terceiro Mundo, no que diz respeito ao enfrentamento da pobreza e à distribuição de renda. E, embora tenha sido também a década da mobilização social pela redemocratização do país, a luta contra o trabalho infantil e a inserção do tema na agenda social nacional só se iniciariam na década seguinte.

Os anos 90 foram decisivos para o início do movimento contra o trabalho infantil, tanto para a mobilização da sociedade como para a implementação de políticas públicas de assistência social. A estimativa do número total de crianças e adolescentes (10 a 17 anos) trabalhando no Brasil em 1998 é de 7,7 milhões. Em 1992, o número de crianças e adolescentes exercendo algum tipo de atividade econômica era de 9,7 milhões. Isso aponta uma tendência de redução que, no entanto, ainda é muito lenta.

Cabe notar que, dentre os que trabalham, aproximadamente a metade têm entre 16 e 17 anos, estando portanto na faixa etária permitida pela legislação brasileira para ingressar no mercado de trabalho. Nos demais grupos de idade, porém, os números ainda são alarmantes. No Brasil, em 1999, dados da PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar, feita pelo IBGE – mostram que havia 375.000 crianças de 5 a 9 anos trabalhando! E, dos 10 a 14 anos, eram 2 milhões e meio de trabalhadores. Embora esses totais sejam menores dos que havia em 1995, a dimensão do problema do trabalho infantil ainda é absurda. Muito precisa ser feito para que o total de crianças e adolescentes trabalhando seja igual a zero.

História – Texto 2

Distribuição das crianças e adolescentes (10-14 anos) que trabalham segundo o sexo e grandes regiões, Brasil, 1999



Fontes: IBGE, PNAD 1999

Obs.: *dados para a Região Norte referem-se apenas à zona urbana.

História – Texto 3

Na pedreira

O lugar não é para brincadeiras. Usa-se cartucho de pólvora para fragmentar a pedra; lascas de pedra e aço dos instrumentos voam para todo lado e inala-se pó o tempo inteiro. Ninguém usa óculos nem qualquer outro equipamento de proteção. Acidentes são rotina. (...). No povoado de

Taquara (...) Francisco, 11 anos, quebrava pedra como todos os meninos: sentado no chão, no meio da poeira levantada pelas explosões a dinamite, pelo entra-e-sai dos caminhões e sob o sol escaldante. Martelava pedra com uma marreta, sobre uma pedra almofariz. Para cada carrinho de cinco metros cúbicos de brita, Francisco recebe o equivalente a pouco mais de dez centavos de dólar. Ele produz 20 carrinhos por semana; se a mãe vem junto, a produção chega a 60 carrinhos.

(Extraído de Huzak & Azevedo, 2000, p.100)



História – Texto 4

“Justificativas” comuns para o trabalho precoce

Apesar de condenável e proibido por lei, ainda há quem procure justificar a necessidade do trabalho infantil. Alguns argumentos, frequentemente usados para “justificar” essa prática, devem ser refutados.

“Crianças e jovens (pobres) devem trabalhar para ajudar a família a sobreviver”.

É a família que deve amparar a criança e não o contrário. Quando a família se torna incapaz de cumprir essa obrigação, cabe ao Estado apoiá-la, não às crianças. O custo de alçar uma criança ao papel de “arrimo de família” é expô-la a danos físicos, intelectuais e emocionais. É um preço altíssimo, não só para as crianças como para o conjunto da sociedade pois, ao privá-las de uma infância digna, de escola e preparação profissional, reduzimos o valor dos recursos humanos que poderiam impulsionar o desenvolvimento do país no futuro.

“Criança que trabalha fica mais esperta, aprende a lutar pela vida e tem condições de vencer profissionalmente quando adulta”.

O trabalho precoce nunca foi estágio necessário para uma vida bem-sucedida. Ele não qualifica e, portanto, é inútil como mecanismo de promoção social. O tipo de trabalho que as crianças exercem, rotineiro, mecânico, embrutecedor, impede-as de realizar as tarefas adequadas à sua idade: explorar o mundo, experimentar diferentes possibilidades, apropriar-se de conhecimentos, exercitar a imaginação...

“O trabalho enobrece a criança. Antes trabalhar que roubar”.

Esse argumento é expressão de mentalidade vigente segundo a qual, para crianças e adolescentes (pobres, pois raramente se refere às das famílias ricas), o trabalho é disciplinador: seria a “solução” contra a desordem moral e social a que essa população estaria exposta. O roubo – aí notando marginalidade – nunca foi e não é alternativa ao trabalho infantil. O argumento que refuta esse é, “antes crescer saudável que trabalhar”. O trabalho infantil marginaliza a criança pobre das oportunidades que são oferecidas às outras. Sem poder viver a infância estudando, brincando e aprendendo, a criança que trabalha não é preparada para vir a ser cidadã plena, mas para perpetuar o círculo vicioso da pobreza e da baixa instrução.

Outro argumento presente na sociedade é o de que o trabalho é um bom substituto para a educação. É usado principalmente no caso de crianças com dificuldades no desempenho escolar. Muitas famílias, sem vislumbrar outras possibilidades de enfrentamento dessas dificuldades, acabam incorporando a idéia de que é melhor encaminhar seus filhos ao trabalho. Nesse caso, cabe à escola repensar sua adequação a essa clientela, pois a função social da escola em uma sociedade democrática é permitir o acesso de todos os alunos ao conhecimento.

Em suma, o trabalho infantil não se justifica e não é solução para coisa alguma. A solução para essa problemática é prover as famílias de baixa renda de condições tais que elas possam assegurar a suas crianças um desenvolvimento saudável.

Fonte: OIT, *Criança que trabalha compromete seu futuro*, 1995, fasc.1, p.8-9.



História – Texto 5

O ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

O ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, é uma lei para assegurar, a toda criança e adolescente, o direito básico de viver – desenvolver-se sadiamente, educar-se e receber proteção. Ao contrário da maioria das nossas leis, estabelecidas a partir “de cima”, o ECA resultou de uma longa mobilização dos setores sociais comprometidos com a mudança, tanto na maneira de “ver” a criança e o adolescente quanto no atendimento a lhes ser dedicado. Esses setores se organizaram e conseguiram que fosse incorporada na nossa Constituição de 1988 dois artigos especificamente referidos aos direitos da infância e juventude. Dois anos depois, foi promulgado o Estatuto, regulamentando esses direitos.

O ECA é considerado uma legislação muito “avançada”. Em sua redação, evitou-se usar o termo “menor”, das leis anteriores, que designava crianças pobres, abandonadas, ou que incorriam em delitos. Isso representou uma mudança radical: substituir o termo “menor” por “criança e adolescente” é uma atitude política, de não-discriminação. Institui-se uma nova concepção de criança e adolescente como *sujeitos de direitos* – pessoas que, nessa fase da vida, necessitam de atendimento e cuidados especiais para se desenvolver plenamente. Essas *necessidades* constituem *direitos* de todos, sem qualquer discriminação.

O principal aspecto do ECA é especificar os direitos da criança e do adolescente à vida e saúde, à liberdade, respeito e dignidade, à educação, cultura, esporte e lazer, e à profissionalização e proteção no trabalho. Além disso, explicita a condenação legal contra toda e qualquer forma de ameaça ou violação dos direitos, seja por violência, exploração, discriminação ou negligência, responsabilizando o poder público de garantir essa proteção. O Estatuto também assegura às crianças e adolescentes o direito à convivência comunitária e familiar, à livre expressão de opiniões e crenças; e o direito de brincar, de praticar esportes e de se divertir.

Dois direitos assegurados pelo ECA, em especial, interessam aqui: o direito à educação e a proteção no trabalho. O Estatuto reforça a centralidade da educação, garantindo a toda criança e adolescente o direito de acesso a escola pública e gratuita, próxima da residência, em igualdade de condições de acesso e permanência, assegurando também o direito a programas suplementares de material didático, transporte escolar, alimentação e assistência à saúde. Cabe ao Estado oferecer ensino fundamental, obrigatório e gratuito, estender aos poucos essa obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio, além de oferecer creche e pré-escola para as crianças de até 6 anos. O Estatuto determina ainda que, ao adolescente trabalhador, deve ser oferecido ensino noturno regular.

O capítulo V do ECA é inteiramente dedicado ao trabalho. Nele se definia a idade mínima de 14 anos para admissão ao trabalho, mas a Lei 10.097 de 2000 determina a idade mínima de 16 anos. Então é essa última que vale. O trabalho da criança de 0 a 14 anos permanece terminantemente proibido. E o adolescente entre 14 e 16 anos pode exercer trabalho só na condição de aprendiz. Essa condição é detalhadamente regulamentada: a aprendizagem deve realizar-se em instituição credenciada e supervisionada pelos órgãos públicos. E o Art. 68, sobre o trabalho educativo, determina que os aspectos pedagógicos prevaleçam sobre o aspecto produtivo.

O adolescente maior de 16 anos, ao ingressar em um emprego, tem todos os direitos assegurados ao trabalhador na CLT (carteira de trabalho assinada, salário, repouso semanal remunerado, férias, recolhimento do FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, direitos previdenciários etc.). A única possibilidade de trabalho para o adolescente sem vínculo de emprego é a condição de estagiário. Mas o estágio é regido por lei específica, que estabelece entre outras coisas a compatibilidade entre a “parte prática” e o horário escolar, de modo a garantir a frequência à escola.

Português – Texto 6

Trabalho infantil: o que é, o que não é

O trabalho infantil pode ser definido como o que é feito por crianças e adolescentes que estão abaixo da idade mínima para a entrada no mercado de trabalho, segundo a legislação em vigor no país. No entanto, é preciso refinar essa definição, considerando aspectos de tradições culturais em diferentes lugares do mundo.

Algumas sociedades não mantêm registros escritos de sua história, técnicas ou ritos: a transmissão cultural realiza-se oralmente. Assim, na agricultura ou na produção artesanal, crianças e adolescentes realizam trabalhos sob a supervisão dos pais como parte integrante do processo de socialização – quer dizer, um meio de transmitir, de pais para filhos, conhecimentos e técnicas tradicionais. Esse trabalho pode ser também motivo de satisfação para as próprias crianças.

No entanto, essa situação de trabalho como parte do processo de socialização não deve ser confundida com aquelas em que as crianças são obrigadas a trabalhar, regularmente ou durante jornadas contínuas, para ganhar seu sustento ou

o de suas famílias, com conseqüentes prejuízos para seu desenvolvimento educacional e social.

Assim, as condições de exploração e os prejuízos à saúde e ao desenvolvimento da criança ou adolescente é que iriam definir o trabalho infantil. Mas é preciso lembrar que o mero fato de trabalhar “em casa” ou “com a família” não o caracteriza. Mesmo no trabalho em família, muitas crianças são submetidas a estafantes jornadas de trabalho na lavoura ou são encarregadas de todos os serviços domésticos e cuidados com irmãos menores, sem que lhes seja garantido, por exemplo, tempo para ir à escola ou brincar.

Atualmente, na luta pelo reconhecimento dos direitos da criança e do adolescente, um parâmetro mais claro tem sido adotado: ainda que seja para garantir a continuidade de uma tradição familiar, para dividir responsabilidades no interior da casa ou para ajudar na lide do campo, o trabalho de crianças não pode impedir que elas exerçam seus direitos à educação e ao brincar, essenciais a seu pleno desenvolvimento.

Mas, atenção: isso não quer dizer que crianças estejam dispensadas de ajudar: podem e devem assumir tarefas, de forma compatível com suas idades, partilhando-se entre todos os membros da família – inclusive os masculinos – as tarefas domésticas necessárias a uma convivência saudável.



Português – Texto 7

Mais argumentos

Sou a favor do trabalho infantil porque sou a favor da liberdade. Exemplos mostram que quem começou cedo a trabalhar (...) perdeu o medo de enfrentar a vida. Tirar o menor do mercado de trabalho para proteger o adulto é um atentado à liberdade do menor.

(Dirigente empresarial)

Trabalhando precocemente, as crianças perdem a chance de desenvolver sua criatividade, seu potencial como cidadãos plenos e produtivos. Lugar de criança tem que ser na escola, junto da família, nos centros de formação.

(Oded Grajew, empresário, Presidente da Fundação ABRINQ)

Valorizar demais o trabalho para a solução dos problemas sociais faz com que as pessoas achem

que o trabalho é bom até para crianças. Ao ver uma criança entregando pizza, as pessoas ficam aliviadas. Achem que é melhor estar trabalhando do que assaltando ou cheirando cola.

(Socióloga)

“Trabalho faz mal para a educação”, mostra a pesquisa do Datafolha feita em São Paulo, na Bahia e em Pernambuco.

(Reportagem da *Folha de S. Paulo*, 1º maio 1997, Especial Trabalho Infantil, p.5)

O lugar é escuro e fechado. Isso é ilegal. Mas é melhor trabalhar do que ficar vagabundeando na rua.

(Menino de classe média ao conhecer uma fábrica que empregava crianças, mesma reportagem da *FSP*, 1º maio 1997).

Disseram que em Brasília as meninas só brincam e estudam. Eu só estudo, me furo e canso no sisal. Isso é vida de criança?

(Menina de 13 anos, mesma reportagem da *FSP*)



Português – Texto 8

Notícias e manchetes

TRABALHO INFANTIL COMEÇA A SER COMBATIDO NO RJ

Rio – O Programa Comunidade Solidária, presidido pela primeira-dama Ruth Cardoso, lançou no Rio de Janeiro uma campanha de erradicação do trabalho infantil no estado, que será estendida à Bahia e a Mato Grosso. A iniciativa decorreu dos dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), segundo os quais, das 30 mil pessoas que trabalham no corte de cana no norte e noroeste do Estado do Rio, 6 mil são crianças com idades entre 5 e 14 anos. Esse número representa 20% da mão-de-obra empregada. A pesquisa mostra, ainda, que a situação é mais crítica no Rio, em Mato Grosso e na Bahia...

(O Estado de S. Paulo, 7 maio 1997)

Manchetes

70% DAS CRIANÇAS QUE TRABALHAM REPETEM

(Folha de S. Paulo, 21 mar.1997, Caderno 3, p.4)

AMBULANTES MIRINS TRABALHAM ATÉ 12 HORAS DENTRO DE TRENS

(O Estado de S. Paulo, 2 out. 1997, p.C-12)

INDÚSTRIA PAGA PARA CRIANÇA NÃO TRABALHAR

(Folha de S. Paulo, 26 fev. 1997, Caderno São Paulo, p.4)

Português – Texto 9

Meninos carvoeiros

Manuel Bandeira (Petrópolis, 1921)

Os meninos carvoeiros
Passam a caminho da cidade.

– Eh, carvoero!

E vão tocando os animais com um relho enorme.
Os burros são magrinhos e velhos.
Cada um leva seis sacos de carvão de lenha.
A aniagem é toda remendada.
Os carvões caem.
(Pela boca da noite vem uma velhinha que os
recolhe, dobrando-se com um gemido)

– Eh carvoero!

Só mesmo estas crianças raquíticas
Vão bem com estes burrinhos descadeirados.
A madrugada ingênua parece feita para eles...
Pequenina, ingênua miséria!
Adoráveis carvoeirinhos que trabalhais como se
brincásseis!

– Eh, carvoero!

Quando voltam, vêm mordendo num pão
encarvoadado,
Encarapitados nas alimárias,
Apostando corrida,
Dançando, bamboleando nas cangalhas como
espantalhos desamparados!

(Extraído de Manuel Bandeira, *Estrela da vida inteira*:
poesias reunidas. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966,
p.92-3)



Português – Texto 10

Pivete

Francis Hime e Chico Buarque de Holanda

No sinal fechado
 Ele vende chiclete
 Capricha na flanela
 E se chama Pelé
 Pinta na janela
 Batalha algum trocado
 Aponta um canivete
 E até
 Dobra a Carioca, olerê
 Desce a Frei Caneca, olará
 Se manda pra Tijuca
 Sobe o Borel
 Meio se maloca
 Agita numa boca
 Descola uma mutuca
 E um papel
 Sonha aquela mina, olerê
 E tem as pernas tortas
 Prancha, parafina, olará
 Dorme gente fina
 Acorda pinel
 Zanza na sarjeta
 Fatura uma besteira
 E tem as pernas tortas
 E se chama Mané
 Arromba uma porta
 Faz ligação direta
 Engata uma primeira
 E até
 Dobra a Carioca, olerê
 Desce a Frei Caneca, olará
 Se manda pra Tijuca
 Na contramão
 Dança pára-lama
 Já era pára-choque
 Agora ele se chama
 Ayrton
 Sobe no passeio, olerê
 Não se liga em freio
 Nem direção
 No sinal fechado
 Ele transa chiclete
 E se chama pivete
 E pinta na janela
 Capricha na flanela
 Descola uma bereta
 Batalha na sarjeta
 E tem as pernas tortas.

(Extraído de Chico Buarque de Holanda, *Para todos*. São Paulo: RCA; Distr. BMG Ariola, 1993)



HIGIENE MATINAL NA CARVOARIA. ÁGUAS CLARAS - MS

Português – Texto 11

O moinho e o campo de golfe

Sarah N. Cleghorn

O campo de golfe e o moinho
 ficam perto, tão pertinho...
 Que as crianças trabalhando
 quase sempre podem ver
 os homens brincando.

Trabalho infantil é...

Michael J. Pasternak

Trabalho infantil é...
 sombra na escuridão,
 silêncio do lado de fora,
 guerra por dentro,
 o amarelo-violeta de velhos machucados. (...)
 Trabalho infantil é...
 uma áspera gravata de seda que te enforca,
 um vestido tecido de dor,
 olhos famintos,
 sonhos desfeitos.
 O trabalho infantil vive...
 No buraco negro do espaço (...)
 Seu pertence mais precioso:
 as crianças mortas e esquecidas
 para sempre.

(Extraído de OIT/IPEC, *Poems and songs*. Genebra, 1998.p.14-5.)

Português – Texto 12

Trabalho infantil no campo

Conhecer a realidade do trabalho infantil significa conhecer também as condições desumanas em que ocorre. As crianças trabalhadoras desenvolvem atividades penosas, perigosas, em ambientes insalubres – no mais, inadequadas também para adultos. Vários desses aspectos podem ser mais facilmente vislumbrados no campo, na cultura da cana de açúcar, nas carvoarias, no sisal e nas pedreiras, entre outros.

Milhares de crianças e jovens trabalham de sol a sol nos canaviais e no engenho, principalmente em Alagoas, Bahia e São Paulo. Na safra, fazem o corte da cana, ajudam a transportar os feixes para o engenho. Num calor abrasador, trabalham no cozimento do caldo da cana, revirando-o com uma escumadeira, retirando espuma e impurezas, até que se atinja o ponto do melado. Na entressafra, pegam na enxada para ajudar os pais a limpar o canavial. Esse tipo de trabalho os expõe a vários riscos de acidentes – lesões por facão ou foice, queimaduras, picadas de cobras. Além disso, o transporte até o local de trabalho é feito em veículos inadequados. As jornadas são longas, os salários baixíssimos e a situação é agravada pela falta de alimentação, de água potável e de instalações sanitárias adequadas.

Sob o calor do sol e dos fornos que queimam lenha para fazer carvão, centenas de crianças e jovens trabalham em carvoarias, principalmente nos estados da Bahia, Goiás e Minas Gerais. Seu trabalho é encher os fornos com lenha, fechá-los com barro e, depois, retirar o carvão. Ainda ajudam no corte das árvores para fornecer a lenha, no ensacamento do carvão e no carregamento dos caminhões. Fumaça e calor fazem parte do ambiente de trabalho. A jornada excessiva, o trabalho noturno e exposição a variações bruscas de temperatura comprometem a saúde. Crianças e adultos trabalham sem proteção alguma e sem descanso semanal. Em algumas localidades do Mato Grosso do Sul,

constatou-se a existência de trabalho semi-escravo, ou seja, a empresa fornecia alimentos e descontava seu valor sem apresentar notas; na hora do acerto de salário, muitos trabalhadores ainda ficavam devendo à empresa. O grande paradoxo é pensar que o carvão, destinado a fornecer energia, seja produzido subtraindo energia de crianças e jovens.

No sertão da Bahia e da Paraíba, crianças e adolescentes trabalham nas plantações de sisal: cortam as pontudas folhas e as carregam para a “batedeira”, máquina de desfibrar as folhas de sisal, transportando também a fibra processada para a secagem. Nesse trabalho, não raro sofrem mutilações pelo uso da máquina e ainda são expostos ao ruído excessivo e à alta concentração de poeira. O Brasil é o principal fornecedor mundial dessa planta, cujas fibras conseguem altos preços no mercado internacional. A beleza dos produtos derivados do nosso sisal esconde histórias de privações de crianças e adolescentes envolvidos na produção da fibra.

Detectado em 12 estados brasileiros, dentre os quais Alagoas, Bahia e São Paulo, o trabalho de crianças e adolescentes em pedreiras lembra os antigos trabalhos forçados que prisioneiros eram obrigados a realizar. As crianças trabalham a céu aberto em meio a explosões de rochas, provocadas com cartuchos de pólvora. Com marretas e talhadeiras quebram os blocos de pedras sob o sol, num esforço físico excessivo para suas idades. Também trabalham no polimento e carregamento de pedras, inalando pó o tempo inteiro. A jornada é excessiva, o trabalho é insalubre, ninguém usa óculos ou qualquer outro meio de proteção.

Fontes: *Mapa de indicativos do trabalho da criança e do adolescente* (Brasil, 1999); Huzak & Azevedo (2000)



TRABALHO NO CANAVIAL - PE



Português – Texto 13

Trabalho infantil nos centros urbanos

Nos centros urbanos, o trabalho infantil é visível nas ruas e, especialmente, nos depósitos de lixo ou “lixões”. Em ambiente altamente insalubre, crianças e adolescentes recolhem garrafas, latas, plástico e papel, que vendem para serem reciclados ou reaproveitados. Nos lixões, convivem com materiais contaminados e gases de fermentação dos dejetos; latas, garrafas e peças de metal cortam e ferem, tanto adultos como crianças. Alimentam-se em meio a enxames de moscas. Além do que recolhem para venda, costumam selecionar alimentos e objetos reaproveitáveis para uso próprio. Com o que vendem, crianças conseguem obter a quantia de no máximo R\$ 2,00 por dia. É comum trabalhar a família inteira, numa jornada ininterrupta, sem descanso semanal ou qualquer vínculo empregatício.

Pequenos trabalhadores nas cidades vêm-se por toda parte, nas ruas. São vendedores de picolé, fruta, cigarro, biscoito, doces e balas; são guardadores de carro, “flanelinhas”, jornalheiros ou

engraxates, dentre tantas atividades. Vendendo produtos diversos entre veículos em congestionamentos, pontos de ônibus, em frente a centros comerciais ou estádios de futebol, eles fazem parte da paisagem urbana, sendo por muitas vezes vistos como estorvo ou mesmo como futuros marginais. A rua é um local de trabalho cruel e perigoso: as relações que estabelecem com outros atores sociais (adultos agenciadores, policiais, traficantes e adultos de rua) em muitos casos põe em risco sua vida. Além disso, esses meninos e meninas fazem longos percursos a pé, alimentam-se de maneira e em horários inadequados e, por vezes, trabalham em locais e horários impróprios para a idade, como bares ou boates, à noite.

Nas cidades, além dos lixões e do trabalho nas ruas, outra forma de inserção, menos visível, é o emprego doméstico e em pequenos empreendimentos (lojas, fábricas e escritórios familiares ou de pequeno porte). O trabalho infantil nesses casos apresenta-se como recurso barato e sem necessidade de regularização por parte dos empregadores. Isso talvez cause menor impacto, porém não perde suas características e condições de exploração, exposição a riscos e prejuízo no desenvolvimento de crianças e adolescentes.

O trabalho doméstico, realizado geralmente por meninas em residências, constitui frequentemente uma forma de exploração oculta. Na maioria das vezes, as condições de vida e trabalho são inadequadas, muitas meninas dormem no emprego – condição que favorece uma jornada de trabalho extremamente alongada – e algumas delas chegam a sofrer humilhações e abusos sexuais.

Uma pesquisa feita pelo DIEESE (1997) em seis grandes centros urbanos brasileiros constatou que 70% das crianças trabalhadoras têm menos de 14 anos, sendo que um terço delas começou a trabalhar antes dos 10 anos. Grande parte delas trabalha cinco, seis e até sete dias da semana, em tempo integral; muitas cumprem parte da jornada de trabalho à noite. O trabalho que as crianças fazem é exatamente o mesmo que é feito por adultos, inclusive com as mesmas condições precárias, isto é, em locais perigosos e insalubres.

O quadro aqui esboçado mostra que a sociedade brasileira vem violando os direitos de milhões de crianças e adolescentes, que continuam sendo agenciados para os mais diversos tipos de trabalho, realizados em condições que em nada se reverterem em seu próprio benefício.

Fontes: *Mapa de indicativos do trabalho da criança e do adolescente* (Brasil, 1999); DIEESE (1997).



Ciências – Texto 14

Declaração dos direitos da criança

Toda criança, independente de sexo, cor, raça, religião, origem nacional ou social, ou qualquer outra condição, sua ou de sua família, tem direito a:

- 1 desenvolver-se física, mental, moral, espiritual e socialmente de forma sadia, em condições de liberdade e dignidade;
 - 2 receber um nome e uma nacionalidade, desde o nascimento;
 - 3 crescer e criar-se com saúde, tendo alimentação, habitação, recreação, cuidados, proteção e benefícios da previdência social;
 - 4 receber cuidados especiais no caso de incapacidade física, mental ou social;
 - 5 crescer em ambiente de afeto e segurança, moral e material, propiciado pelos pais e pela sociedade;
 - 6 receber educação gratuita, em condições de igualdade de oportunidades;
 - 7 brincar e divertir-se;
 - 8 estar entre os primeiros a receber proteção e socorro, em quaisquer circunstâncias;
 - 9 ser protegida contra abandono, violência, tráfico, ou exploração pelo trabalho;
- Não será permitido à criança empregar-se antes da idade mínima conveniente; de nenhuma forma será levada a ou ser-lhe-á permitido empenhar-se em qualquer ocupação ou emprego que lhe prejudique a saúde ou a educação ou que interfira em seu desenvolvimento físico, mental ou moral.
- 10 ser protegida contra toda e qualquer forma de discriminação, crescendo em ambiente de tolerância e amizade entre os povos.

(Adaptado da *Declaração dos Direitos da Criança*, aprovada na Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1959)

Ciências – Texto 15

O trabalho no sisal

Já é meio-dia e Éris começou às 7 da manhã. As pernas, sob o calção curto, estão cheias de feridas pelo contato com as folhas cortantes e seu suco. Enxames de moscas pousam sobre elas. O cabelo de Éris é todo avermelhado nas pontas, de tanto sol na cabeça, mas vida de cambiteiro é assim mesmo: pega a palha e leva no burro; traz fibra descascada e ajuda a mãe a estender nos jiraus, para que seque. Dá duro e já aprendeu a não reclamar, embora tenha 7 anos.

(Extraído de Huzak & Azevedo, *Crianças de fibra*, 2000, p.132-4)

Depoimento de Paulo Sérgio, menino trabalhador em cultura de sisal, Bahia:

Comecei como cambiteiro aos 4 anos. Com 16 cortava sisal. Meu pai sevava. Quando ele morreu, tive de fazer o serviço. Um dia, uma fibra embolou o motor. Bati nela e ela prendeu meus dedos. O problema não foi só a dor, mas a falta que a minha mão faz.

O sisal dá muito trabalho e pouco dinheiro para quem produz. Se não destocar, enche de mato. Cortar é perigoso por causa das cobras no miolo da planta e as pontas das folhas podem bater no olho e furar. Carregar, botar, sevar, estender para secar: tudo é longe. Tem de andar muito, com peso, no sol quente. Depois as escolas são distantes, tem de andar mais.

(Extraído de Huzak & Azevedo, *Crianças de fibra*, 2000, p.135-9)



Ciências – Texto 16

É ruim ser criança

Cabelo escorrido, magrinha, pele morena, roupas puídas e sandálias de borracha, Ionara Oliveira Alves, 11 anos, vive do lixo do Janguruçu, em Fortaleza. Metade das mil pessoas que aqui trabalham são mulheres, adolescentes e crianças.

Janguruçu fica a 10 quilômetros da cidade. O aterro recebe 3 000 toneladas de lixo residencial, hospitalar e entulhos por dia. (...)

Ionara se matriculou na escola, por isso só vai para a rampa aos sábados e domingos. Procura brinquedos, mas cata “outras coisinhas”. Com isso, ajuda nas despesas com a alimentação. São nove pessoas em casa. (...) A renda dessa família chega no máximo a um salário mínimo por mês.

Logo na entrada, perto das balanças, a sensação é angustiante. Nuvens de moscas colam na pele, o calor é insuportável, misturado aos gases da fermentação do lixo e do chorume, que escorre pelos barrancos para o rio Cocó. O mau cheiro sufoca. Há restos de tudo, inclusive seringas, agulhas e frascos de soro. (...)

Centenas de catadores se atiram sobre o lixo, assim que cada veículo [caminhão] chega. Roupas sujas em frangalhos, calçam sapatos díspares encontrados no meio dos “bagulhos” e cobrem a cabeça com camisetas e trapos. Disputam o entulho (...) num trabalho contínuo de vasculha-acha-separa-amontoa-carrega.

A briga é desigual: os homens são mais agressivos e pegam maior quantidade de materiais. As crianças acabam ficando na retaguarda, esperando que sobre alguma coisa para amontoar e vender aos “deposei-

ros”. Acidentes acontecem diariamente e, é claro, não há assistência alguma. Ionara vai narrando:

“É muito ruim ser criança”. Ela se sai mal quando o caminhão chega. (...) “Porque tem muita gente abes-tada mesmo, que não pode ver a gente pegar uma lata, que pode até matar por isso. (...) As crianças catam com a mão, com paus. Perigoso. Uma amiga minha não viu um caco e cortou a mão. Depois tem esse movimento de caminhão, trator, tudo em cima, muito perigoso. Um menino morreu atropelado; e uma mulher, buchuda, o trator passou em cima”.

Os catadores fazem as refeições no meio da sujei-ra, com milhares de moscas e outros insetos em vol-ta. Normalmente, levam marmita e água de casa, para não se sujeitar ao preço dos barraqueiros. Alguns, na ânsia de garantir mais produção, trabalham à noite, iluminados por lamparinas de querosene, feitas com latas velhas e trapos.

“Tem criança virando a noite. Eu já trabalhei de noite. Mas é muito ruim, não dá pra dormir nada de madrugada. A gente se ajeita em cima de um pape-lão, perto dos fardos. Mas pode pegar um fuscão: tem uns meninos que jogam aquele pó preto que vem no lixo, ou então pó de pneu queimado. A gente amanhece preta dos pés à cabeça. Já aconteceu co-migo. Se quiser dormir um pouquinho, tem de botar papelão em cima”.

Os catadores não têm condições de pensar no fu-turo. Ionara resume: “Quando eu vinha aqui todo dia, pensava: vou dormir. Dormia, acordava, estava a mes-ma coisa. Quando brinco com os brinquedos que acho por aqui, eu finjo que sou dona de casa e que minha amiga também tem uma casa. Eu sonho”.

(Extraído de Huzak & Azevedo, *Crianças de fibra*, 2000, p.80-5)

Ciências – Texto 17

Prostituição infantil

Andréia Peres

Seja no manguê, no lixo, seja na roça, o trabalho infantil é terrível – e condenável – em qualquer uma de suas formas. A Organização Internacional do Tra-balho, no entanto, classificou na sua última conven-ção algumas atividades como piores do que outras e incluiu a prostituição na sua lista de trabalhos que precisam ser urgentemente erradicados. O Piauí é um dos estados brasileiros em que a prostituição infantil é mais escancarada. Na Praça da Bandeira, uma das principais de Teresina, uma dezena de prostitutas me-ninas disputam clientes em plena luz do dia. Algu-mas delas vendem café por 25 centavos, para disfar-çar, mas a maioria nem se preocupa com isso.

(...)

[Em outra cidade do Piauí,] Maquiada e com rou-pas curtíssimas, Rosa aparenta mais do que seus 14 anos. Desde os 13 a menina se prostitui. Sem dinhei-ro e sem emprego, ela aceitou a proposta de um ho-mem com quase o triplo da sua idade para fazer sexo por dinheiro. Recebeu dez reais pelo programa e pas-sou a ir sempre para a praça.

“Tem alguns clientes que eu não agüento nem ver. Tampo o rosto para não olhar e transo assim mes-mo”, diz a menina, que coleciona fotos e pôsteres do Ronaldinho e parou de estudar na quarta série.

Sua mãe sabe de tudo; não concorda com o tipo de trabalho da filha, mas não o reprime. Rosa vive numa casa de pau-a-pique, sem energia elétrica, em Timon, na fronteira do Piauí com o Maranhão. Seus cinco irmãos e a mãe sobrevivem com o salário mí-nimo que seu padrasto recebe. Com o dinheiro que ganha na rua, a menina compra roupa, calçados e, de vez em quando, comida. Seu maior desejo é arru-mar emprego numa casa de família.

(Extraído de Revista *Cláudia*, p.21-2, set. 1999)

Geografia – Texto 18

Criança não trabalha

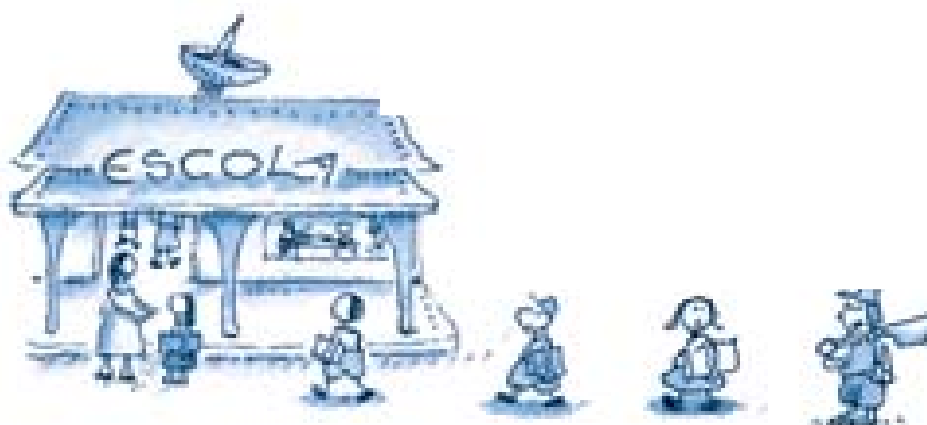
Paulo Tatit e Arnaldo Antunes

Lápis, caderno, chiclete, pião
 Sol, bicicleta, skate, calção
 Esconderijo, avião, correria,
 Tambor, gritaria, jardim, confusão
 Bola, pelúcia, merenda, crayon
 Banho de rio, banho de mar,
 Pula-sela, bombom

Tanque de areia, gnomos, sereia,
 Pirata, baleia, manteiga no pão
 Giz, mertiolate, band-aid, sabão
 Tênis, cadarço, almofada, colchão
 Quebra-cabeça, boneca, peteca,
 Botão, pega-pega, papel, papelão.

Criança não trabalha,
 Criança dá trabalho,
 Criança não trabalha!

1, 2 feijão com arroz
 3, 4 feijão no prato
 5, 6 tudo outra vez!

(Do CD *Canções curiosas*, Palavra Cantada/Eldorado, 1998)

Geografia – Texto 19

Trabalho infantil nas regiões do Brasil

Atividade econômica	Tarefas geralmente executadas	Condições de trabalho a que estão submetidos adultos e crianças
Região Norte		
Indústria de móveis, madeireira	Serrar, lixar, pintar madeira; colagem de lâminas; limpeza; coleta de pó de serragem; carregar e empilhar	Ambiente insalubre, exposição a ruído e pó, falta de equipamentos de proteção, contato com produtos tóxicos; falta de registro na carteira de trabalho
Pecuária	Limpeza dos currais, ordenha e alimentação dos animais	Jornada excessiva de trabalho, transporte de carga excessiva; falta de registro na carteira de trabalho
Olarias	Coleta do barro, transporte de lenha para alimentação do forno	Ambiente insalubre: galpões úmidos, polias e máquinas sem proteção; ritmo de trabalho acelerado e repetitivo; jornada excessiva, falta de registro na carteira de trabalho
Engraxate	Atividade autônoma em ruas, praças, bares, pontos de ônibus	Longos percursos em busca de clientes, má alimentação, trabalho em locais de risco ou proibidos, como bares e boates
“Lixão”	Seleção de lixo reciclável para venda, seleção de alimentos e objetos para uso próprio	Atividade informal com jornada ininterrupta, praticada geralmente com a família; risco de contrair doenças e de atropelamento por caminhões
Extrativismo	Coleta e transporte da castanha	Jornada excessiva; trabalho familiar realizado na floresta, sujeito a longas caminhadas

Fonte: *Mapa de indicadores do trabalho da criança e do adolescente* (Brasil, 1999).

Geografia – Texto 19 (continuação)

Região Nordeste

Fumicultura	Plantio, colheita, secagem, ensacamento	Jornada excessiva, manuseio de agrotóxicos; falta de registro na carteira de trabalho
Venda de jornais, distribuição de folhetos	Em vias públicas, principalmente em cruzamentos	Trabalho perigoso, noturno; remuneração por produção
Agricultura canavieira	Plantio manual, queima do canavial, corte e carregamento da cana;	Não-fornecimento de água potável nem alimentação, falta de instalações sanitárias; transporte em veículos inadequados, jornada excessiva
Cultura do sisal	Uso de máquina para desfibramento, corte e transporte da fibra	Ruído e pó excessivos, máquinas sem proteção; jornada longa, falta de registro na carteira de trabalho

Região Centro-Oeste

Coleta de papel e papelão	Recolhimento em carroça, com ou sem animal (de lixos de escritórios, órgãos públicos etc.)	Trabalho insalubre, transporte de peso, risco de acidentes de trânsito; baixa remuneração
Produção de carvão vegetal	Manutenção e alimentação dos fornos, ensacamento, corte de lenha, carregamento	Trabalho noturno, jornada excessiva, remuneração por produção; exposição a variações bruscas de temperatura
Agricultura	Limpeza, plantio, colheita, transporte de carga excessiva	Uso de instrumentos cortantes, manuseio de agrotóxicos; jornada excessiva, transporte inadequado, falta de registro na carteira de trabalho

Região Sudeste

Extração de pedra brita, mármore e granito	Extração, corte, polimento e carregamento de pedra	Insalubridade, perigo de acidentes, jornada excessiva, falta de condições sanitárias, trabalho a céu aberto
Cafeicultura	Colheita, transporte	Cargas e jornada excessivas; falta de registro em carteira de trabalho
Agricultura canavieira	Plantio manual, queima do canavial, corte e carregamento da cana	Não fornecimento de água potável e alimentação, falta de instalações sanitárias; transporte em veículos inadequados, jornada excessiva
Construção civil	Ajudante de pedreiro, carregamento de entulho em carrinho de mão	Falta de água potável, excesso de peso; jornada excessiva, falta de registro na carteira de trabalho

Região Sul

Extração do calcário	Corte, beneficiamento e polimento	Falta de máscaras, de protetores para o ouvido; jornada excessiva
Avicultura	Abate, tratamento; coleta e embalagem de ovos	Falta de registro na carteira de trabalho, jornada excessiva
Indústria calçadista	Colagem da sola, limpeza com produtos químicos, lixamento e pintura	Trabalho feito em casa ou em fábricas pequenas, sem controle de jornada de trabalho; exposição a produtos tóxicos, falta de proteção contra riscos à saúde
Cultivo de pinus	Plantio, corte, extração de resina	Falta de água potável, transporte inadequado; jornada excessiva, falta de registro na carteira de trabalho.





ILUSTRAÇÃO: LUIZ MAIA

Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil - IPEC
ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO
Escritório no Brasil
ISBN 92-2-811040-6



OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO
 IPEC Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil
 Projeto Professores, educadores e suas organizações na luta contra o trabalho infantil

**Combatendo o
Trabalho infantil**
 GUIA PARA EDUCADORES

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO

Solicitamos que este questionário seja preenchido pelo diretor ou diretora da escola, com base em informações colhidas junto à equipe escolar, após a leitura do material e do planejamento para sua aplicação. Interessa-nos muito saber como o material foi recebido, as impressões que causou, especialmente sobre sua aplicabilidade.

Agradecemos desde já essas informações, fundamentais para ajustarmos o material em futuras aplicações, vindo a constituir efetivo apoio à escola nesse combate que é de todos nós.

Informações sobre a escola:

Diretor(a): _____

Escola: _____

Cidade: _____ Estado: _____

1. Quanto à forma de apresentação (dois volumes, um com textos, outro com sugestões de atividades), consideramos o material:

☐ adequado ☐ adequado em parte ☐ inadequado

Justifique: _____

2. Quanto ao conteúdo do volume 1, consideramos que é:

☐ satisfatório ☐ satisfatório em parte ☐ insatisfatório

Justifique: _____

3. Quanto ao conteúdo do volume 2, consideramos que é:

☐ adequado ☐ adequado em parte ☐ inadequado

Justifique: _____

4. Quanto aos demais componentes (jogo, cartazes), consideramos que são:

☐ adequados ☐ adequados em parte ☐ inadequados

Justifique: _____

5. De uma maneira geral, quanto à aplicabilidade do material para os fins a que se destina, consideramos que é:

☐ adequado ☐ adequado em parte ☐ inadequado

Justifique: _____

6. Que tipos de apoio a equipe deseja (ou espera), de modo que possa ampliar e fortalecer a participação da escola nesta luta contra o trabalho infantil?

7. O que mais a equipe gostaria de dizer, que não foi perguntado?

Muito obrigado por sua contribuição.

PRT-10 0106052

UP – AC / CENTRAL

DR / BSB

CARTA-RESPOSTA

NÃO É NECESSÁRIO SELAR

O SELO SERÁ PAGO POR
OIT - ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

70099-999 BRASÍLIA - DF



ENDEREÇO:

REMETENTE:

DOBRE E COLE AQUI

Cartaz 1

Declaração dos direitos da criança

Toda criança, independente de sexo, cor, raça, religião, origem nacional ou social, ou qualquer outra condição, sua ou de sua família, tem direito a:

1

Desenvolver-se física, mental, moral, espiritual e socialmente de forma sadia, em condições de liberdade e dignidade.

2

Receber um nome e uma nacionalidade, desde o nascimento.

3

Crescer e criar-se com saúde, tendo alimentação, habitação, recreação, cuidados, proteção e benefícios da previdência social.

4

Receber cuidados especiais no caso de incapacidade física, mental ou social.

5

Crescer em ambiente de afeto e segurança, moral e material, propiciado pelos pais e pela sociedade.

6

Receber educação gratuita, em condições de igualdade de oportunidades.

7

Brincar e divertir-se.

8

Estar entre os primeiros a receber proteção e socorro, em quaisquer circunstâncias.

9

Ser protegida contra abandono, violência, tráfico, ou exploração pelo trabalho.

Não será permitido à criança empregar-se antes da idade mínima conveniente; de nenhuma forma será levada a ou ser-lhe-á permitido empenhar-se em qualquer ocupação ou emprego que lhe prejudique a saúde ou a educação ou que interfira em seu desenvolvimento físico, mental ou moral.

10

Ser protegida contra toda e qualquer forma de discriminação, crescendo em ambiente de tolerância e amizade entre os povos.

(Adaptado da Declaração dos Direitos da Criança, aprovada na Assembléia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1959.)

Combatendo o Trabalho infantil
GUIA PARA EDUCADORES



ILUSTRAÇÃO: LUIZ MAIA

Cartaz 2

Uma realidade que precisa ser mudada

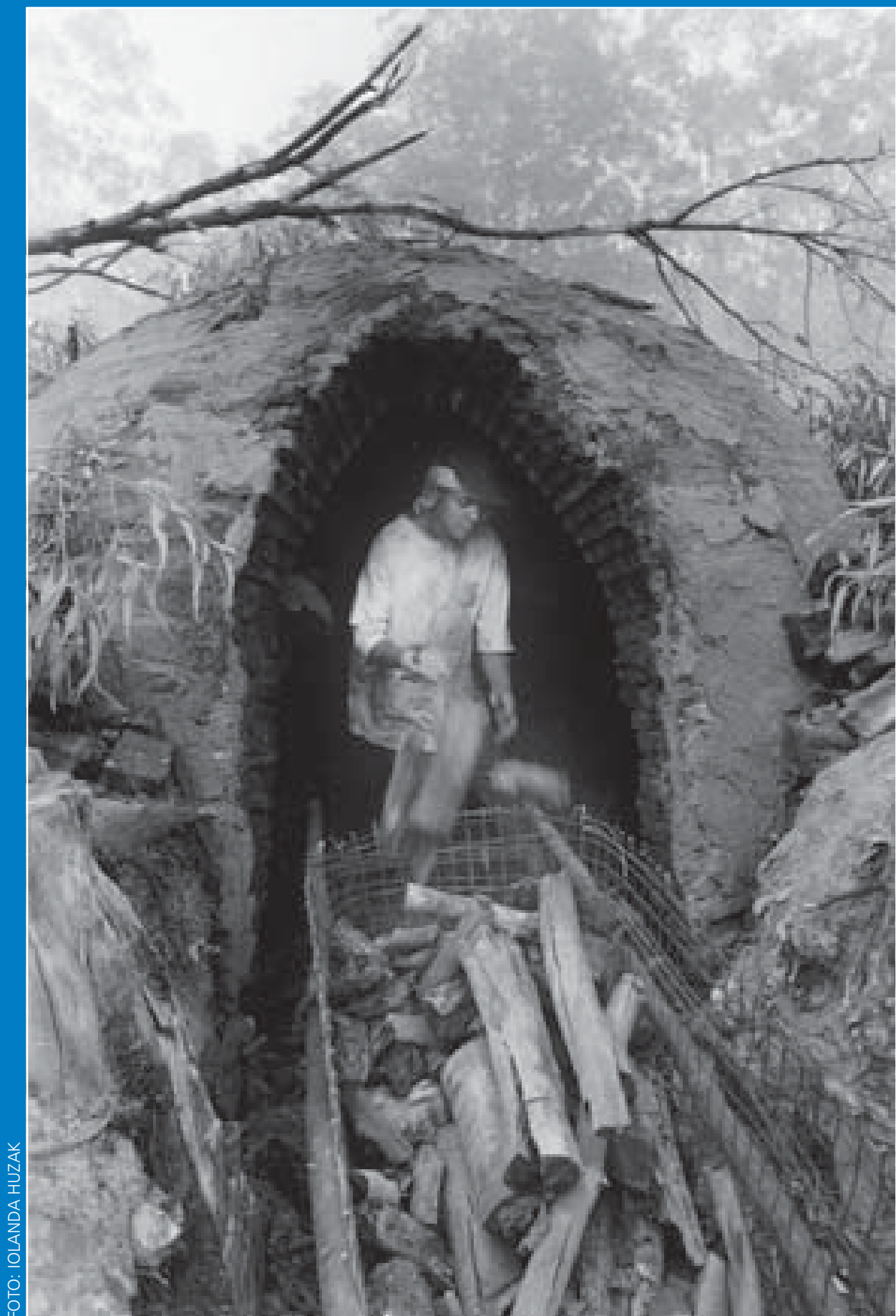


FOTO: IOLANDA HUZAK

Retirando carvão do forno

Menina, 13 anos, Água Clara (MS)



FOTO: IOLANDA HUZAK

Quebrando pedra

Menino, 10 anos, Santa Luz (BA)

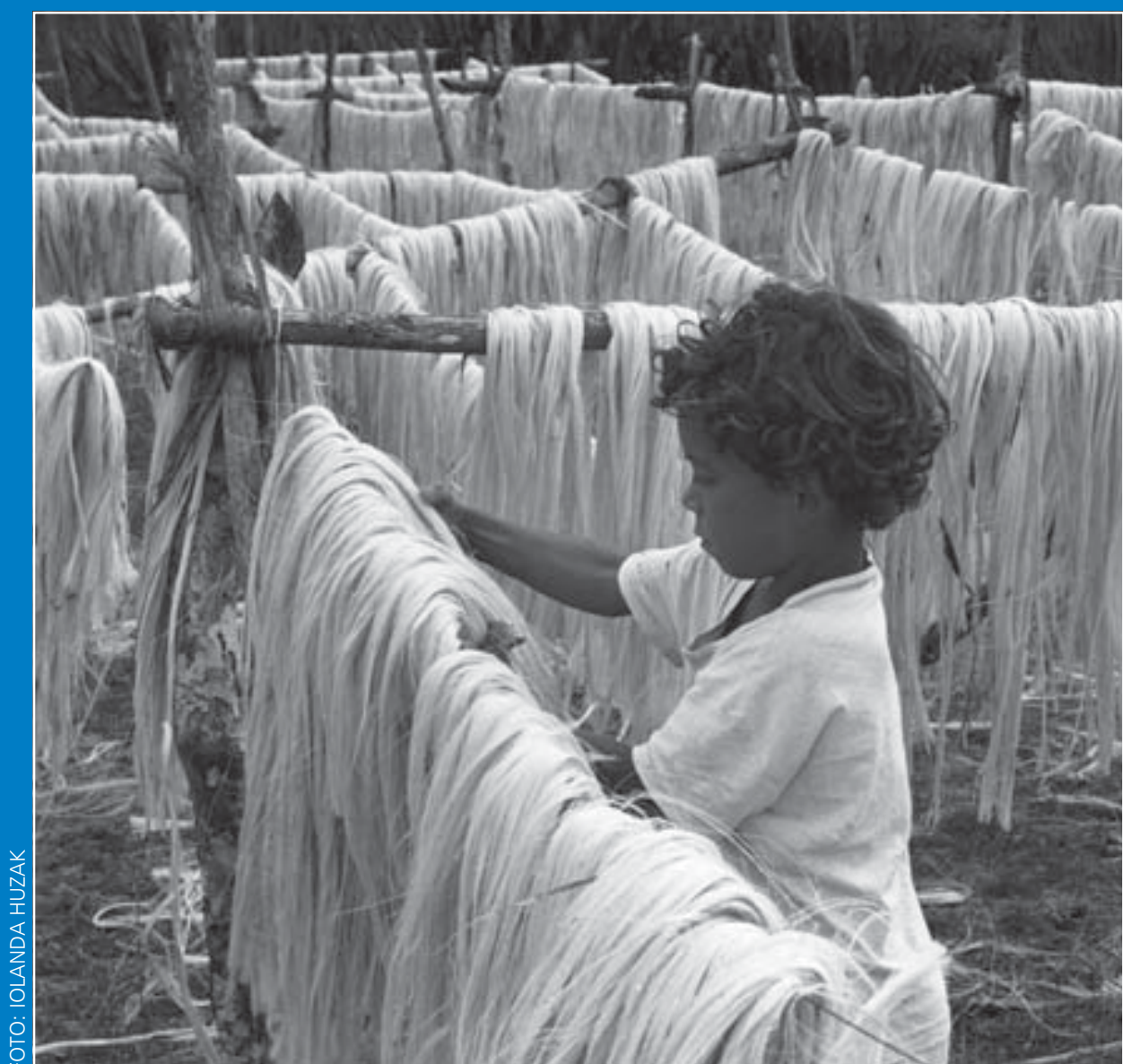


FOTO: IOLANDA HUZAK

Estendendo sisal

Menino, 7 anos, Lagoa do Boi (BA)



FOTO: IOLANDA HUZAK

Colhendo chá

Menina, 9 anos, Vale do Ribeira (SP)

Combatendo o
Trabalho infantil
GUIA PARA EDUCADORES

Combatendo o Trabalho Infantil



Combatendo o
Trabalho infantil
GUIA PARA EDUCADORES



Brasília, julho de 2001

Prezado(a) Diretor(a)

Você e sua escola estão recebendo o material *Combatendo o trabalho infantil: guia para educadores*. Esta é uma iniciativa da OIT – Organização Internacional do Trabalho, por meio do IPEC – Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil, em parceria com a CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, e com o apoio técnico do CENPEC – Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária, de São Paulo.

Com este material, esperamos que sua escola desenvolva o projeto aqui sugerido e que, a partir dele, possam ser desencadeadas outras iniciativas, de caráter permanente, para prevenir e eliminar qualquer forma de trabalho infantil, na comunidade ou região.

Solidários neste combate,

Armand F. Pereira
OIT - Escritório no Brasil

P.S. Agradecemos de antemão o envio da carta-resposta anexa.

Combatendo o Trabalho Infantil

Combatendo o Trabalho Infantil

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO
– Escritório no Brasil
Setor de Embaixadas Norte, lote 35, 70800-400
Brasília DF Brasil
brasil@oitbrasil.org.br

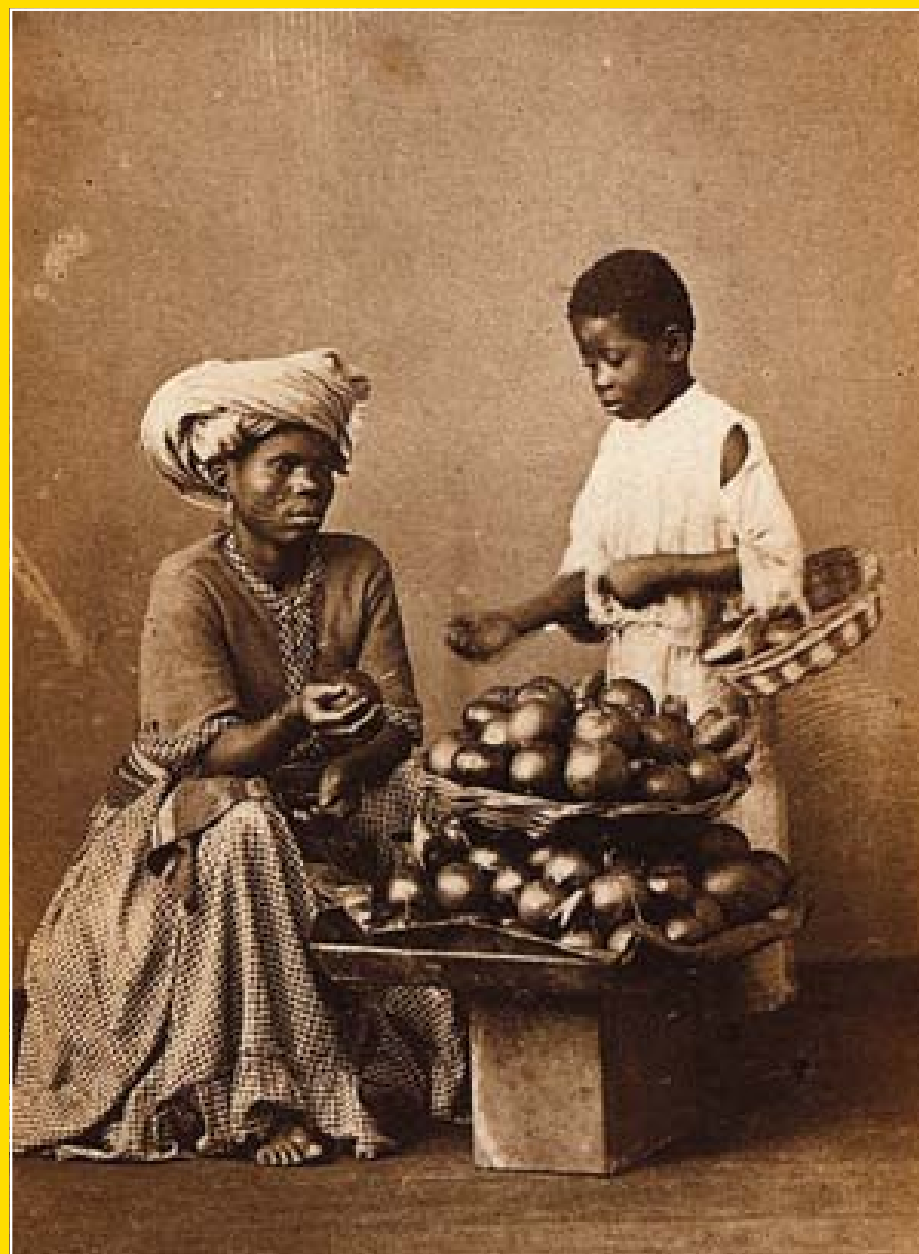


CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM EDUCAÇÃO,
CULTURA E AÇÃO COMUNITÁRIA
R. Dante Carraro 68 Rincões
05422-060 São Paulo SP Brasil
<http://www.cenpec.org.br>



Cartaz 3

Trabalho infantil: uma história que vem de longe



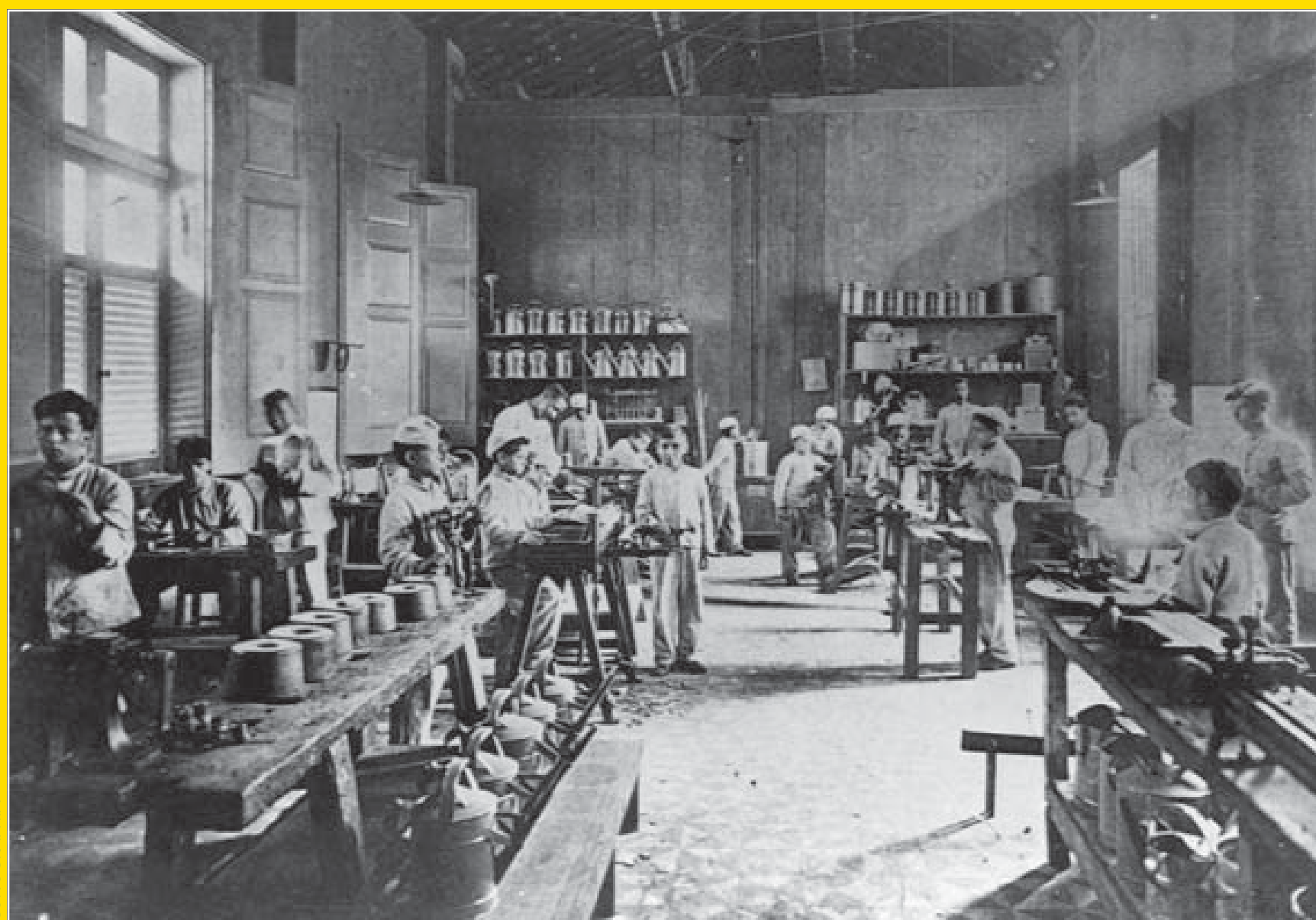
LIVRO ESCRÁVOS BRASILEIROS DO SÉCULO XIX NA FOTOGRAFIA DE CRISTIANO JR.
DE PAULO CESAR DE AZEVEDO E MAURICIO LISOVSKY

Tempo da escravidão

Foto de Cristhiano Jr., Rio de Janeiro, c.1870
Museu Imperial de Petrópolis



INSTITUTO MOREIRA SALLES



ICONOGRAPHIA

Oficina de latoeiro

Instituto Profissional Masculino, Rio de Janeiro, 1908

Jornaleiros

Foto de Marc Ferrez, Rio de Janeiro, 1899



ICONOGRAPHIA

Crianças operárias

Fábrica Bangu, Rio de Janeiro, 1892

Regras do jogo



Bem-vindos à escola

Com este jogo, todos estão convidados a divertir-se e, ao mesmo tempo, reconhecer as características negativas do trabalho infantil e a importância do cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente para pôr fim a essa exploração.

O objetivo é tirar todas as “crianças” das situações de trabalho (em carvoaria, pedreira, lixão ou no beneficiamento do sisal) e levá-las para a escola. Para chegar lá, é preciso percorrer o caminho e ir conhecendo um pouco mais as graves situações a que estão submetidas crianças que trabalham e, também, algumas possibilidades de reverter essa realidade.

Fazem parte deste jogo

- um tabuleiro contendo quatro casas de partida (situações de trabalho, cada qual em uma cor), o caminho para a escola (amarelo) e a escola ao centro. Quatro “calçadas” das mesmas cores das situações de trabalho dão acesso à escola;
- um dado (a ser montado);

- quatro conjuntos (das mesmas cores das situações de trabalho) de quatro fichas cada.

Participantes

- quatro jogadores, quatro duplas ou quatro grupos de no máximo quatro jogadores cada.

Como jogar

Este jogo é semelhante ao Ludo, com quatro locais de partida que representam situações de trabalho infantil praticado no Brasil e um local de chegada, a escola.

No início, em cada situação de trabalho ficam as quatro fichas correspondentes, que podem ser movimentadas por um mesmo jogador, dupla ou grupo. As fichas representam crianças e adolescentes que devem deixar de trabalhar e ir para a escola. Ganha o jogador (ou grupo) que primeiro levar todas as suas “crianças” para a escola, percorrendo o caminho que contém obstáculos e vantagens, relativas aos direitos das crianças e adolescentes.

Para iniciar, cada participante (ou grupo) escolhe uma situação de

trabalho; para saber a ordem em que vão jogar, lançam o dado uma vez; começa quem tirar o valor mais alto e assim por diante; em caso de empate, lança-se o dado novamente.

Definida a ordem de jogo, somente pode começar a movimentar as fichas o jogador (ou grupo) que tirar 1 ou 6, posicionando uma ficha na flecha “Saída” e lançando novamente o dado para percorrer o caminho, na direção indicada. Para sair da situação de trabalho e entrar no jogo, os outros jogadores também deverão tirar 1 ou 6, lançando-o novamente para ver quantas casas percorrerão. Todas as fichas devem dar a volta completa do caminho amarelo (no sentido anti-horário) antes de entrar na “sua” calçada da escola. A cada rodada, o jogador lança os dados, anda sua ficha o número de casas correspondente, lê a frase da casa em que caiu e recua, permanece ou avança, de acordo com as indicações.

Depois de dar a volta completa, cada ficha entra na calçada de sua cor. Estando na calçada, só pode entrar na escola quando tirar o

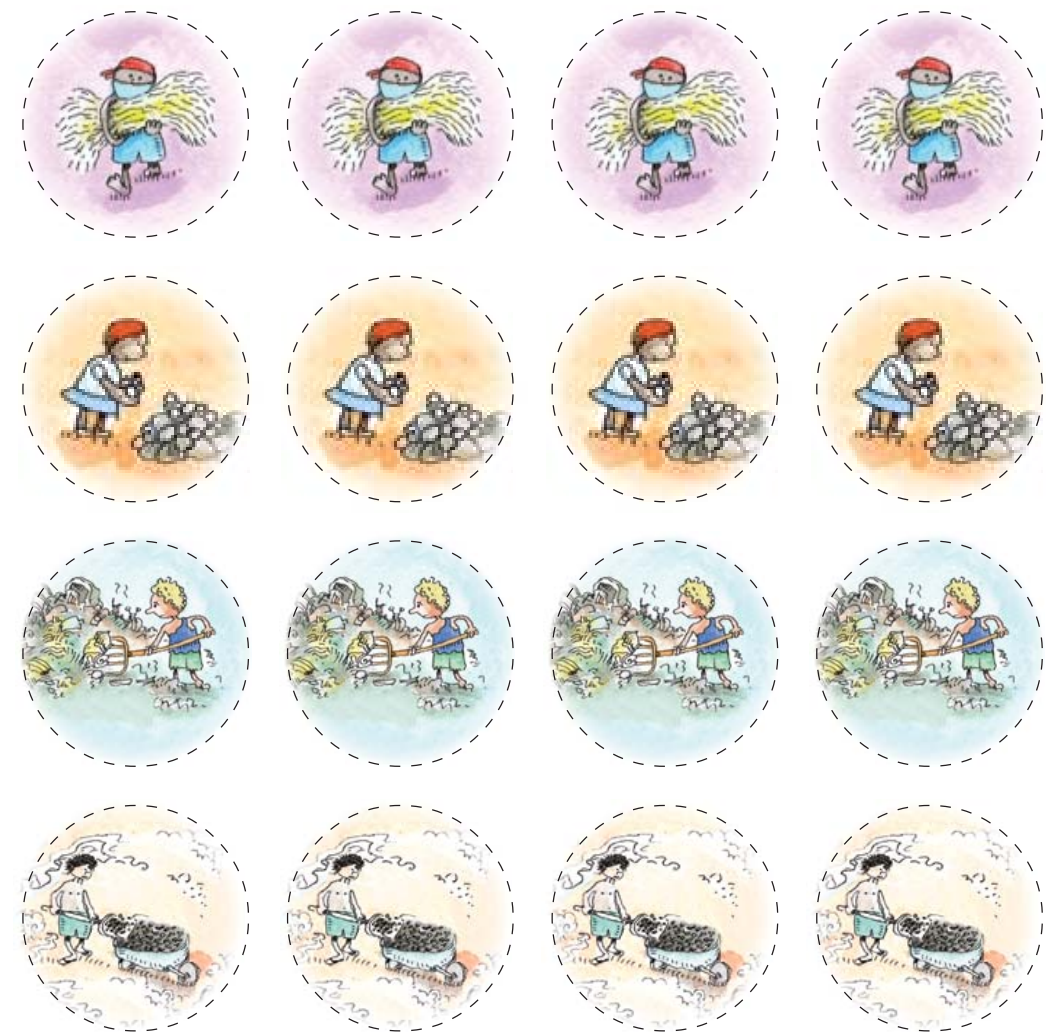
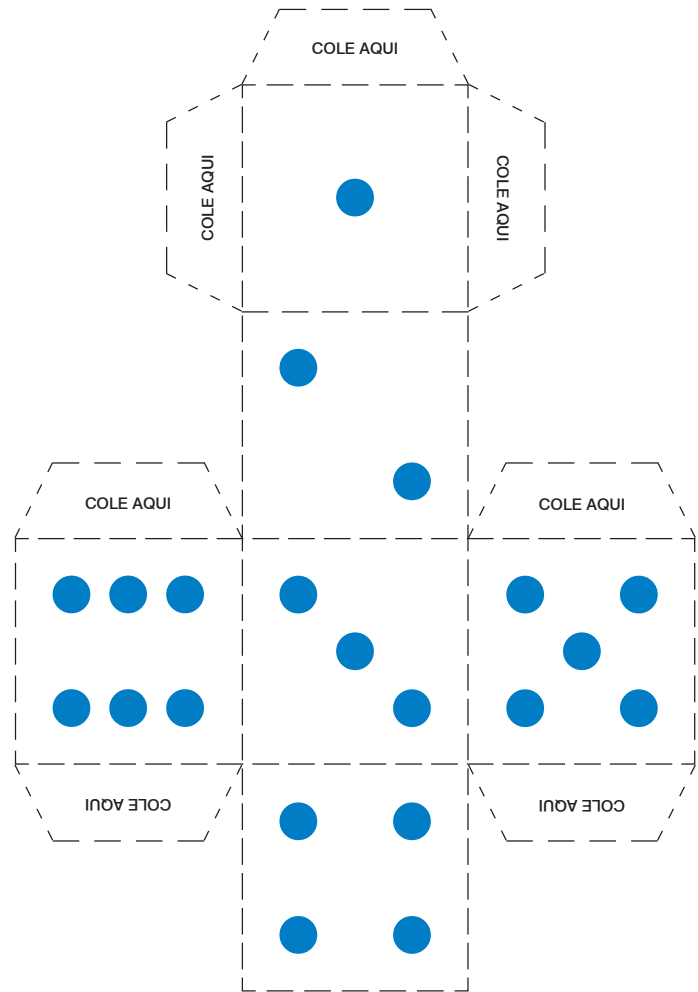
número certo no dado. Por exemplo: se faltarem três casas para chegar na escola, deverá tirar 4 (a escola conta um); se tirar 5, terá de avançar até a escola e recuar uma casa.

Mesmo depois que um jogador ou grupo ganhar, tendo levado suas quatro fichas para a escola, os demais continuam jogando até conseguir chegar à escola também.

Bom divertimento!

Quando jogar

Os alunos podem jogar em horário de recreio. Grupos também podem jogá-lo em sala de aula, em horário de trabalho diversificado. Pode ser utilizado por uma classe de cada vez, em sistema de rodízio. Ou, ainda, pode ser jogado coletivamente, na festa de encerramento do Projeto na escola, ao se formarem equipes compostas por alunos, professores, pais e convidados. Nesse caso, seria preferível reproduzir o tabuleiro em formato maior, ou desenhá-lo no chão, para que os próprios alunos possam percorrê-lo como peças vivas.



Cartaz 4

Criança fazendo



A colorful illustration of a classroom scene. A female teacher with blonde hair, wearing a yellow shirt and green skirt, stands on the left holding a book. She is pointing towards a green chalkboard that displays a drawing of a face and some text. Three male students are seated at a yellow desk on the right. One student is writing, another is looking at a book, and the third is looking towards the teacher. A small brown object, possibly a piece of paper or a toy, is floating in the air between the teacher and the students. The background is a light blue sky with a few white clouds.

O que é de direito



